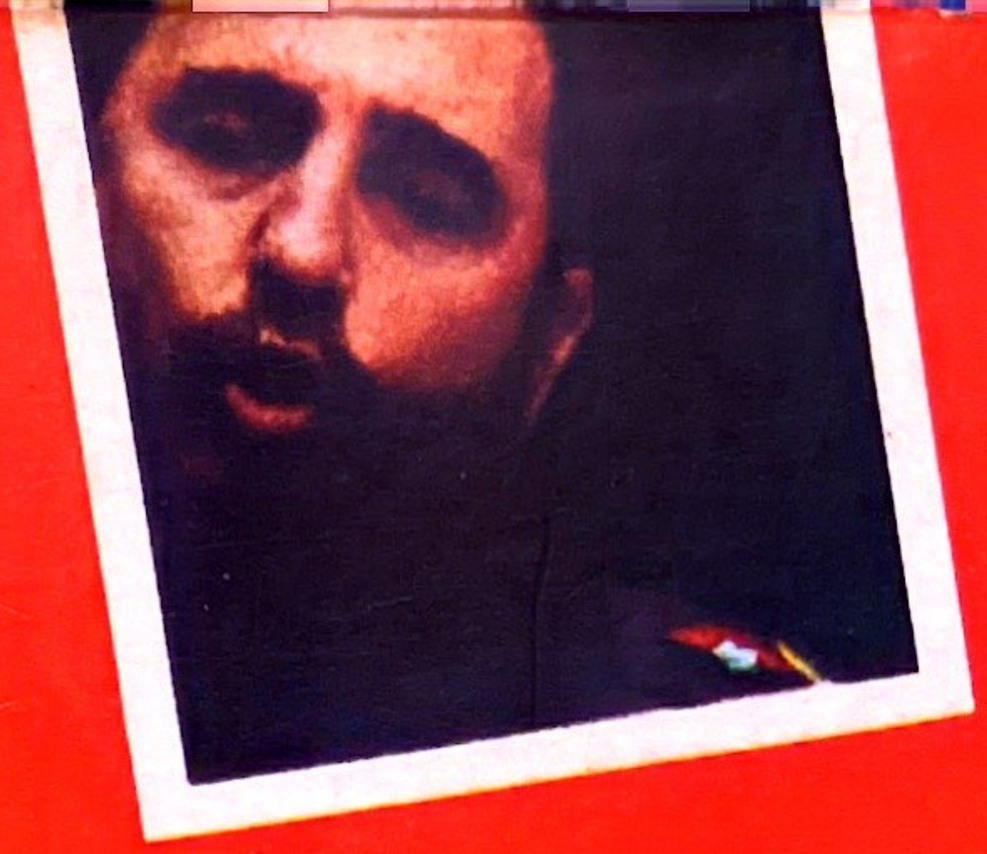

Fidel: A Nova Escalada dos Não-Alinhados.

O que pensam Fidel, Tito, Samora Machel e outros.

Organização e Apresentação de J. Monserrat Filho

L&PM EDITORES

UM GRITO COLETIVO

"Fidel Castro presidindo o Movimento dos Não-Alinhados com 94 países e movimentos de libertação nacional? Uma conferência em Havana com 55 chefes de Estado ou de Governo e cerca de cem ministros de Relações exteriores, quase todos se manifestando contra o imperialismo e exigindo uma nova ordem econômica internacional, mais justa para todos? Uma representação oficial da Nicarágua, livre da dinastia somozista, falando com voz própria num fórum desta amplitude? Tudo isto seria impossível de imaginar há 25 anos!"

Estas declarações — que refletem a marcha acelerada dos acontecimentos, mudando a face do mundo — pertencem a um veterano diplomata, foram feitas num intervalo da 6ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, realizada em Havana, de 3 a 9 de setembro de 1979, onde ele se encontrava como membro da delegação nicaragüense.

(...) A conferência de Havana tinha um objetivo relativamente modesto, como se podia ver pelo seu principal *slogan:* "Um passo a mais na unidade dos não-alinhados".

Muitos jornalistas deixaram a capital cubana com a nítida impressão de que algo mais do que isto acontecera. O discurso de Fidel na ONU (dia 12 de outubro de 1979) veio confirmar a impressão. O tremendo esforço para impedir a entrada do presidente dos não-alinhados no Conselho de Segurança da ONU reforçou-a ainda mais. Estamos vivendo uma época de grandes alterações no tabuleiro internacional. Os discursos aqui selecionados pertencem a esta época, como poucos outros.

J. Monserrat Filho
outubro de 1979

1000170925461

PALMARES · COMÉRCIO DE LIVROS LTDA.
Av Rodrigues Alves, 5-29
17.100 Bauru SP

Fidel: A Nova Escalada dos Não-Alinhados.

JOSÉ AUGUSTO MARINS MACHADO FILHO
RG 11225588

Organização e apresentação
de J. Monserrat Filho

Fidel: A Nova Escalada dos Não-Alinhados.

L&PM EDITORES

Revisão: Suely Bastos e Jó Saldanha
Capa: Joaquim Pêcego
Tradutora: Cláudia Schilling

© José Monserrat Filho
Todos os direitos desta edição reservados à
L & PM Editores Ltda. - Av. Nova York, 306
Porto Alegre
Rio Grande do Sul

Impresso no Brasil
Verão de 1980

Índice

Apresentação 11
Fidel Castro 23
Josip Broz Tito 41
Samora Machel 51
Francisco Morales Bermudez Cerruti 69
Saddan Hussein 81
Pham Vam Dong 93
Discurso de Fidel Castro na ONU 107

Fidel: A Nova Escalada dos Não-Alinhados.

De nação em nação e de espírito em espírito, na aldeia e na cidade, a manhã vem surgindo.

Percy Bysshe Shelley

A Nova Escalada de um Grito Coletivo

"Fidel Castro presidindo o Movimento dos Não-Alinhados com 94 países e movimentos de libertação nacional? Uma conferência em Havana com 55 chefes de Estado ou de governo e cerca de cem ministros de Relações Exteriores, quase todos se manifestando contra o imperialismo e exigindo uma nova ordem econômica internacional mais justa para todos? Uma representação oficial da Nicarágua, livre da dinastia somozista, falando com voz própria num fórum desta amplitude? Tudo isto seria impossível de imaginar há vinte e cinco anos!"

Estas declarações — que refletem a marcha acelerada dos acontecimentos, mudando a face do mundo — pertencem a um veterano diplomata e foram feitas num intervalo da 6ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, realizada em Havana, de 3 a 9 de setembro deste ano, onde ele se encontrava como membro da delegação nicaragüense.

Mas ele é guatemalteco. Muitos haverão de recordar seu nome: Guilhermo Toriello. E sua façanha: em 1954, chanceler de seu país, ele enfrentou sozinho o então todo-poderoso Secretário de Estado John Foster Dulles, na tristemente célebre X Conferência Interamericana, em Caracas, quando a maioria dos Estados latino-americanos aprovou as manobras de Washington para derrubar o governo consti-

tucional e democrático de Jacob Arbenz, acusado de "comunista" pelo simples fato de haver nacionalizado algumas terras improdutivas da United Fruit e pretender relações diplomáticas com países socialistas.

Naquela vez, Toriello saiu derrotado. Apenas dois países, Uruguai e México, além da Guatemala, fizeram restrições à proposta norte-americana de "Solidariedade para a Preservação da Integridade Política dos Estados Americanos contra a Intervenção do Comunismo Internacional", aprovada sem nenhuma dificuldade. Então, Toriello tinha 44 anos. Hoje, com 69, a cabeça inteiramente branca, mas ainda "muita saúde e ânimo para a luta", ele vem à forra:

"As mesmas forças que esmagaram a democracia na Guatemala, em 1954, agora, apenas uma geração depois, foram absolutamente impotentes para evitar a vitória dos *muchachos* da Nicarágua, apesar da notória superioridade em armas e dinheiro. Como mudou o mundo, e como mudou depressa!"

—O—

Em 1961, um único país latino-americano participou, como membro pleno, da 1ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, em Belgrado: Cuba. E apenas três observadores: Bolívia, Brasil e Equador. (O Brasil, na última hora, acabou não comparecendo devido à crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros e à tentativa de golpe de Estado para impedir a posse de João Goulart na Presidência da República.) Na verdade, somente três países da América Latina estiveram em Belgrado.

Dezoito anos após, na 6ª Conferência, em Havana, nada menos de 24 países latino-americanos se fizeram representar de uma forma ou de outra, embora 14 deles não mantenham relações com Cuba. Onze são membros plenos: Cuba, Jamaica, Trinidad-Tobago, Guiana, Argentina, Peru, Panamá, Bolívia, Granada, Nicarágua e Surinam. Dez são observadores: Brasil, Barbados, Equador, México, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Santa Lúcia, Dominica e Costa Rica. Representantes dos movimentos pró-independência de Porto Rico e Belice, bem como da frente antifascista do Chile, participaram como convidados. Convém lembrar que na 5ª Conferência, em 1976, em Colombo, Honduras e Salvador compareceram na condição de observadores e a Guatemala, como convidado.

Que países da América Latina não mantêm hoje qualquer espécie de ligação com o Movimento dos Não-Alinhados? Apenas sete: Chile, Paraguai, Honduras, Salvador, Guatemala, Haiti e República Dominicana. À exceção de Salvador, onde estão ocorrendo mudan-

ças, e da República Dominicana, que ensaia um regime constitucional, todos gozam de bem pouco prestígio no cenário internacional, graças a seus governos ditatoriais e retrógrados.

Não por acaso, o presidente do Peru, General Francisco Morales Bermudez, afirmou, num dos mais importantes pronunciamentos da 6ª Conferência, que a América Latina "luta para desterrar instituições e mecanismos que a identificavam, em períodos demasiado longos, com a arbitrariedade e a submissão".

Bermudez constatou também: "Parece-me significativo que, nesta Conferência de Cúpula em Havana, se comprove tanto o interesse crescente quanto a presença efetiva da América Latina nas deliberações do Movimento. Esta participação é hoje mais numerosa em membros plenos e observadores do que em qualquer outro encontro anterior".

Bermudez sustenta que "nossa vigência internacional" situa-se exatamente no "coração do Movimento dos Não-Alinhados". Não resta dúvida que a América Latina representa atualmente a maior reserva de novos membros plenos para o Movimento. Daí talvez a intriga que se tentou armar quase ao final da Conferência, anunciando que o General Morales Bermudez havia antecipado sua partida em razão de sérias divergências com as autoridades cubanas. A informação, no entanto, foi imediatamente desmentida tanto em Lima como em Havana. E o embaixador peruano não deixou por menos: "É mais uma canalhada!"

Na verdade, os Estados Unidos estão reagindo furiosamente, não só ao crescimento geral do Movimento, como, em especial, a este avanço da América Latina em direção ao não-alinhamento. A fúria norte-americana aparece ainda mais intensa no trato com a região do Caribe, que Washington sempre incluiu na sua "zona de segurança nacional". Tanto que já se anuncia amplamente a criação de "uma força-tarefa para contrabalançar a penetração militar soviética no Caribe". Ou seja, uma tropa de intervenção, como nos velhos tempos — não tão velhos assim, se lembrarmos o desembarque de *marines* na República Dominicana, em 1965.

De repente, em pleno desenrolar da Conferência de Havana, os Estados Unidos "descobriram" três mil soldados soviéticos em Cuba, "superarmados", como ajudou um editorial da grande imprensa. A manobra, na opinião geral, era por demais transparente e em nada mudou os rumos da reunião. Serviu, sim, para encher os jornais de especulações vazias e sem nenhuma relevância na luta do Terceiro Mundo. Os problemas reais discutidos na Conferência e a unidade do Movimento, que, apesar do empenho de forças podero-

sas, não foi rompida, passaram para segundo plano ou foram inteiramente omitidos.

"Hoje se sabe — comentou Newton Carlos na *Folha de S. Paulo*, de 12 de outubro — que os norte-americanos desencavaram esse assunto (a revista *New Republic* informa que ele era conhecido há bastante tempo) com a intenção de tumultuar a Conferência de Havana. A 150 km da Flórida era realizada uma reunião de chefes de Estado e de governo do Terceiro Mundo, com os Estados Unidos como alvo maior."

—O—

Foi a maior de todas as seis Conferências até hoje realizadas. Da 1ª, em Belgrado, em 1961, participaram 25 países membros, 3 observadores e 35 movimentos de libertação e partidos convidados. Da 2ª, no Cairo, em 1964, 47 países membros, 10 observadores e muitos movimentos de libertação e partidos convidados. Da 3ª, em Lusaka, em 1970, 54 países membros, 9 observadores e um semnúmero de movimentos de libertação e partidos convidados. Da 4ª, em Argel, em 1973, 75 países membros, 28 observadores entre países e movimentos de libertação, e 3 países convidados. Da 5ª, em Colombo, em 1976, 86 países membros, 21 observadores entre países e movimentos de libertação, e 8 países convidados. E finalmente da 6ª Conferência, em Havana, participaram representantes de 138 países, entre os quais 94 países e movimentos de libertação como membros plenos, e os demais como observadores e convidados.

O curioso é que este crescimento extraordinário não se fez às custas de um abrandamento das reivindicações do Movimento. Muito pelo contrário, o nível de exigência foi aumentando na mesma proporção, apesar da heterogeneidade do Movimento, que, claro, também cresceu. Hoje, como se pode ver no discurso de Fidel Castro perante a Assembléia Geral da ONU, a 12 de outubro deste ano, prestando contas da Conferência de Havana, as posições e as aspirações dos não-alinhados estão mais profundas e abrangentes do que nunca. Nestes dezoito anos, cada país não-alinhado pôde fortalecer sua posição na arena internacional e o Movimento como um todo tornou-se um fator tão importante no desenvolvimento da luta política em escala mundial que, atualmente, nenhum problema fundamental do planeta pode ser resolvido sem levar em consideração os interesses desta imensa legião de países. Por isto, entre outras conseqüências, o impasse a que chegou o Diálogo Norte-Sul. As potências ocidentais já não podem impor sua vontade, embora continuem fortes para impedir mudanças essenciais. Os não-alinhados ainda não podem impor sua vontade, embora representem a maioria da humanidade, mas já podem dizer não às imposições e exigir com força cada vez maior mudanças essenciais nas relações econômicas internacionais.

Como sair deste empate? Fidel Castro, falando em nome dos não-alinhados, advertiu na ONU que "se não resolvermos pacífica e sabiamente as injustiças e desigualdades atuais, o futuro será apocalíptico".

Regis Debray, no *Le Monde Diplomatique* de outubro, vê "qualquer coisa de pré-revolucionário na situação mundial: os de baixo, no Sul dominado, já não podem viver como antes; os de cima, do Norte imperialista, já não podem comandar como antes, e as velhas condições de existência se tornaram insuportáveis".

Toda informação e toda análise do não-alinhamento, em geral, e da Conferência de Havana, em particular, que não levar em conta este quadro, dificilmente será alguma coisa séria. Porque, de duas, uma: ou está fora da realidade ou está tentando distorcer a realidade, a fim de não permitir mudanças.

—O—

Paralelamente à Conferência de Havana, promoveu-se no mundo um verdadeiro festival de desinformação.

Vejamos o que conta a respeito o mesmo Regis Debray, enviado especial do *Le Monde Diplomatique:*

"Nossa indústria política fornece aos consumidores cenários pré-montados, tão independentes dos fatos reais que não precisam deles. A escandalosa história da 6ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, em Havana, era conhecida de antemão. Iríamos assistir ao confronto entre 'a tendência pró-soviética defendida a todo custo por Cuba e a dos países liderados pela Iugoslávia, que procuram defender os princípios do não-alinhamento, tanto frente aos EUA quanto à URSS' (AFP). Em suma, opondo a integridade à impostura e a ponderação do patriarca à intemperança do noviço, o resultado do '*match* Tito x Castro' não deixava dúvidas aos olhos do leitor da grande imprensa ocidental. A realidade, entretanto, cometeu a indelicadeza de derrubar este esquema tão cômodo. Se houve 'lição' ou 'correção' em Havana, não foi no sentido previsto. Que fazer? Repudiar o cenário caricatural? Não. A maior parte dos comentaristas parece ter preferido caricaturar os fatos, para salvar suas certezas. E no entanto, em Havana, não houve fracasso, nem crise, nem divisão do Movimento dos Não-Alinhados".

Paulo Sérgio Pinheiro, na *Isto É* de 26 de setembro, fez um registro bem a propósito:

"Apesar de todo o empenho daqueles que ficaram de fora, a 6ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, realizada em Havana, terminou sendo um sucesso. O tão esperado duelo entre o Presidente Tito, da Iugoslávia, e o *premier* cubano, o anfitrião Fidel Castro, não houve. Os inúmeros observadores que apostavam na cisão inevitável do movimento saíram frustrados. Os fogos de artifício preparados pelos magos da engenharia internacional de Washington, com grande motivações eleitoreiras, denunciando a presença de tropas soviéticas em Havana, nada ofuscaram".

Visão, de 1º de outubro, também se referiu às maquinações:

"Os grandes *potins* políticos, como o patrocínio cubano da simpatia soviética aos não-alinhados, ou a oposição aos delegados do antigo regime de Pol Pot na representação de Camboja, ou ainda a petição — não aprovada — para a expulsão do Egito do grupo dos não-alinhados, devido ao acordo com Israel, foram apenas ensaios frustrados de pequenos escândalos".

Agora, um exemplo cristalino de desinformação. Provavelmente mal orientada pelas agências internacionais de notícias, a *Veja*, de 12 de setembro, disse que Fidel Castro, no discurso inaugural do encontro, "solicitou ao plenário a adesão a um documento final da Conferência elegendo a URSS 'aliada natural' dos não-alinhados".

Não houve tal pedido. Basta ler a íntegra do discurso neste livro.

Quanto à informação de que "as raras questões práticas levantadas — uma exortação do Panamá, por exemplo, de ajuda à reconstrução da Nicarágua — simplesmente passaram em branco, como se previa", o meio mais prático de tirar qualquer dúvida é cotejá-la com as informações contidas no discurso de Fidel Castro na ONU, o mais longo relatório sobre o que se passou em Havana, cujo texto completo também consta deste livro.

Outro equívoco largamente divulgado pela imprensa apresentou Cuba como o país que teria proposto a expulsão do Egito do Movimento, em razão dos acordos de Camp David. Na realidade, conforme indicou a *Isto É*, "o próprio Fidel Castro não se associou à proposta apresentada pelo Iraque. Iêmen do Sul, Síria e OLP, pedindo a suspensão do Egito".

Paulo Francis, na *Folha de S. Paulo* de 2 de setembro, considerou o Movimento dos Não-Alinhados "em frangalhos nessa reunião em Cuba". Referências como esta, sem fatos reais que lhe dessem consistência, foram muito difundidas na época e muito ajudaram no grande esforço de desmoralizar o acontecimento ou, pelo menos, minimizar seu impacto no Terceiro Mundo.

Nesta onda de distorções, nada mais lógico que os ministros de

Relações Exteriores do Egito e do Senegal surgissem com enorme destaque na grande imprensa ocidental, quando na realidade eles foram ridicularizados ao extremo e acabaram inteiramente marginalizados.

—O—

Houve na nossa imprensa quem pintasse o seguinte quadro:

"Persistindo a divergência mais grave — a 'aliança natural' com a URSS —, as partes lançaram-se à caça de votos. Incansável, Castro peregrinou madrugada adentro pelos hotéis em que se hospedavam os representantes estrangeiros pedindo-lhes o apoio".

Há vários erros neste quadro. Convém examiná-los para sentir a que ponto chegou a informação (ou a desinformação) sobre a Conferência e que imagem se procurava desenhar do evento.

Comecemos pelo mais simples. A maioria dos representantes estrangeiros, principalmente os chefes de Estado ou de governo, bem como seus ministros do Exterior, não se hospedou em hotéis, mas em residências especialmente designadas e equipadas para a Conferência. Mesmo que a diferença, para o caso, não chegue a ser relevante, fica claro que o autor da notícia não quis ser preciso ou talvez até nem tenha estado em Havana, e que prefere frases bombásticas do tipo "Castro peregrinou madrugada adentro pelos hotéis", muito mais úteis para impressionar o leitor e passar a idéia de que Castro estaria travando uma luta desesperada. O estilo realmente é agil e colorido. Mas será que corresponde à realidade? Estaria Castro realmente desesperado? Ou o desespero era justamente de seus inimigos que tudo fizeram para impedir a Conferência em Havana e nada conseguiram?

Depois, em momento algum do encontro, transpirou para os mil e tantos jornalistas presentes que Castro tivesse perdido suas poucas horas de sono, procurando na calada da noite o apoio que ele podia obter e, de fato, obteve durante os longos trabalhos do dia, no próprio recinto da Conferência, o Palácio das Convenções, onde ele ficava até altas horas da noite, presidindo as sessões. Quem assistiu a reação entusiástica do plenário ao discurso inaugural de Fidel Castro terá alguma dificuldade para imaginá-lo, logo depois, varando a madrugada em busca de apoio.

Caça de votos? Quem conhece, sabe: desde a 1ª Conferência, em 1961, nada nas reuniões dos Não-Alinhados é decidido na base do voto; tudo se aprova ou desaprova por meio do consenso. Ou seja, lançados os pontos de vista iniciais, discute-se até que se estabeleça uma posição claramente majoritária. Este consenso, já tradicional em todos os níveis do Movimento — embaixadores, ministros e chefes de Estado ou de governo — é menor do que a unanimidade e maior do

que a maioria simples. E normalmente cabe ao presidente de cada comissão ou do birô da Conferência a tarefa, nem sempre fácil, de declarar alcançado ou não o consenso, fundamentado sobretudo nas manifestações feitas durante as discussões. A situação se complica quando a própria declaração sobre a existência ou não de consenso é questionada, mas este é um caso raro, pois os presidentes das comissões só costumam adotar uma decisão no instante em que ela se torna óbvia. O representante do Senegal tentou, num determinado momento, aproveitar este mecanismo para acusar o presidente cubano de impor um consenso aos demais. O fato foi imediatamente noticiado. O que não se noticiou é que imediatamente se formou um consenso contra o Senegal e este já ninguém questionou.

A falta de uma votação formal, diga-se de passagem, tem sido muito benéfica para o Movimento. Graças à necessidade de encontrar um consenso, os mais duros e acalorados debates terminam sempre sem que se reconheçam oficialmente os vencidos e os vencedores, a maioria e a minoria, ou seja, sem divisões formalizadas, que só poderiam enfraquecer a frente já de *per si* tão heterogênea dos Não-Alinhados. Isto explica por que Fidel e Tito, como assinalou *Visão*, "terminaram o encontro abraçados e — o mais importante ainda — satisfeitos com os resultados alcançados por suas teses".

Por fim, até que ponto pode-se considerar a questão da "aliança com a URSS" como "a divergência mais grave"?

Claro que houve e há divergência a respeito. Mas, apesar do estardalhaço feito em torno, como muito bem lembrou Paulo Sérgio Pinheiro na *Isto É*, esta não é uma questão nova. Ela acompanhou a evolução do Movimento desde o início.

Sempre houve, de um lado, quem pregasse um igual distanciamento tanto dos EUA, quanto da URSS, e, de outro, quem visse na aliança com a URSS e demais países socialistas uma forma de fortalecer a luta dos Não-Alinhados por seus objetivos mais puros.

Estas posições, porém, não ficaram paradas no tempo. Elas evoluíram, na medida em que foram sendo checadas pela prática dos acontecimentos. Hoje, passados quase vinte anos, a teoria da "equidistância" encontra dificuldades cada vez maiores para se apoiar em fatos convincentes. Ela parece permanecer muito mais como um fator de compensação empregado por certos países do Terceiro Mundo diante das potências ocidentais a que estão submetidos: combatem-nas, sim, mas também querem deixar bem claro que não estão do outro lado.

A verdade é que todas as grandes conquistas do Terceiro Mundo, nestas duas décadas, como a aceleração do processo de descolonização, a multiplicação dos organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento econômico e a luta pela instauração de uma nova ordem econômica mundial, que tanta resistência encontraram e encontram nas potências ocidentais, sempre contaram com o invariável apoio dos países socialistas, apesar — muitas vezes — das diferenças de enfoque.

Não se trata de desvirtuar os princípios essenciais do não-alinhamento. Trata-se de escolher os parceiros mais adequados para atingir suas metas, sempre calculando com realismo e objetividade as forças disponíveis, como recomendava Nehru, ainda na 1ª Conferência, em 1961. Neste sentido, como acreditar hoje, com a seriedade necessária, que o Movimento dos Não-Alinhados possa conquistar sozinho a paz mundial e o desarmamento, e forçar as potências ocidentais a aceitarem uma organização mais justa do mundo?

Fazendo um balanço das votações na Assembléia Geral das Nações Unidas e em outros organismos da ONU, nas últimos vinte anos, é fácil verificar que na maioria esmagadora das vezes os países Não-Alinhados e os socialistas marcharam juntos. E esta é uma tendência objetiva que só tende a crescer.

Evidentemente, isto não é visto com bons olhos pelo Ocidente, que tudo faz para esconder esta realidade. O primeiro-ministro da Jamaica, Michael Manlay, falando na Conferência de Havana, ironizou a situação: "Os países desenvolvidos preocupados com os múltiplos exemplos de coincidência de pontos de vista entre os Não-Alinhados e os países socialistas, a propósito, por exemplo, da luta de libertação, podem remediar facilmente esta inconveniência, mudando suas posições e se juntando a nós, eles também. Serão muito bem vindos. Nós só lamentamos não vê-los mais freqüentemente..."

Vale aqui o testemunho de Samora Machel, presidente de Moçambique, cujo discurso também está neste livro:

"O colonialismo, o racismo, o *apartheid*, o sionismo, o imperialismo, a pilhagem dos nossos países, a ocupação de partes dos nossos territórios, a agressão contra os nossos povos, de muito antecedem o aparecimento de países socialistas. É precisamente com o aparecimento de países socialistas que se modifica a nosso favor a correlação de forças. Este é um fato histórico incontestável. O imperialismo não mais conseguiu concentrar a totalidade da sua força contra nós. Os povos passaram a dispor de armas para neutralizar e derrotar as agressões armadas de que eram vítimas. Os nossos povos passaram a dispor de alternativas tecnológicas e econômicas para superar os bloqueios e ações de desestabilização".

Como se contrapor a estes argumentos?

Selecionamos para este livro três pronunciamentos feitos na 6ª Conferência a favor da equidistância em face dos EUA e da URSS.

São os de Tito, Morales Bermudez e Saddam Hussein, presidente do Iraque. O leitor poderá comparar os seus argumentos com os de Fidel Castro, Samora Machel e Pham Van Dong.

A divergência, sem dúvida, existe. Mas ela foi muito mais enfatizada no noticiário do que na Conferência. Em Havana, a grande preocupação da maioria foi justamente a de pôr de lado as divergências para, sem fazer concessões essenciais, alcançar uma plataforma comum, que tornasse o Movimento ainda mais forte e mais eficiente em suas reivindicações fundamentais.

Não por acaso, Morales Bermudez fez questão de dizer que "devemos desenvolver um imenso esforço de união e coincidência, para subjugar aquilo que nos antagoniza e confunde, e reforçar aquilo que nos une".

Como se vê pela leitura dos discursos, Morales Bermudez e Fidel pensam diferente sobre vários aspectos. Mas isto não impediu Bermudez de elogiar publicamente o discurso de Fidel na ONU. Antes de embarcar para o Brasil, em outubro último, Bermudez declarou aos jornalistas:

"Enviamos um telegrama de felicitações a Fidel Castro porque, no que se refere aos problemas essenciais do não-alinhamento, ele interpretou o que nós pensamos dos grandes problemas do Terceiro Mundo".

Esta atitude do presidente peruano parece sintomática. Ela traduz muito mais fielmente o que aconteceu em Havana do que todos os telegramas das grandes agências juntos.

—o—

Por que nova escalada dos não-alinhados?

Porque em Havana se consagrou um novo ânimo de luta. E este novo ânimo está todo materializado no discurso de Fidel Castro na ONU.

A propósito, já que falamos tanto da imprensa, cabe transcrever dois telegramas do *Jornal do Brasil*, pelo que, a nosso ver, representam de verdade sobre fatos da maior relevância no mundo atual.

O primeiro data de 9 de setembro e foi enviado pelo correspondente Silio Boccanera:

"Poucos observadores hesitaram em reconhecer que o Movimento Não-Alinhado tem um novo e poderoso líder: Fidel Castro não só passa a ocupar a presidência formal do Movimento para os próximos três anos, mas já deu indicações de que pretende fazer do seu posto uma plataforma para as reivindicações do Terceiro Mundo.

Nem mesmo o Marechal Josip Tito, um dos fundadores do Mo-

vimento dos Não-Alinhados, parece ter condições, aos 87 anos, de desafiar Castro na liderança do grupo. Resta saber como o presidente cubano conduzirá os não-alinhados, entre sua promessa de 'não impor nossa posição a ninguém' e as denúncias de seus críticos de que pretende fazer exatamente isto.

Dos líderes mundiais vivos, Castro talvez seja o mais qualificado para dar ao Movimento dos Não-Alinhados um dos elementos que mais lhe falta, voz alta. Reivindicações do mundo em desenvolvimento são quase sempre vistas pelos países industrializados como súplicas de ajuda benevolente, mas o tom desse encontro de Havana deixou claro que os membros do grupo — países e movimentos de libertação — preocupam-se menos em pedir aos ricos que lhes dêem a mão, preferindo culpá-los pelos males que bloqueiam o desenvolvimento. E neste esporte, poucos chefes de Estado têm mais habilidade do que o líder cubano.

(...) Os não-alinhados têm no grito coletivo a principal forma de pressão internacional".

O segundo telegrama como que completa o primeiro, mas é datado de 13 de outubro, um mês depois, e vem das Nações Unidas, em Nova York, enviada pela correspondente Beatriz Schiller:

"Ao término do discurso, por 10 minutos, 150 delegações ovacionaram Fidel Castro de pé. Todos os comentários são elogiosos, inclusive de delegados latino-americanos, que louvaram a *moderação* e a *maturidade* do ex-comandante guerrilheiro.

A ONU estava muito mais cheia do que no dia em que o Papa João Paulo II discursou, e as únicas ausências foram as dos representantes do Chile, Guatemala e Paraguai. Havia delegados por todos os corredores laterais da Assembléia Geral, e Castro teve que interromper quinze vezes o discurso, por causa dos aplausos.

(...) Não houve na plateia da Assembléia Geral nenhum protesto, como ocorre freqüentemente quando representantes de países controvertidos ocupam os microfones".

—o—

A Conferência de Havana tinha um objetivo relativamente modesto, como se podia ver pelo seu principal *slogan:* "Um passo a mais na unidade dos não-alinhados".

Muitos jornalistas deixaram a capital cubana com a nítida impressão de que algo mais do que isto acontecera. O discurso de Fidel na ONU veio confirmar a impressão. O tremendo esforço para impedir a entrada do presidente dos não-alinhados no Conselho de Segu-

rança da ONU reforçou-a ainda mais. Estamos vivendo uma época de grandes alterações no tabuleiro internacional. Os discursos aqui selecionados pertencem a esta época, como poucos outros.

J. Monserrat Filho

Fidel Castro

Discurso na Sessão Inaugural da 6.ª Conferência de Chefes de Estado ou de Governo de Países Não-Alinhados.

Permitam-me que a primeira recordação neste solene ato seja para o amigo admirado e querido por todos nós, herói da libertação e da revolução da sua pátria, que tão brilhantemente dirigiu a Conferência de Cúpula de Argel em 1973, e tanto fez pelo prestígio e fortalecimento dos não-alinhados, o falecido presidente da Argélia, Houari Boumediene. Como sentimos que não possa compartir conosco em Cuba este momento histórico de nosso Movimento! Em sua memória, peço a esta digna conferência um minuto de silêncio.

Senhor Presidente Junius Jayawardene, desejamos expressar o nosso sincero reconhecimento por sua preocupação permanente pelo destino do nosso Movimento, o respeito democrático pelos membros heterogêneos desta poderosa associação de países, e a sábia prudência que tem sabido mostrar em cada um dos momentos difíceis que os países não-alinhados temos enfrentado neste últimos três anos. Não foram tempos fáceis. Seu pequeno país, apesar das distâncias e das dificuldades econômicas, tem realizado um nobre e meritório esforço por estar à altura das honrosas responsabilidades que lhe foram atribuídas em Colombo.

A todos os aqui reunidos agradeço a imensa honra que nos fazem com sua presença. A todos saúdo calidamente e dou as boas-vindas em nome de nosso povo.

Desejamos também expressar nossos sentimentos fraternais aos novos países que se incorporam nesta conferência ao nosso poderoso Movimento: Irã e Paquistão, que chegam ao seu seio sobre os restos do trono destroçado do Xá e das ruínas da aliança militar reacionária e agressiva da CENTO; Suriname, Bolívia, a pequena e valorosa Granada e o indomável povo da Nicarágua onde ainda estão frescos os rastros heróicos de seus abnegados combatentes, na marcha histórica que trouxe liberdade à pátria de Sandino e dignidade à nossa América.

A Etiópia e o Afeganistão acompanham-nos agora em seu novo caráter revolucionário e a Frente Patriótica de Zimbabwe como membro pleno.

Cresce a família e cresce em qualidade, que é como se deve crescer.

Encontram-se também como novos observadores: Filipinas, Santa Lúcia, Dominica e Costa Rica. Acompanham-nos numerosos convidados, entre eles pela primeira vez a Espanha, em cujo gesto de enviar uma representação a esta conferência vemos uma esperança de relações amistosas e úteis com todos os povos do mundo, sem deixar-se arrastar ao bloco militar agressivo da OTAN, que só serviria para comprometer e alienar o brilhante futuro desse povo abnegado que tão sólidos vínculos de história, cultura e sangue tem com as nações da nossa América. Na Europa ocidental industrializada também necessitamos amigos que não marchem atados à carroça imperialista.

As representações de 94 Estados e movimentos de libertação encontram-se presentes como membros plenos nesta 6ª Conferência de Cúpula. Esta é a mais numerosa e à qual acudiu o maior número de dirigentes de países não-alinhados e movimentos de libertação; tal fato não é algo de que deva orgulhar-se nosso modesto país, mas sim é uma prova inequívoca do vigor, da força e do prestígio do Movimento dos Não-Alinhados.

Foram inúteis os esforços por sabotar a 6ª Conferência de Cúpula de Havana. Foram inúteis as pressões, os problemas diplomáticos, as intrigas para impedir que a conferência fosse realizada no nosso país.

Os imperialistas ianques, seus velhos e novos aliados — refiro-me neste caso ao governo chinês —, não desejavam esta conferência em Cuba.

Eles elaboraram a repugnante intriga de que Cuba converteria o Movimento de Países Não-Alinhados num instrumento da política

soviética. Sabemos de sobra que inclusive o governo dos Estados Unidos obteve cópia do projeto do documento final elaborado por Cuba e realizou febris contatos diplomáticos para tratar de modificá-lo. Sobre isto temos irrefutáveis provas.

O projeto elaborado, que foi enviado a todos os países-membros com maior antecedência que em nenhuma outra conferência e que foi reelaborado para incluir numerosas sugestões recebidas é, segundo o nosso parecer, bom, embora suscetível de ser melhorado. Melhorá-lo significa torná-lo mais forte e não mais fraco. Mas em todo caso, desde quando os Estados Unidos têm o direito de intrometer-se entre os não-alinhados e pretender decidir como devem ser redigidos os nossos documentos?

Por que a oposição reacionária contra Cuba?

Cuba não é precisamente um país que tenha veleidades de nenhum tipo com os imperialistas; Cuba não deixou nunca de praticar uma política de estreita solidariedade com os movimentos de libertação nacional e todas as causas justas de nossa época; Cuba não vacilou nunca em defender com firmeza, energia, dignidade, honradez e valor seus princípios políticos, nem cessou de lutar nem um minuto durante mais de vinte anos contra a agressão e o bloqueio do país imperialista mais poderoso da terra, por ter efetuado uma genuína revolução política e social a apenas 90 milhas de suas costas.

É amplamente conhecido, e tem sido admitido e publicado oficialmente nos Estados Unidos, que as autoridades desse país não cessaram durante anos de organizar e intentar metodicamente o assassinato dos líderes da revolução cubana, empregando os mais sofisticados meios de conspiração e crime. Entretanto, apesar dos fatos terem sido investigados e divulgados pelo Senado norte-americano, o governo dos Estados Unidos ainda não se dignou a pedir a menor desculpa por tão odiosos e incivilizados atos.

A verdadeira medida de um povo revolucionário e a irrepreensível conduta de um país que não pode ser subornado, comprado nem intimidado é dada pelo ódio dos imperialistas.

Nas relações internacionais praticamos nossa solidariedade com fatos, não com belas palavras. Técnicos cubanos trabalham atualmente em 28 países integrantes do nosso Movimento. Na imensa maioria deles, considerando suas limitações econômicas, essa colaboração é gratuita, apesar das nossas próprias dificuldades. Cuba tem nestes momentos prestando serviço no exterior o dobro do número total de médicos que trabalham em diversos países a serviço da Organização Mundial da Saúde das Nações Unidas. Nobres e abnegados filhos de Cuba caíram a milhares de milhas de sua pátria apoiando os movimentos de libertação, defendendo causas justas de outros povos,

combatendo contra a expansão dos racistas sul-africanos e outras formas de agressão imperialista à dignidade humana e à integridade e independência de nações-irmãs. Eles exprimem a pureza, o desinteresse, o espírito de solidariedade e a consciência internacionalista, que a revolução forjou no nosso povo.

O que é que pode ser imputado a Cuba? Que é um país socialista? Sim, somos um país socialista, mas a ninguém, nem dentro nem fora do Movimento, pretendemos impor nossa ideologia e nosso sistema. E não temos que envergonhar-nos por ser socialistas! Fizemos uma revolução radical em Cuba? Sim, somos revolucionários radicais, mas não pretendemos impor a ninguém, e muito menos ao Movimento dos Não-Alinhados, o nosso radicalismo.

Que mantemos relações fraternais com a comunidade socialista e a União Soviética? Sim, somos amigos da União Soviética. Estamos profundamente agradecidos ao povo soviético, porque sua colaboração generosa ajudou-nos a sobreviver e a vencer momentos muito difíceis e decisivos da vida do nosso povo, quando inclusive corríamos o perigo de sermos exterminados. E nenhum povo tem direito a ser ingrato. Estamos agradecidos à gloriosa Revolução de Outubro, porque iniciou uma nova era na história humana, fez possível a derrota do fascismo e criou condições no mundo que, unidas à luta abnegada dos povos, levou à destruição do odioso sistema colonial. Ignorar tal fato é ignorar a própria história.

Não apenas Cuba; Vietnam, os países árabes agredidos, os povos das antigas colônias portuguesas, os processos revolucionários em muitos países do mundo, o movimento de libertação que luta contra a opressão, o racismo, o sionismo, o fascismo, na África do Sul, em Namíbia, em Zimbabwe, na Palestina e em outras partes, têm muito que agradecer à solidariedade socialista. Pergunto-me se os Estados Unidos ou algum país da OTAN ajudaram alguma vez a algum movimento de libertação de algum modo. Estou inclusive convencido, e já disse isso anteriormente, que sem o poder e o peso que hoje exerce no mundo a comunidade socialista, o imperialismo, acossado pela crise econômica e a escassez de matérias-primas fundamentais, não vacilaria em repartir-se novamente o planeta. Já fez isso mais de uma vez. Ameaça fazê-lo uma vez mais e cria forças especiais de intervenção, que apontam perigosamente para os países exportadores de petróleo. Para citar um exemplo, os Estados Unidos decidiram unilateralmente não respeitar nenhum limite além de 3 milhas de soberania marítima.

Se para pertencer ao Movimento dos Não-Alinhados fosse preciso trair as idéias e as convicções mais profundas, não seria honroso para mim pertencer a ele; a mesma coisa aconteceria a todos vocês.

Nenhum revolucionário tem direito a ser covarde.

Alguns no mundo têm feito do oportunismo uma arte. Os revolucionários cubanos não somos nem seremos jamais oportunistas. Nossos próprios interesses econômicos e nacionais são sacrificados todas as vezes que for necessário defender um princípio justo, uma linha política honorável. Os cubanos não faremos hoje o contrário do que dissemos ontem, nem faremos amanhã o contrário do que dizemos hoje.

Somos decididamente antiimperialistas, anticolonialistas, antineocolonialistas, anti-racistas, anti-sionistas, antifascistas, porque estes princípios formam parte das nossas concepções e estão na essência, na origem, na vida e na história do Movimento dos Países Não-Alinhados desde sua fundação. Estão também muito frescos na vida e na história dos países que aqui representamos.

Qual dos países que hoje integram nosso movimento era realmente independente há mais de trinta e cinco anos? Qual não conheceu o colonialismo, ou o neocolonialismo, ou o fascismo, ou o desprezo racial, ou a agressão imperialista, a dependência econômica, a pobreza, a insalubridade, o analfabetismo e a exploração mais brutal dos seus recursos naturais? Qual não suporta hoje o peso do abismo tecnológico, as diferenças de níveis de vida com as antigas metrópoles, o intercâmbio desigual, a crise econômica, a inflação e o subdesenvolvimento impostos a nossos povos por séculos de exploração colonial e domínio imperialista?

Se se trata de defender esses princípios, se se trata de defender a independência e o papel próprio, prestigioso, solidário e cada vez mais construtivo e influente na vida internacional dos não-alinhados, para que se escute a voz enérgica e justa de nossos povos, Cuba estará na primeira linha da defesa destes princípios.

Por outro lado, penso que se os senhores acreditassem que Cuba é um país sem critério próprio, sem absoluta independência, sem a lealdade e a honestidade que deve ao Movimento dentro dos propósitos e fins para os quais foi concebido e organizado, não teriam prestado a generosa cooperação, a confiança, o interesse e o entusiasmo presentes nesta 6ª Conferência de Cúpula.

Ninguém pretendeu nunca na nossa vida revolucionária dizer-nos o que devemos fazer. Ninguém intentou jamais dizer-nos qual deve ser o nosso papel dentro do Movimento dos Não-Alinhados. Ninguém nos disse quando e como fazer a revolução na nossa pátria. Ninguém poderia pretender isso. Ninguém, portanto, exceto o Movimento, pode determinar o que é que deve ser feito, quando e como fazê-lo.

Temos trabalhado sem descanso na criação das condições, tanto materiais quanto políticas, para a celebração exitosa deste evento. Temos respeitado e respeitamos de forma absoluta os direitos de todos os integrantes do Movimento. Temos cumprido e cumpriremos cabal e escrupulosamente os nossos deveres como país-sede. Nossas opiniões nem sempre coincidirão com as opiniões dos senhores. Temos muitos e queridos amigos nesta conferência e nem sequer coincidimos sempre com os melhores amigos. Nosso desejo é que cada um possa expressar-se com o máximo de liberdade e franqueza, e sinta que é escutado com interesse, respeito e consideração. A experiência unida de todos os homens que aqui se congregam pode produzir extraordinários frutos. Alguns temas são polêmicos, algumas palavras podem parecer fortes. Se algo dos nossos pronunciamentos desagradar algum ou alguns dos aqui presentes, saibam que não é nosso propósito ferir ou lastimar ninguém. Trabalharemos com todos os países-membros sem exceção para alcançar nossos objetivos e cumprir os acordos que forem adotados. Seremos pacientes, seremos prudentes, seremos flexíveis, seremos serenos. Cuba sujeitar-se-á a estas normas nos anos que presidir o Movimento; eu o declaro categoricamente.

Crescemos e avançamos. Afortunadamente Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e as Ilhas Cabo Verde, são já países plenamente independentes, depois de heróica e desigual luta. Hoje formam parte prestigiosa e influente no seio do nosso Movimento como Estados soberanos. Há apenas seis anos, na Cúpula de Argel, eram só movimentos de libertação.

O Vietnam está unido e livre depois de trinta anos de extraordinária e admirável luta.

O xá já não é xá. A CENTO já não é CENTO. Somoza já não é Somoza. E na pequena e heróica Granada o fascista Gairy já não é Gairy. São vitórias inquestionáveis da independência, o progresso e a liberdade. Nossas causas triunfam porque são justas!

Os povos, em número crescente, somam-se às nossas fileiras à medida que rompem as ataduras do colonialismo, do neocolonialismo, do fascismo ou de qualquer forma de opressão e dependência. Todas estas lutas foram apoiadas, de uma ou outra forma, pelo Movimento dos Não-Alinhados. Suas vitórias são também nossas vitórias.

Não cessa o imperialismo, porém, em seu tenaz esforço por manter submetidos, oprimidos ou ocupados outros povos e países cujas causas exigem nosso decidido apoio.

Cito em primeiro lugar o sofrido e valoroso povo palestino. Nenhum despojo mais brutal dos direitos à paz e à existência de um povo foi cometido neste século. Entenda-se bem que não somos fanáticos. O movimento revolucionário educou-se sempre no ódio à discriminação racial e aos *pogroms* de qualquer tipo e, desde o fundo das nossas almas, repudiamos com todas as nossas forças a cruel perseguição e o genocídio que em seu tempo desatou o nazismo contra o povo hebreu. Mas não posso recordar nada mais parecido em nossa história contemporânea que a expulsão, perseguição e genocídio hoje realizados pelos imperialismo e o sionismo contra o povo palestino. Despojados das suas terras, expulsos da sua própria pátria, dispersos pelo mundo, perseguidos e assassinados, os heróicos palestinos constituem um exemplo impressionante de abnegação e patriotismo, e são o símbolo vivo do crime maior da nossa época.

Pedaço a pedaço as terras palestinas e territórios dos países árabes vizinhos: Síria, Jordânia e Egito, foram arrebatados pelos agressores, armados até os dentes com os meios mais sofisticados do arsenal dos Estados Unidos.

A justa causa palestina e árabe suscitou o apoio da opinião progressista do mundo e do nosso Movimento durante quase vinte anos. Nasser foi precisamente um dos prestigiosos fundadores do mesmo. Entretanto, todas as resoluções das Nações Unidas foram desrespeitosamente ignoradas e rechaçadas pelos agressores e seus aliados imperialistas.

Mediante a traição e a divisão o imperialismo tem querido impor sua própria paz. Uma paz armada, suja, injusta, sangrenta, que não será jamais paz.

Os acordos de Camp David constituem uma flagrante traição à causa árabe: ao povo palestino, ao povo libanês, ao povo sírio, ao povo jordaniano, a todos os povos árabes sem exceção, incluindo o próprio povo egípcio; uma traição a todos os povos progressistas do mundo que, nas Nações Unidas e em todos os foros internacionais, apoiaram sempre uma solução justa para o problema do Oriente Médio, aceitável e decorosa para todos, garantida por todos.

Sobre tamanha injustiça, sobre tão maquiavélica política, sobre semelhante traição, sobre tão frágeis alicerces não se pode edificar jamais a verdadeira paz no Oriente Médio.

Em vez de um, o imperialismo quer ter agora dois gendarmes: Israel e Egito, para o Oriente Médio, para o mundo árabe e para a África. Se já existe realmente a paz entre Egito e Israel, para que se necessitam as numerosas armas que hoje está fornecendo ao Egito, embora estas não sejam tão sofisticadas e modernas como as que recebem os israelitas? Para que servirão senão para serem utilizadas contra outros povos da região, inclusive o povo egípcio?

Falta ética na política internacional. O Movimento dos Não-Alinhados deve pelo menos condenar energicamente o acordo de

Camp David. Um mínimo de sanção moral é indispensável.

Fomos testemunhas de dez anos de manobras, enganos e crimes imperialistas em Zimbabwe. Seis milhões de africanos vivem lá, oprimidos por uma exígua minoria racista, fascista, arrogante, genocida. Devemos fazer o mais firme propósito de condenar e rechaçar o chamado acordo interno e o regime títere de Muzorewa, que é uma burla à consciência da África, e oferecer à Frente Patriótica, única representante legítima do povo de Zimbabwe, o máximo de apoio e solidariedade do Movimento dos Não-Alinhados.

O povo de Namíbia suporta igualmente o desprezo, a burla e o desacato às ordens e resoluções das Nações Unidas por parte da África do Sul, com o pleno apoio das potências da OTAN e dos Estados Unidos. Sem nenhum direito permanecem lá as tropas racistas sul-africanas, desafiando a comunidade internacional e a opinião do mundo, para impedir a independência do povo namíbio e impor a este sofrido país um regime de títeres.

A própria África do Sul constitui o mais abominável exemplo para os povos da África e do mundo. A dignidade humana tem de se sentir ofendida por esse repugnante reduto do espírito nazi-fascista que subsiste no Cone Sul da África, onde 20 milhões de africanos são oprimidos, explorados, discriminados e reprimidos por um punhado de racistas. Quem gerou semelhante regime? Quem o apóia? Diz-se que os racistas sul-africanos podem até mesmo construir bombas atômicas. Pergunto: contra quem poderão usá-las? Contra os guetos negros de Pretória? Acaso servirão para impedir a justa e inevitável libertação do povo?

Por que os racistas rodesianos e sul-africanos podem bombardear quase todos os dias impunemente Moçambique, Zâmbia, Angola, Botswana, assassinando milhares e milhares de refugiados e os próprios cidadãos desses países? Por que os agressores sionistas podem igualmente bombardear diariamente os acampamentos de refugiados palestinos e as povoações do Líbano? Quem lhes deu esse direito? Quem lhes deu esse poder? Por que podem usar as armas mais sofisticadas de destruição e morte? Quem as fornece? Não vemos acaso nisso uma prova irrefutável do papel agressivo do imperialismo e o tipo de ordem e paz que desejam para os nossos povos? Ou quando se mata uma criança, um ancião, uma mulher, um adulto negro, um palestino, um libanês, não se comete um crime? É possível diferenciar estes métodos e estas concepções da concepção e dos métodos que praticou em seu tempo a Alemanha nazista? Entretanto, dia após dia, as notícias de atos genocidas deste tipo nos chegam nos cabogramas, até mesmo através das agências de imprensa imperialistas, como se quisessem acostumar-nos à aceitação resignada e mansa dos fatos.

Outro problema que ocupa a opinião africana e mundial é o do Saara Ocidental. Cuba, que não tem nenhum problema particular com o Marrocos, cujo governo manteve relações diplomáticas e comerciais conosco, inclusive nos dias mais agudos do bloqueio dos Estados Unidos ao nosso país, focalizando o problema como uma questão de princípios, expressa seu total apoio à independência do povo saarahuí, por considerar absolutamente infundada a ocupação de seu território e inquestionavelmente justa sua aspiração à livre autodeterminação. Cuba formou parte da comissão que, em representação das Nações Unidas, investigou os desejos do povo saarahuí antes do conflito, e pôde comprovar que 99 por cento dos habitantes desejavam a independência. Felicitamos a valente decisão da Mauritânia renunciando a toda pretensão territorial. Esperamos que o Marrocos reconsidere a sua política no Saara Ocidental, que o isola e debilita na esfera internacional, o esgota e empobrece economicamente. O direito à independência do valoroso povo saarahuí e sua representação legítima, a Frente Polisária, devem ser reconhecidos por todos.

Apoiamos o povo do Chipre em sua luta contra a ocupação estrangeira de uma parte de seu território e pela paz e a convivência fraternal entre os membros da população desse país irmão.

A posição de cuba em relação ao problemas do sudeste asiático é clara e diáfana. O Vietnam para o nosso povo é sagrado. Pelo Vietnam dissemos um dia que estávamos dispostos a dar o nosso próprio sangue.

Nenhum povo pagou tal cota de sacrifício, sofrimento e vidas pela liberdade em nossa época: nenhum povo realizou uma maior contribuição à luta pela libertação nacional; nenhum povo contribuiu tanto em nossos tempos para criar uma consciência universal contra o imperialismo. Sobre o Vietnam foram lançadas quatro vezes mais toneladas de bombas que todas as utilizadas na Segunda Guerra Mundial; no Vietnam foram esmagadas as garras do país imperialista mais poderoso; o Vietnam ensinou a todas as nações oprimidas que não existe força capaz de vencer um povo decidido a lutar pela sua liberdade. No Vietnam lutou-se também pelo respeito e a dignidade de todos os nossos povos.

Hoje, quando o Vietnam é vítima das intrigas, das calúnias e do cerco dos imperialistas ianques, e da traição, a conspiração e a agressão do governo da China, Cuba lhe oferece seu mais decidido apoio.

Por que o governo dos Estados Unidos e seus aliados, que agora falam tanto do problema dos refugiados vietnamitas, fruto direto do colonialismo, do subdesenvolvimento e de trinta anos de agressão, não dizem em compensação nem uma palavra sobre os milhões de palestinos dispersos pelos mundo e sobre as centenas de milhares de refugia-

dos zimbabwanos, namíbios e sul-africanos dispersos, perseguidos e assassinados na África?

Que direito tem a China de dar lições ao Vietnam, invadir seu território, destruir suas modestas riquezas e assassinar milhares de seus filhos? A camarilha governante da China, que apoiou Pinochet contra Allende; que apoiou a agressão da África do Sul contra a Angola; que apoiou o xá; que apoiou Somoza; que apóia e fornece armas a Sadat; que justifica o bloqueio ianque contra Cuba e a permanência da Base Naval de Guantânamo; que defende a OTAN; que se une aos Estados Unidos e às forças mais reacionárias da Europa e de todo o mundo, não tem prestígio nem tem moral para dar lições a ninguém.

Apoiamos igualmente a República Popular do Laos contra as ameaças de agressão e o expansionismo do governo chinês.

É conhecida a posição de Cuba quanto ao problema do Camboja. Reconhecemos o único governo real e legítimo do Camboja, constituído pelo Conselho Popular Revolucionário da República Popular do Camboja e respaldamos a solidariedade oferecida pelo Vietnam ao seu país irmão. Enfatiza-se que o Vietnam enviou combatentes em apoio dos revolucionários cambojanos. Por que não se diz que a camarilha sangrenta que tinha se apoderado do país, em cumplicidade com a China e o imperialismo, provocou e agrediu primeiro o Vietnam, e que existem provas documentais irrebatíveis das matanças massivas perpetradas contra homens, mulheres, anciãos e crianças vietnamitas?

Condenamos com todas as nossas forças o regime genocida de Pol Pot e Ieng Sary. Três milhões de mortos os acusam. Até o próprio Sihanouk confessa que uma parte da sua família foi assassinada. É uma vergonha para as forças progressistas do mundo que alguma vez, em nome da revolução e do socialismo, tenha se podido cometer semelhantes crimes.

Não obstante, Cuba, respeitosa de suas obrigações como país-sede, ofereceu facilidades a ambas as partes para estarem presentes em Havana, enquanto o Movimento tomasse uma decisão ao respeito. Não se explica que, enquanto alguns se opõem à expulsão do Egito, que se aliou aos Estados Unidos e a Israel, traindo abertamente a causa árabe e o povo palestino, se pretenda condenar o Vietnam pelos seus atos de legítima defesa contra a agressão e se mantenha a ficção de que ainda existe o governo sanguinário de Pol Pot, vergonha da humanidade.

O Movimento deve preservar a unidade e buscar sempre a solução pacífica para qualquer problema surgido entre os seus membros, mas tem também o dever de manter eqüidade, realismo e lógica política nas suas decisões. A Tanzânia também foi obrigada a defender-se da agressão da Uganda e apoiar os patriotas desse país contra o regi-

me repressivo. Hoje, o governo revolucionário e legítimo da Uganda está sentado nesta conferência; por que negar esse direito ao Camboja Popular?

Apoiamos firmemente a luta do povo coreano pela reunificação de seu país. Condenamos a injusta divisão e a virtual ocupação de uma parte do seu território por tropas norte-americanas. Denunciamos a inconsistência e a falsidade das promessas do governo dos Estados Unidos, que em vez de reduzir tais tropas as reforça e incrementa seu potencial agressivo.

No âmbito da nossa América, reiteramos nossa firme e inclaudicável solidariedade com o povo irmão de Porto Rico, cujo direito à autodeterminação e à independência é negado continuamente pela potência colonizadora. Porto Rico, da mesma forma que os povos de Zimbabwe, Namíbia, África do Sul, Palestina e outros, requer nosso apoio sem vacilação, apesar das fortes pressões exercidas constantemente pelos Estados Unidos sobre esta questão em todos os países.

Apoiamos os direitos do Panamá à plena soberania sobre o canal e condenamos as manobras reacionárias para obstaculizar as leis de implementação do novo tratado.

Apoiamos o direito de Belice à independência, hoje obstaculizada fundamentalmente pela oposição e as ameaças da satrapia sangrenta e pró-ianque que oprime a Guatemala. A população de Belice, desde o ponto de vista étnico, cultural e histórico nada tem a ver com a da Guatemala e ambas estão igualmente necessitadas de liberdade.

A nova Nicarágua requer da comunidade internacional a máxima cooperação para a reconstrução do país, destruído por quase meio século de dinastia somozista, filha dos *marines* ianques. É justo que lhe ofereçamos nossa solidariedade.

A aspiração da Bolívia, cujos territórios foram mutilados há um século numa guerra suscitada por interesses imperialistas, a uma saída ao mar, é absolutamente justificada e vital. Portanto, consideramos nosso dever apoiá-la.

Somos opostos à permanência de qualquer tipo de dominação colonial neste hemisfério, onde ainda subsistem.

Cuba também necessita solidariedade. Nosso país sofre um criminoso e feroz bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos que inclui até mesmo os remédios, e um pedaço do nosso território nacional permanece ocupado pela força.

Os Estados Unidos têm o direito de tratar de impedir o nosso desenvolvimento? Têm direito a possuir bases militares em outro país contra a vontade de seu povo?

Existem em todos estes assuntos e lutas, que suscitam a nossa

preocupação e requerem a nossa solidariedade, um elemento constante e invariável: a ação do imperialismo. Pode o nosso Movimento ignorar isso? É acaso um extremismo da nossa parte expor claramente os fatos?

Embora os países subdesenvolvidos, com muita pobreza, um nível e uma média de vida muito reduzidos, sejam os que menos têm a perder numa guerra, não podemos ser insensíveis à necessidade de paz no nosso planeta. Isso seria como renunciar às esperanças de um futuro melhor para os povos. Não compartilhamos a tese de que uma guerra nuclear mundial é inevitável. Tal atitude fatalista e irresponsável é o caminho mais seguro de que a humanidade pode ser aniquilada por um holocausto universal. Nunca antes na vida do homem existiu tal possibilidade tecnológica real. Não é possível que sejamos tão insensatos que o ignoremos. Correspondeu à nossa geração, pela primeira vez na história, enfrentar semelhantes riscos.

No nosso mundo de hoje montanhas de armas cada vez mais mortíferas acumulam-se junto a montanhas de problemas de subdesenvolvimento, pobreza, escassez de alimentos, insalubridade, contaminação ambiental, falta de escolas, de habitações, de emprego e explosivos crescimentos da população. Começam a escassear em diversas áreas do mundo recursos naturais de terra, água, energia e matérias-primas.

As sociedades capitalistas desenvolvidas não só geraram padrões de vida e de consumo dissipadores e já insustentáveis, mas sim também, infelizmente, estenderam-nos a uma grande parte do mundo. Muitos países da nossa área não concebem o desenvolvimento senão como a aspiração de chegar a viver como em Nova York, Londres ou Paris.

A crise econômica mundial, a crise energética, a inflação, a depressão, o desemprego, de uma ou outra forma, preocupam os povos e os governos de uma grande parte da terra. Muito poucos dos integrantes do nosso Movimento, se é que há algum, encontram-se livres dessas dificuldades, porque sobre nós recai precisamente o peso fundamental destas calamidades.

A luta pela paz e por uma ordem econômica justa, por uma solução adequada para os dramáticos problemas que afetam os nossos povos convertem-se, cada vez mais, na questão fundamental do Movimento de Países Não-Alinhados.

A paz, com os imensos riscos que a ameaçam, não é assunto que deva ficar exclusivamente nas mãos das grandes potências militares. A paz é possível, mas a paz mundial só poderá ser assegurada na medida em que todos os países tenhamos a consciência e a decisão de lutar por ela. Paz, não só para uma parte do mundo. Paz, para todos

os povos. Paz, também, para o Vietnam, para os palestinos, para os patriotas de Zimbabwe e Namíbia, para as maiorias oprimidas da África do Sul, para Angola, para Zâmbia, para Moçambique, para Botswana, para a Etiópia, para a Síria, para o Líbano, para o povo saarahuí. Paz com justiça, paz com independência, paz com liberdade. Paz, para os países poderosos e os países pequenos. Paz, para todos os continentes e para todos os povos. Compreendemos perfeitamente que sem luta valente e decidida não a obteremos, e devemos acreditar na possibilidade de consegui-la apesar do imperialismo, do neocolonialismo, do racismo, do sionismo, do expansionismo e dos fatores regressivos que ainda existem no mundo. A força dos nossos países unidos é muito poderosa. Nunca antes as forças do progresso e a consciência política avançada dos povos tinha atingido tais níveis. No seio dos próprios países imperialistas e reacionários movem-se importantes setores progressistas decididos a lutar pelos mesmos fins. Nunca poderemos esquecer o importante papel desempenhado pelo povo dos Estados Unidos e pela opinião mundial no encerramento da criminosa guerra imperialista contra o Vietnam.

A paz, a distensão, a coexistência pacífica, o desarmamento devem ser exigidos, devem ser conquistados, posto que não surgirão por geração espontânea e no mundo de hoje não existe outra alternativa, se quisermos preservar a vida da humanidade.

É preciso estimular igualmente todo avanço neste caminho. Por isso devemos saudar com satisfação os acordos Salt II, entre a União Soviética e os Estados Unidos, bem como os futuros passos prometidos neste terreno. Devemos denunciar ao mesmo tempo as forças reacionárias partidárias da guerra fria que, comprometidas com o sujo negócio das armas, a destruição e a morte, opõem-se no Senado dos Estados Unidos à ratificação dos referidos acordos.

Devemos reconhecer, entretanto, que apesar de serem esses passos positivos e importantes, ainda estão longe do ideal da desnuclearização progressiva até o desaparecimento total das armas nucleares, que seria o único equitativo e justo para todas as nações, e o fim da corrida armamentista. Deve chegar o dia em que a humanidade condene decididamente a produção e o comércio de armas.

Segundo publicações estatísticas, o mundo investe anualmente mais de 300 mil milhões de dólares em armas e despesas militares, e esta cifra possivelmente seja conservadora. Só as forças militares dos Estados Unidos gastam, por exemplo, 30 milhões de toneladas de petróleo, mais do que o gasto total de energia de todos os países da América Central e do Caribe juntos.

Com 300 mil milhões de dólares poderiam ser construídas num ano 600 mil escolas com capacidade para 400 milhões de crianças; ou

60 milhões de habitações confortáveis com capacidade para 300 milhões de pessoas; ou 30 mil hospitais com 18 milhões de camas; ou 20 mil fábricas capazes de gerar emprego para mais de 20 milhões de trabalhadores; ou poderiam ser habilitados 150 milhões de hectares de terra que, com um nível técnico adequado, poderiam alimentar mil milhões de pessoas. Isto é o que a humanidade dissipa cada ano na esfera militar. Consideramos, além disso, a enorme quantidade de recursos humanos em plena juventude, recursos técnicos, científicos, combustível, matérias-primas e outros bens. Este é o preço fabuloso por não existir um verdadeiro clima de confiança e de paz no mundo.

Para nós, os marxistas, a guerra e as armas estão indissoluvelmente associadas na história ao sistema de exploração do homem pelo homem e à sede insaciável inerente a tal sistema de apoderar-se dos recursos naturais de outros povos. Um dia expressamos nas Nações Unidas: "Cesse a filosofia do despojo e cessará a filosofia da guerra".

O socialismo não precisa como sistema a produção de armas para a sua economia; não necessita exércitos para apoderar-se dos recursos de outros povos. Se já se houvesse realizado o lema de unidade e fraternidade para todos os povos e homens, não fariam falta armas para atacar nem oprimir ninguém, nem armas para conquistar a liberdade e defendê-la.

Embora o caminho pareça longo e utópico, duros os golpes e até mesmo as traições no seio do movimento progressista, não devemos jamais desanimar nem deixar de perseverar na luta por estes objetivos. É preciso exigir em todas as tribunas e organismos internacionais que se passe da retórica aos fatos.

Estas questões levam-nos ao tema econômico. É crescente o número de estadistas e dirigentes no seio do nosso Movimento, que colocam a necessidade de que esta questão ocupe o lugar adequado no centro das nossas preocupações. Os senhores são homens de Estado que enfrentam diariamente as duras tarefas da economia nos seus países. Sabem bem quais são as enormes dificuldades: o aumento constante da dívida externa, a escassez de divisas, o crescente preço da energia e dos produtos de importação, o intercâmbio desigual, o roubo incessante e progressivo mediante os baixos preços no mercado exterior dos produtos que são o fruto do suor dos nossos povos, a inflação, a alta de preços internos e os conflitos sociais de todo tipo que tal fato origina.

Governos progressistas, que realizam um nobre esforço pelo desenvolvimento e bem-estar do país, são acossados pelas dificuldades econômicas e pelas condições leoninas e impopulares pelos organismos internacionais de crédito. Qual foi o preço político que tiveram de pagar muitos dos senhores pelas normas do Fundo Monetário

Internacional? Nós, os cubanos, que fomos excluídos dessa instituição por vontade imperialista, não sabemos já com muita certeza se isso constitui um castigo ou um privilégio.

Existem governos que acedem ao poder mediante a luta popular ou revolucionária, encontrando de repente as condições de pobreza, endividamento e subdesenvolvimento que lhes impedem dar resposta às esperanças mais modestas dos seus povos.

Não pretendo dizer meias verdades, e não vou ocultar que as dificuldades sociais são muito maiores quando, em qualquer um dos nossos países, uma exígua minoria ostenta nas suas mãos as riquezas fundamentais e uma grande parte do povo está despossuída de tudo. Em duas palavras, se o sistema é socialmente justo as possibilidades de sobrevivência e desenvolvimento econômico e social são incomparavelmente maiores. Existem países nos quais a economia cresce, mas ao mesmo tempo cresce a pobreza, o analfabetismo, as crianças sem escola, a desnutrição, as doenças, a mendicidade, o desemprego, demonstrando inequivocamente que algo vai mal.

Os países subdesenvolvidos — alguns preferem chamá-los otimistamente de países em desenvolvimento, quando na realidade é cada vez maior a distância entre rendas per capita e níveis de vida com os desenvolvidos —, com 65 por cento da população mundial, dispõem apenas de 15 por cento do produto mundial produzido e unicamente de 8 por cento da produção industrial. O conjunto de países desta categoria, desprovidos de fontes naturais de energia, têm na atualidade uma dívida externa superior a 300 mil milhões de dólares. Calcula-se que o pagamento total dos serviços da dívida externa ascende já aproximadamente a 40 mil milhões de dólares por ano, que representa mais de 20 por cento de suas exportações de cada ano. A renda per capita média dos países desenvolvidos é agora 14 vezes superior à dos subdesenvolvidos. Temos, ademais, na área subdesenvolvida, mais de 900 milhões de adultos analfabetos. Esta situação já se tornou insustentável.

Um dos mais agudos problemas dos países subdesenvolvidos não-petrolíferos, que constituem a imensa maioria do nosso Movimento, é a crise energética. Os países exportadores de petróleo, que são todos do mundo subdesenvolvido, e quase sem exceção ocupam um lugar no Movimento dos Não-Alinhados, tiveram em todo momento o apoio do resto dos nossos países em suas justas exigências pela revalorização de seu produto e a cessação do intercâmbio desigual e a dissipação de energéticos. Estes países contam hoje com muito maior potencial econômico e capacidade de negociação com o mundo capitalista desenvolvido. Não é esta a situação dos países subdesenvolvidos não-petrolíferos. O açúcar, a bauxita, o cobre e os demais

minerais sólidos; o amendoim, a copra, o henequém, o chá, a semente de maranha e os produtos agrícolas em geral, estão terrivelmente desvalorizados no mercado mundial. Os países capitalistas desenvolvidos elevam egoisticamente as tarifas alfandegárias dos poucos produtos manufaturados pelos nossos povos e inclusive subsidiam mercadorias que competem com as nossas, sempre que isso é possível. Isso é o que fazem, por exemplo, a Comunidade Européia e os Estados Unidos com o açúcar. Os preços dos equipamentos, maquinarias, artigos industriais e produtos semi-elaborados que importamos, crescem constantemente. Os privilegiados exportadores dessas mercadorias cobram-nas cada vez mais caras. Eles suportam melhor que os países subdesenvolvidos o preço da energia. Inclusive exportam armas por dezenas de milhares de milhões de dólares anualmente e com elas muitas vezes adquirem petróleo. O xá do Irã foi um dos seus clientes multimilionários prediletos até seu justo derrocamento há pouco tempo atrás. Os excedentes financeiros originários do petróleo exportado são depositados fundamentalmente e investidos nos países capitalistas mais ricos e desenvolvidos. Estes fundos também lhes servem para fornecer-se energia. Em compensação, que recursos restam aos países subdesenvolvidos não-petrolíferos?

É preciso tomar consciência desta realidade, posto que a situação de muitos países, grande parte deles membros deste Movimento, é já verdadeiramente desesperadora. É preciso meditar e discutir sobre isto. É preciso encontrar uma solução. O imperialismo manobra para dividir-nos, tratando de isolar os países petrolíferos do resto do mundo subdesenvolvido, culpando-os pela crise econômica cuja causa exclusiva está na ordem injusta estabelecida no mundo pelo sistema imperialista e, o que é mais perigoso, busca pretextos para dissimular seus planos agressivos contra os países exportadores de petróleo.

Cuba não aborda este tema para defender interesses que a afetam diretamente. Sofremos, obviamente, os efeitos indiretos da crise econômica internacional e dos baixos preços dos nossos produtos no mercado do Ocidente, mas temos assegurados os fornecimentos de petróleo que pagamos com açúcar, cujos preços correspondem ao do petróleo e aos de outros artigos de importação que adquirimos na área socialista.

Entretanto, devemos assinalar que, se toda a produção de açúcar do país, que nesta colheita de 1979 atingiu quase 8 milhões de toneladas, a mais alta do mundo entre os produtores de açúcar de cana-de-açúcar, tivesse tido mercado no mundo ocidental, ao preço que hoje se paga no chamado mercado mundial de aproximadamente 8

centavos de dólar a libra, não teria sido suficiente para pagar a energia que o país consome, ao seu preço atual.

É preciso buscar soluções energéticas mas não só para os países desenvolvidos que hoje consomem já a imensa maioria do que é produzido no mundo, mas sim também, e fundamentalmente, para os países subdesenvolvidos.

Apelamos ao sentido de responsabilidade dos países que são grandes exportadores de petróleo no seio do nosso Movimento para abordar com valentia, decisão e audácia uma sábia e previsora política de cooperação econômica, de fornecimento e investimentos na área do nosso mundo subdesenvolvido, porque da nossa sorte dependerá sua própria sorte.

Não peço que sacrifiquem interesses legítimos; não peço que deixem de lutar ao máximo pelo desenvolvimento e bem-estar de seus próprios povos; não peço que deixem de assegurar o seu futuro. Convido-os a unir-nos, convido-os a ingressar nas nossas fileiras, a lutar juntos por uma verdadeira nova ordem econômica internacional, cujos benefícios alcancem a todos.

Nenhum dinheiro poderá comprar o futuro, porque o futuro está na justiça, está nas nossas consciências e na solidariedade honesta e fraternal dos nossos povos.

A solução dos problemas econômicos dos nossos países requer um esforço extraordinário, responsável, consciente e sério de caráter mundial.

Os aqui reunidos representamos a imensa maioria dos povos do mundo. Unamo-nos todos estreitamente; combinemos as crescentes forças do nosso vigoroso Movimento nas Nações Unidas e em todos os foros internacionais, para exigir justiça econômica para os nossos povos, para que cesse o domínio sobre os nossos recursos e o roubo do nosso suor. Unamo-nos para exigir nosso direito ao desenvolvimento, nosso direito à vida, nosso direito ao futuro. Que cesse já de ser edificada uma economia mundial baseada na opulência daqueles que nos exploraram e empobreceram ontem e nos exploram e empobrecem hoje, e na miséria e no subdesenvolvimento econômico e social da imensa maioria da humanidade. Que desta 6ª Conferência de Cúpula saia a vontade firme de luta e planos concretos de ação. Fatos e não apenas discursos.

Talvez minhas palavras, ao inaugurar esta conferência, não tenham sido demasiado diplomáticas, talvez tampouco demasiado protocolares, mas espero que ninguém duvide que falei com absoluta lealdade.

Muito obrigado.

Josip Broz Tito

Presidente da R.S.F. da Iugoslávia. Discurso na 6.ª Conferência de Chefes de Estado ou Governo dos Países Não-Alinhados. Havana, setembro de 1979.

Com um prazer particular, dirijo-me a esta eminente assembléia dos líderes dos países não-alinhados, unidos na luta comum por levar à prática os princípios e objetivos da política de não-alinhamento, pela paz, a independência e a igualdade de direitos, pelas novas relações políticas e econômicas internacionais. Entre nós encontram-se também, como iguais entre pares, os dirigentes dos Movimentos de Libertação, cujos povos e países, estou convencido, conseguirão, no mais curto prazo, seu legítimo direito à liberdade e à independência.

Permitam-me expressar, em nome da delegação da R.S.F. da Iugoslávia e no meu próprio, nossa gratidão ao governo de Cuba e ao Presidente Fidel Castro, pela cordial acolhida, bem como pela notável contribuição aos preparativos da 6ª Conferência. Os povos da Iugoslávia sentem sinceras simpatias pelo povo amigo de Cuba e estimam altamente seus êxitos na luta pela liberdade e transformação de seu país.

Aproveito esta ocasião para manifestar o especial reconhecimento a Sri Lanka e ao seu Presidente Dzajavorden, que têm dado, como presidente de mesa, uma grande contribuição à nova afirmação e à conseqüente realização da política de não-alinhamento.

Sinto a necessidade de expressar uma satisfação excepcional pelo fato de ser celebrada, pela primeira vez, uma Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados em solo latino-americano. Apreciamos altamente a luta dos povos deste continente pela liberdade e independência, pela emancipação política e econômica, bem como sua contribuição à cultura e à civilização mundiais.

Alegra-me em particular o fato de poder saudar, entre nós, os novos membros do nosso Movimento, a Bolívia, Granada, Irã, Nicarágua, Paquistão, Surinam, a Frente Patriótica de Zimbabwe e outros.

O fato de estarem presentes na nossa Conferência os representantes de mais de cem países — duas terças partes da humanidade — é um poderoso testemunho do valor histórico da política de não-alinhamento e do exitoso caminho percorrido por nosso Movimento desde sua primeira Conferência em Belgrado até o presente.

Já naquele momento tínhamos presente a indispensável necessidade — como se dizia na Declaração de Belgrado — de passar "do velho ordenamento baseado na dominação, a um novo ordenamento baseado na liberdade, na igualdade e na justiça social, que levam ao bem-estar". Nesse documento histórico foram formulados os princípios e os objetivos históricos do não-alinhamento, contendo nossas aspirações e visões duradouras, bem como nossa decisão de que a política e o Movimento dos Não-Alinhados fossem um fator independente, não bloquista, do acontecer mundial.

Ao meditar sobre os dias do nascimento do não-alinhamento, posso dizer que então, da mesma forma que hoje, possuíamos o total conhecimento de que era indispensável lutar pela emancipação nacional, política e econômica. A guerra fria, que ameaçava estender-se ao mundo inteiro e pôr em perigo a sua existência, mostrava claramente que a política de blocos está em grave contradição com os interesses e desejos da humanidade.

Nunca emparelhamos os blocos, nem pelo seu aparecimento nem por outras características. Entretanto, desde o princípio declaramo-nos conseqüentemente contra a política de blocos e a dominação forânea, contra todas as formas de hegemonia política e econômica e pelo direito de todo país à liberdade, à independência e ao desenvolvimento autônomo. Nunca aceitamos ser transmissão ou reserva de ninguém, por ser isso incompatível com a essência da política de não-alinhamento.

Desde os tempos em que apareceu como heraldo da nova era, a política de não-alinhamento tem se tornado uma força real na luta pela paż e a estabilidade no mundo, pela edificação das novas relações políticas e econômicas internacionais. É evidente hoje, sobretudo se recordarmos o período que precedeu ao não-alinhamento, que qualquer debilitamento ou relegação do papel de nosso Movimento conduziriam inevitavelmente a desestabilizar a totalidade das relações internacionais. Pois tal fato é reconhecido cada vez com maior freqüência por muitos países no mundo que não pertencem ao nosso Movimento.

Os resultados da nossa atividade efetuada até o momento são realmente ricos.

Durante os dois últimos decênios temos afirmado, como valores duradouros, os princípios e objetivos genuínos do não-alinhamento.

Estivemos lutando decididamente pela paz, a segurança e a liberdade no mundo.

Temos dado uma contribuição substancial ao exitoso desenvolvimento e desenlace da revolução anticolonial.

Temos codificado os princípios da coexistência pacífica e ativa, lutando energicamente pela sua aplicação.

Opusemo-nos à política de força e à ingerência forânea em qualquer forma que esta se apresentasse.

Iniciamos ações a longo prazo para o estabelecimento do novo ordenamento econômico internacional.

Temos contribuído para a consecução da universalidade e o incremento do papel das Nações Unidas.

Temos dado notáveis passos no tocante ao problema do desarmamento.

Empreendemos uma firme luta pela descolonização nos campos da tecnologia, da informação e da cultura em geral.

Deste modo, a política de não-alinhamento tem se confirmado também, objetivamente, como a força mais progressista nos marcos mundiais. É a que derruba os fundamentos nos quais se apóiam as injustas relações internacionais atuais, criando as condições para edificar um mundo da justiça, da igualdade de direitos e do progresso universal.

Em uma palavra, o tempo transcorrido desde a Conferência de Belgrado tem nos dado razão para afirmar que sem a política de não-alinhamento o mundo estaria muito diferente, ou até mesmo teria se produzido o pior. Efetivamente, a marcha em direção a uma divisão total em blocos e a recrudescência da guerra fria teriam nos levado inexoravelmente à beira do cataclismo.

Entretanto, os problemas que ainda gravitam sobre as relações internacionais não são poucos nem simples.

O perigo de uma conflagração mundial diminuiu, sem dúvida. Mas ainda estamos longe de uma paz, pois a de hoje não é universal

nem estável. Está continuamente agitada por crises e conflitos. É prejudicada pela corrida armamentista, pelo emprego da força e das ingerências, pelo aumento do abismo entre os países industriais desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, pela desigualdade nas relações políticas e econômicas internacionais.

A segurança do mundo, a paz e a estabilidade não podem ser obtidas sem uma transformação radical das relações econômicas internacionais nas quais os países em vias de desenvolvimento são objeto da discriminação e da desigualdade de direitos. As possibilidades materiais de que o homem dispõe atualmente, em vez de contribuir para o bem-estar e para um desenvolvimento harmonioso de todos, fazem o contrário. As relações econômicas não-equitativas tornam-se uma fonte cada vez mais perigosa de novas tensões e conflitos.

Devemos constatar, indignados, que o colonialismo e o racismo no Sul da África continuam se mantendo obstinadamente, com o apoio das forças imperialistas. Isso ocorre, lamentavelmente, apesar das grandes mudanças efetuadas no mundo, no qual foi universalmente aceito o princípio do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Por isso perguntamos: como é possível exercer os direitos humanos se ao mesmo tempo impede-se o exercício dos direitos fundamentais a povos inteiros?

Os povos de Zimbabwe, Namíbia e Azânia e os seus representantes legítimos — a Frente Patriótica, a SWAPO e o Congresso Nacional Africano —, bem como os países da primeira linha, podem estar certos do nosso pleno apoio à sua justa causa e à sua decisão de obter o direito à liberdade e à independência. Faremos tudo para que chegue, o quanto antes, o dia em que o colonialismo passe para sempre à história.

No Oriente Próximo continua obstinadamente a agressão e a ocupação israelita de territórios de países árabes. É um descarado desafio aos princípios fundamentais do ordenamento jurídico internacional contemplado pela Carta das Nações Unidas. Há anos o povo árabe da Palestina está sendo impedido de exercer seus direitos legítimos. E precisamente a questão palestina é o centro da crise do Oriente Próximo. Sem a solução desta questão não haverá uma paz justa nem segurança duradoura em toda a região, e inclusive além dela. Olhando as coisas realisticamente, temos de dizer que caminhos por separado não conduzem a ela.

Uma solução justa e íntegra requer a participação de todas as partes interessadas, incluída a Organização pela Libertação da Palestina. Tal solução deve garantir a retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados e o direito do povo árabe da Palestina à independência e ao Estado próprio. É este o único caminho que conduz à

paz, a fronteiras estáveis e à segurança de todos os países dessa região. Considero que tal solução deve ser buscada, em primeiro lugar, no seio das Nações Unidas.

Estamos igualmente muito preocupados por causa da agudização da crise no Sudeste da Ásia, devido aos conflitos armados e ao emprego da força na solução dos litígios atuais. Tal fato põe em perigo a segurança e a independência dos povos dessa área e produz perigos de conflitos mais extensos.

Não devemos contemporizar com a imposição aos povos da vontade alheia por meio de intervenções militares. Isso está em flagrante contradição com os princípios da Carta das Nações Unidas e com os da política de não-alinhamento. Por isso aqui também acreditamos que a solução da crise passa pela retirada de todas as tropas estrangeiras dos territórios alheios e pelo respeito à independência, à segurança e ao desenvolvimento pacífico de todos os países da região.

Estes são os princípios e aspectos que presidem nossas posições também ante outros focos de crise no mundo, tais como Chipre, Coréia, o Saara Ocidental, etc.

Os países não-alinhados atribuem ao processo de atenuação dos conflitos nas relações internacionais uma grande importância, já que neste processo vêem também seu próprio interesse substancial. Infelizmente, esse processo não é estável e passa por grandes provas. E ainda mais, encontra-se num sério estancamento. Sua principal debilidade consiste em que ainda está limitado pelos interesses dos blocos. E isso produz o perigo de novas confrontações de imprevisíveis conseqüências. A política de distensão não deve ser um apoio de ninguém para exercer pressões sobre outro país. Não deve ser realizada às custas de terceiros.

No mundo, que é um, e no qual a paz é indivisível, a distensão deve ser oni-abrangente. Isso significa que da mesma participem equitativamente todos os países, os maiores e os menores, que se estenda a todas as regiões do mundo e que compreenda todas as questões-chave das relações internacionais e do desenvolvimento. Nisso consistem precisamente as grandes possibilidades e obrigações da política de não-alinhamento.

É compreensível que as grandes potências tenham um papel e uma responsabilidade importantes no processo de distensão. Neste contexto assinalamos em particular quão importante é regularizar as relações e fazer diminuir o perigo das rivalidades e confrontações entre elas e entre os blocos.

Recordo bem quando, com Nehru, Nasser, Sukarno e N'krumah, na Sessão Jubilar da Assembléia Geral, em 1960, empreendemos uma iniciativa com o objetivo de que as duas superpotências, em

vez da confrontação, procedessem a negociar com o objetivo de atenuar os conflitos. Deste modo demos a entender claramente que as suas relações, das quais derivam conseqüências também para os demais, não são apenas um assunto privativo delas. Destacamos que as Nações Unidas são o lugar onde devem ser tratados todos os problemas essenciais do mundo contemporâneo. Isso continua sendo atual até hoje. Considero que é indispensável que o Movimento dos Não-Alinhados intervenha para que a Assembléia Geral considere regularmente as questões que concernem ao processo de atenuação dos conflitos no mundo, e adote medidas para fazer esta idéia progredir.

Consideramos que, sem o progresso da distensão e sem a democratização das relações internacionais, não pode aumentar a segurança no mundo. Tampouco é possível imaginar um desenvolvimento positivo neste sentido sem as medidas que visem consolidar a confiança e iniciar um desarmamento geral e total efetivo.

Preocupa-nos profundamente o prosseguimento da corrida armamentista. Celebramos o tratado entre a URSS e os EUA sobre a limitação do armamento estratégico, SALT II, esperando que este venha a ser o primeiro passo para adotar medidas de desarmamento efetivo. É importante que, sob a iniciativa do nosso Movimento, tenha sido efetuada a Sessão da Assembléia Especial das Nações Unidas sobre o desarmamento. Devemos esforçar-nos ao máximo para que as posições e recomendações dessa Sessão sejam levadas conseqüentemente à prática.

No processo de distensão em solo europeu têm se verificado determinados progressos, que se expressaram através dos resultados da Conferência de Helsinki. É indubitável que tal fato tem um significado mais extenso, pois as confrontações na Europa eram as que mais punham em questão a paz mundial. Entretanto, temos de dizer abertamente que a Europa não pode viver em paz e segurança se estas não são asseguradas no mundo inteiro.

Podemos constatar com satisfação que os países não-alinhados e neutros da Europa, representados aqui também, desempenham um papel relevante na consolidação da cooperação e da segurança européias e incentivam a superação da divisão em blocos no continente europeu.

Desde o ponto de vista da consolidação da paz e da segurança na Europa e no mundo, a área do Mediterrâneo ocupa um lugar importante. Todos os países mediterrâneos devem participar equitativamente — devido às disposições da Ata Final de Helsinki e da Declaração da 5ª Conferência dos Países Não-Alinhados de Colombo — na transformação do Mediterrâneo em zona de paz e cooperação. No estabelecimento de zonas de paz e segurança, sobretudo nas áreas estratégicas do mundo, vemos passos importantes que levariam a reduzir as áreas de rivalidade entre os blocos e entre as grandes potências. Neste sentido apoiamos também os esforços que visam a criar tais zonas no Oceano Índico, na América Latina e em outras partes.

Senhor Presidente:

O estabelecimento do novo ordenamento econômico internacional é o único caminho para superar os dramáticos problemas de desenvolvimento e a profunda crise que afetou a economia mundial. Este é o interesse não só de um grupo de países mas sim do mundo inteiro.

As principais potências industriais, e também outros países desenvolvidos, ainda não querem compreender esta realidade. Resistem às mudanças substanciais das relações presentes. Na 5ª Conferência da UNCTAD, alguns países desenvolvidos até mesmo desviaram-se das decisões adotadas em comum nas Nações Unidas. Ao mesmo tempo, crescem os propósitos dos países mais desenvolvidos de resolver, dentro de círculos fechados e com o fim de proteger os seus próprios interesses, os problemas que são de vital importância para toda a comunidade internacional. Desta maneira se trata, ao mesmo tempo, de dividir os países não-alinhados e outros países em vias de desenvolvimento. Também se exercem diferentes pressões, abusa-se das sérias dificuldades que têm diversos países em vias de desenvolvimento, principalmente os menos desenvolvidos.

Em tais condições temos de prosseguir ainda mais conseqüente e tenazmente nossa luta e encontrar verdadeiras respostas para as dificuldades e resistências que enfrentamos. O ponto de partida para isso continua sendo, em minha profunda convicção, o conceito elaborado por nós nas Conferências de Cúpula de Argel e de Colombo.

Para levar à prática esse conceito, é imprescindível a cooperação entre os países não-alinhados e todos os demais países em vias de desenvolvimento. Este é um interesse econômico essencial e uma das tarefas políticas primordiais de nosso Movimento. Dispomos de grandes possibilidades materiais potenciais, que poderão ser postas a serviço do desenvolvimento de cada país em separado e de todos eles juntos. Isso poderá nos facilitar igualmente uma participação mais exitosa nas negociações com os países desenvolvidos, a fim de estabelecer o novo ordenamento econômico internacional.

A este respeito, considero que devemos tratar com a máxima atenção o cada vez mais dramático problema energético. Estou convencido que vai ser demonstrado que temos interesses comuns. Às

vezes, as soluções podem ser encontradas em forma de cooperação financeira, de investimentos ou algo parecido e, outras vezes, como é o caso dos menos desenvolvidos, será necessário diminuir suas necessidades devido ao constante crescimento dos preços do petróleo, da tecnologia moderna e dos produtos industriais. Consideramos positivas certas iniciativas neste sentido, que devemos estudar seriamente para chegar a soluções geralmente aceitáveis.

A próxima Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas e a aprovação da estratégia internacional de desenvolvimento para a próxima década têm uma significação especial na luta pelo novo ordenamento econômico internacional. Seria muito conveniente que a referida Sessão fosse celebrada a um nível político que correspondesse à seriedade dessa problemática. Esperamos, com razão, que todos os países desenvolvidos, independentemente do agrupamento ao qual pertencem, manifestem uma maior vontade e disposição política de dar sua contribuição em interesse próprio e geral.

Queridos amigos:

No período que nos separa da última Conferência de Cúpula de Colombo, a política de não-alinhamento teve uma nova e poderosa afirmação. Isso é um resultado das maiores expectativas e da decisão ainda mais firme dos povos de lutar por um mundo melhor e mais justo, convencidos de que somente num mundo assim poderão manter com êxito sua independência e assegurar um progresso social mais rápido. Não é casual em absoluto o fato de que quase todos os países que obtiveram sua independência tenham aderido ao nosso Movimento. É igualmente importante que diferentes países, ao libertar-se dos vínculos com as alianças militares e ao rescindir os acordos sobre as bases em seus territórios, tenham se libertado daquilo que os impedia de optar pela política de não-alinhamento, encontrando-se hoje aqui, entre nós. Merece atenção igualmente que as idéias do não-alinhamento tornam-se opções de um número cada vez maior de movimentos e partidos políticos democráticos na Europa e em outras partes.

Junto com a afirmação da nossa política e o fortalecimento do nosso Movimento, enfrentamos também diferentes dificuldades. Algumas delas são herança do passado ou um resultado de diversas condições do desenvolvimento. Algumas são devidas a influências forâneas e a diferentes opções, fato que gera perigo de divisões no Movimento.

Preocupam particularmente os conflitos produzidos entre alguns países não-alinhados. Não devemos perder de vista, nem um só

instante, que todo conflito entre países não-alinhados abre as portas a ingerências forâneas. Tais conflitos dificultam também nossos esforços por edificar as novas relações internacionais democráticas. Não concernem somente aos países diretamente afetados, mas sim a todos nós. Por isso, os países não-alinhados têm o dever de prestar uma ajuda, em forma adequada e por meio dos mecanismos correspondentes, antes que os litígios cheguem a converter-se em conflitos. E se estes se produzem, é preciso buscar rapidamente soluções por via pacífica. Pois nada mais natural que os países não-alinhados, em suas relações mútuas, respeitem e apliquem conseqüentemente aqueles princípios e critérios pelos quais lutam no plano internacional. E estes são os princípios da Carta das Nações Unidas e da política de não-alinhamento.

Nossa luta pela democratização das relações internacionais requer a crescente melhora nas relações democráticas dentro do próprio Movimento, sobretudo se levarmos em consideração o crescimento do nosso Movimento e as exigências cada vez maiores que se apresentam perante ele. Devemos servir ante o mundo também como um exemplo de acordo democrático. Por isso nos espera a tarefa de encontrar novas formas de trabalho e novas formas de tomada de decisões e de atuação em comum.

A este respeito consideramos que é muito importante o modo de trabalho do Bureau de Coordenação. O Bureau de Coordenação deve agir ainda mais eficazmente como um órgão de coordenar e promover iniciativas, expressando as opções e posições do Movimento em seu conjunto. Atribuímos uma importância particular à participação ativa e equitativa de todos os países membros do nosso Movimento na realização da política de não-alinhamento. Isso subentende também a aplicação do consenso como o único modo possível de ajustar posições e de tomar decisões.

Reunimo-nos aqui como representantes mais responsáveis da maioria da humanidade. Perante nós surgem novas e grandes obrigações. O mundo inteiro está com o olhar fixo em nós. Isso requer de todos nós a compreensão e o respeito mútuos, a plena igualdade de direitos, a boa vontade para superar as diferenças, um profundo sentido de solidariedade e o máximo grau de responsabilidade.

O nosso Movimento está orientado para os problemas-chave do mundo de hoje: problemas da paz, da segurança, do desenvolvimento e do progresso geral. Expressa os interesses substanciais de toda a humanidade, não só de uma parte dela. Por isso ainda é maior sua responsabilidade histórica. Esta responsabilidade cabe a todos nós. Nunca devemos perder de vista o que nos é comum e o que nos une.

Devemos opor-nos a tudo aquilo que nos divide e a todos os intentos de infiltração em nossas fileiras.

Nosso interesse duradouro e nosso objetivo estratégico neste momento consiste em continuar afirmando os princípios genuínos da política de não-alinhamento e em consolidar, como decorrência destes, a solidariedade, a unidade e a capacidade de ação do Movimento Não-Alinhado. Só assim estaremos pisando caminhos seguros em nossa marcha em direção ao futuro. Só assim poderemos contribuir exitosamente para a edificação do mundo ao qual aspiramos.

Por isso tomei a decisão de efetuar essa longa e para mim difícil viagem. Fui guiado igualmente pela responsabilidade que tenho como um dos fundadores do Movimento e pela firme convicção de que não há sacrifício que não se possa fazer quando se trata dos objetivos tão altos e dos nobres ideais pelos quais luta o nosso Movimento e aos quais aspiram todos os povos do mundo.

Estou convencido de que a presente Conferência, da mesma forma que as anteriores, será exitosa, dará novas forças e marcará uma nova fase no incremento do papel da política e do Movimento de não-alinhamento nas relações internacionais, pelo bem de todos nós e de toda a humanidade.

Samora Machel

Presidente da República Popular de Moçambique.

Sua Excelência, FIDEL CASTRO RUZ, Presidente do Conselho de Estado da República de Cuba; Suas Excelências, Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados; Suas Excelências, Presidentes dos Movimentos de Libertação Nacional; Sua Excelência, Kurt Waldheim, Secretário-Geral da ONU; Sua Excelência Eden Kodjo, Secretário-Geral da OUA; Excelências; Minhas Senhoras e meus Senhores:

A Vossas Excelências transmitimos a mensagem de amizade, solidariedade e respeito do povo moçambicano para cada um dos vossos povos, aqui dignamente representados, pelos dirigentes dos países não-alinhados.

Endereçamos uma saudação muito particular ao povo cubano, ao seu governo, ao Partido Comunista Cubano e ao Presidente Fidel Castro Ruz.

Reunimo-nos em território livre da América. Reunimo-nos no território em que o imperialismo foi derrotado, onde agressões e manobras, ameaças e bloqueios não puderam impedir um povo de se libertar, de desenvolver e consolidar a revolução. Reunimo-nos aqui porque a revolução socialista criou condições para tornar Cuba a trincheira firme da luta antiimperialista na América Latina, a força de vanguarda na promoção conseqüente dos verdadeiros ideais do não-alinhamento.

O povo cubano, descendente daqueles que com grilhões atravessaram o oceano, é testemunho vivo de que os grilhões podem ser quebrados, de que os povos podem libertar-se da miséria e do subdesenvolvimento, podem edificar a ordem popular que corresponde aos interesses das massas trabalhadoras.

Fidel Castro Ruz, nosso amigo e camarada, presidente do Conselho de Estado da República de Cuba, sintetiza as virtudes heróicas, o valor e o internacionalismo do povo cubano. Nele encontramos o combatente intransigente contra o imperialismo, o dirigente prestigiado pela vitória, o militante modesto e profundamente humano, o defensor determinado e conseqüente da unidade, solidariedade e ajuda mútua entre os povos.

Felicitamos a sua eleição unânime para a presidência do Movimento dos Países Não-Alinhados. A sua direção é para nós garantia da defesa dos nossos princípios, do progresso da nossa causa.

Saudamos igualmente Sua Excelência Junius Richard Jayewardene, eminente dirigente da República Democrática Socialista do Sri Lanka. Sob sua orientação, nestes três últimos anos preservamos a nossa unidade e consolidamos a nossa força, face às inúmeras manobras do nosso inimigo permanente, tendentes a dividir o nosso Movimento.

Excelências: Saudamos esta Conferência do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Saudamos o crescimento da nossa força, saudamos a unidade contra o colonialismo e a tirania, saudamos a determinação no combate contra o racismo, o *apartheid* e o sionismo, saudamos o engajamento na luta dos nossos países e povos pela libertação política, econômica, social e cultural.

Vemos hoje alargadas as nossas fileiras.

Estão conosco, já como membros plenos, a SWAPO da Namíbia, a Frente Patriótica do Zimbabwe, representantes legítimos e autênticos dos seus povos. Estão conosco porque o Movimento de Libertação e nós constituímos um todo único. *Os países não-alinhados são um movimento de libertação global da humanidade.* É justo, pois, que aqueles que de armas na mão oferecem as suas vidas por estes ideais participem como membros plenos do nosso Movimento.

O nosso alargamento constata-se ainda pelo triunfo dos ideais de liberdade e democracia no nosso seio. *Somos uma frente larga onde existe toda a gama de opções políticas.*

Todavia algumas dessas opções contrariam profundamente e traem os ideais mais legítimos dos povos. Algumas dessas opções opõem-se frontalmente à razão de ser dos sacrifícios consentidos pelos nossos povos. Por isso a luta dos povos, a sua determinação, têm

purificado as nossas fileiras das cargas impuras que permaneciam nelas, desvirtuando o nosso combate. A derrubada de regimes tirânicos, a emergência de sistemas democráticos voltados para o progresso e bem-estar dos povos, o triunfo de forças que prezam a paz e o respeito dos nossos princípios, fortalecem os países não-alinhados, tornam a nossa força moral e política mais homogênea, mais coerente, mais eficaz. É na purificação das fileiras que ganhamos novas forças e alargamos a frente vasta que já somos. É na purificação das fileiras e alargamento da frente do progresso que avança irresistivelmente a História, é assim que a nossa família se torna cada vez mais numerosa, mais forte, mais unida.

Saudamos calorosamente a adesão de novos países à nossa causa. Saudamos a adesão das Frentes Patrióticas do Irã, do Paquistão, do Surinam, da Grenada, da Bolívia, da Nicarágua.

Saudamos também que outros países, a Costa Rica, República Dominicana, Santa Lúcia e as Filipinas façam crescer as nossas fileiras, tornando-se observadores.

No Irã, na Nicarágua, em Uganda, no Camboja, na Guiné Equatorial, em Grenada, a luta popular apoiada pela solidariedade internacional, e nomeadamente dois países limítrofes, pôs termo a regimes despóticos, anti-humanos, belicistas e expansionistas. A solidariedade internacional, o apoio prestado a estas lutas, corresponde aos ideais do Movimento dos Países Não-Alinhados. Apoiar os povos a derrubar tiranias, apoiar os povos a deter a ação criminosa de regimes expansionistas e belicistas, não constitui intervenção nos assuntos internos. É um dever de todos os países não-alinhados que, por definição, devem valorizar a causa da democracia e da paz. Este tipo de apoio é a solidariedade preconizada pelo não-alinhamento. É passar das palavras aos fatos. Por isso saudamos o apoio fraternal que conduziu à derrubada das ditaduras sinistras de Somoza na Nicarágua, de Idi Amin em Uganda, de Pol Pot no Camboja.

A queda do regime do Irã atingiu profundamente um dos mais importantes cúmplices do sistema do racismo, do *apartheid*, do sionismo. A queda dos regimes de Idi Amin e Pol Pot libertou os povos de Uganda e Camboja, pôs termo a ações armadas desencadeadas por essas sinistras ditaduras contra membros dos países não-alinhados. As vitórias de Manágua e Malabo destruíram oligarquias familiares que faziam de países sua propriedade pessoal e de povos seus escravos. Estas vitórias forçaram, sobretudo, uma redefinição da estratégia do imperialismo na Ásia, África e Améria Latina.

Com profunda emoção saudamos a presença destes novos regimes no nosso seio. Eles representam a luta tenaz dos seus povos pela

liberdade, pela dignidade humana esmagadas por tiranias ao serviço de interesses egoístas e estrangeiros.

Devemos todavia afirmar que é com indignação que constatamos permanecer vazia a cadeira do Estado do Camboja. A República Popular do Camboja, o seu Conselho Popular Revolucionário, representam a realidade do combate e da vontade do povo heróico do Camboja. A República Popular do Camboja que, em condições ainda trágicas, cicatriza as feridas infringidas por uma tirania demente e belicista, exprime os nossos ideais de paz e progresso.

Por que é que está vazia esta cadeira? Dizem que não há consenso entre nós sobre quem representa o povo e o governo do Camboja.

Mas então se não há consenso, devemos perguntar a cada um:

— Estamos ou não de acordo em condenar o massacre de homens, mulheres e crianças?

— Estamos ou não de acordo em apoiar a justa luta dos povos contra a tirania e o genocídio?

Foi o massacre de homens, mulheres e crianças, foi a demência duma tirania que todos reconhecem, incluindo os que defendem Pol Pot, o que caracterizou a chamada República Democrática do Camboja.

Na história recente da humanidade, só na racionalidade fria e sistemática da Alemanha nazi encontramos um paralelo igualmente sinistro. Pol Pot classificava as populações para serem eliminadas.

Então perguntamos: por que é que alguns defendem Pol Pot? Alegam a defesa do princípio de não-ingerência. O que é a ingerência? Vejamos:

— Os colonialistas portugueses e os seus mentores acusavam a Tanzânia, a Zâmbia, a África, os países socialistas, os países nórdicos, de ingerência nos seus assuntos internos e nas suas colônias.

— Os somozistas, os seus mentores, acusavam a Costa Rica, o Panamá e a América Latina livre, de ingerência.

— Lon Nol, os americanos, acusaram o Vietnam, os países socialistas de ingerência no Camboja.

— Idi Amin acusou a Tanzânia de ingerência.

— Marrocos acusa a África e os países não-alinhados de se ingerir no Saara, tal como a Indonésia em Timor Leste.

— Os participantes de Camp David acusam a Palestina, os povos árabes e a humanidade de ingerência.

— A África do Sul acusa Angola, as Nações Unidas de ingerência na Namíbia.

— Ian Smith e os seus patrões a todos nos acusam de ingerência, especialmente a nós vítimas de agressão.

Será ingerência para nós? Será que o cumprimento do dever de solidariedade é ingerência? Será ingerência o apoio à luta contra o imperialismo, o colonialismo, o racismo, o *apartheid*, o sionismo? Será ingerência o apoio à luta antifascista, o apoio à luta dos povos contra o genocídio de que são vítimas?

Não joguemos com palavras. Sejamos claros e honestos sobre o que é ingerência. *Jogar com palavras é caminhar decididamente para o oportunismo e cair na traição.* Respeitemos a vontade dos povos e façamos avançar a sua luta, a liberdade, a paz, a História.

Queremos aqui publicamente afirmar a grande estima e reconhecimento do povo moçambicano ao povo vietnamita. O povo vietnamita, na época atual, deu a maior contribuição à luta de libertação nacional. Os laços fraternais de cooperação, amizade e paz que se forjam entre o novo Camboja, o novo Laos e o novo Vietnam constituem uma mensagem de esperança sobre a paz e progresso na Ásia.

Importa apoiar e felicitar os esforços da República Socialista do Vietnam e da República Popular da China para, no diálogo, resolverem o conflito existente, restabelecerem a fraternidade entre os seus povos. As guerras de agressão e punição só servem ao interesses imperialistas. A fraternidade tantas vezes selada pelo sangue deve ser restaurada para benefício de todos nós.

Ao mencionarmos a Ásia, reafirmamos o nosso apoio indefectível à justa luta da República Popular Democrática da Coréia pela defesa das conquistas populares, pela reunificação pacífica da Pátria, pela expulsão das tropas de ocupação que constituem uma ameaça à paz e segurança na zona e no mundo.

Excelências: Repetindo o que já afirmamos durante a Reunião Extraordinária do Bureau de Coordenação em Maputo, na personalidade e no significado da vida dos fundadores da idéia do não-alinhamento encontramos a razão de ser da nossa existência e as linhas mestras da nossa ação.

No Marechal Tito, que respeitosamente saudamos, encontramos o antigo guerrilheiro antifascita, o eminente dirigente do combate contra a bestialidade nazi, o unificador dos povos da Iugoslávia, o combatente na luta contra o colonialismo, pela independência dos povos e pela paz.

Na inesquecível figura de Gamal Abdel Nasser, encontramos a determinação do povo árabe em recuperar a sua dignidade. Ele foi o militante confiante na vitória. Ele nunca se curvou perante o imperialismo e o sionismo, sempre recusou as capitulações. No seio dos países em desenvolvimento, duma maneira conseqüente, empreendeu a batalha pela recuperação do direito dos povos sobre os seus recursos naturais. A nacionalização do Canal do Suez permanecerá co-

mo um dos marcos fundamentais da luta dos povos pela emancipação econômica. Nasser viveu a causa do movimento de libertação. Esteve com a Palestina, esteve com a Argélia em combate pela independência, com o então Congo despedaçado pelas intrigas do imperialismo. Foi companheiro de armas de Angola, da Guiné-Bissau, de Moçambique, do Vietnam.

Com Kwame N'krumah iniciou-se uma nova etapa na luta de libertação do continente africano. Foi ele o primeiro chefe de Estado que apreendeu na África a essência do neocolonialismo. Ele soube assumir o combate contra o imperialismo. Compreendeu que a independência de Ghana permaneceria frágil e incompleta sem a libertação do continente africano, sem a unidade da África.

Em Nehru, encontramos o combatente anticolonialista. O homem que, apesar das prisões e perseguições, se manteve firme, exigindo a independência nacional. Foi uma das vozes que defendeu a paz, uma das forças que intransigentemente se opôs à integração da sua pátria na esfera de dominação imperialista. Ele combateu sempre, para que o seu povo não servisse de instrumento ao cerco que se queria impor ao campo socialista.

Recordamos aqui a memória de Sukarno. De armas na mão batendo-se pela liberdade e unidade da pátria. Opondo-se à demência da guerra fria, combatendo o colonialismo e o expansionismo. Ele defendeu a aliança com todas as forças progressistas de maneira a promover a verdadeira emancipação do seu povo. Ele preconizou sempre que o não-alinhamento em relação aos blocos não se podia traduzir em não-engajamento na luta antiimperialista. Foi firme na definição do imperialismo como inimigo permanente e principal do não-alinhamento.

Numa época mais recente, presidindo o nosso Movimento, tivemos o militante da causa da independência e unidade da África e dos países árabes, o combatente conseqüente contra o imperialismo, o racismo e o sionismo, o lutador por uma Nova Ordem Econômica Internacional que corresponda aos interesses dos povos, o Presidente Houari Boumediene.

Falar destas personalidades é sublinhar os traços fundamentais que caracterizam o nosso Movimento e a idéia do não-alinhamento. É afirmar o não-alinhamento como estratégia específica dos nossos povos para garantir a independência e a paz, face à guerra fria imposta pelo imperialismo. É afirmar *o não-alinhamento como estratégia antiimperialista para a libertação total dos nossos povos*. É afirmar o não-alinhamento como defesa dos interesses dos nossos povos. É recusar que as metrópoles imperialistas continuem a considerar povos e continentes como suas zonas de influência, suas reservas em matérias-

primas e em mão-de-obra escrava, fonte de recrutamento de novos cérebros.

Importa salientar estes traços fundamentais porque o imperialismo, diretamente ou através de porta-vozes no nosso Movimento, procura diluir e confundir as realidades numa tentativa de transformar o não-alinhamento em posição eqüidistante entre o imperialismo e a luta antiimperialista — numa terceira força, rival dos blocos. Diluir e confundir para *tentar convencer-nos de que o inimigo do não-alinhamento é a rivalidade entre certos países e que, finalmente, o imperialismo não é o nosso inimigo principal*. A definição do inimigo e do aliado surge da definição do que somos e do que queremos. É a propósito destas definições que alguns no nosso seio pretendem que há uma ideologização dos países não-alinhados.

Sim, há uma ideologia. Sim, desde a sua fundação que o nosso Movimento teve uma ideologia que, sucessivamente, durante cinco cimeiras se foi enriquecendo. Ao evocarmos, há pouco, a personalidade dos nossos fundadores sublinhamos, precisamente, os traços fundamentais da ideologia dos países não-alinhados. *Essa ideologia assenta nos interesses dos povos e na luta contra a exploração do homem pelo homem. Ela é antiimperialista, anticolonialista, antineocolonialista, anti-racista, anti* apartheid, *anti-sionista. Ela é antifascista, ela é contra as ditaduras e tiranias. Ela é instrumento de libertação política, econômica, social e cultural dos nossos povos. A luta conseqüente de libertação é obrigatoriamente antiimperialista.*

É normal então que o nosso inimigo se oponha à nossa ideologia e ao seu desenvolvimento. É normal então que o nosso inimigo procure dividir-nos afirmando que a ideologia do Movimento é uma coisa recente, é uma coisa má.

Pretende ser nosso professor.

Desde quando os antigos colonialistas defendem a nossa libertação? Desde quando o imperialismo que nos oprime pode indicar as vias que levam à emancipação política, econômica e social? Desde quando se tornaram autoridades sobre o não-alinhamento os que colonizam Porto Rico, ocupam Guantânamo, negam ao Panamá o seu canal, mantêm os regimes de Salisbury, Pretória, Telavive, desmembram as Comores, instalam bases no Oceano Índico? Desde quando dá o inimigo bons conselhos? Rejeitemos esses conselhos. *Sejamos nós mesmos a criar o nosso futuro*. Recusemos ser porta-vozes do inimigo.

Os nossos povos confrontam-se com o colonialismo, com o neocolonialismo, com o racismo, com o *apartheid*, com o sionismo. Os nossos países são objeto de pilhagem das suas riquezas. Os nossos tra-

balhadores vêem-se brutalmente despojados do produto do seu trabalho.

Estas são as realidades cotidianas que vivemos. A elas se acrescentam os bloqueios, as ocupações de territórios, as intimidações militares, as ações de destabilização, as agressões abertas. Estes crimes não resultam de rivalidades entre superpotências. Estes crimes não são produto da confrontação entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Estes crimes revelam a natureza brutal e pérfida do imperialismo. O colonialismo, o racismo, o *apartheid*, o sionismo, o imperialismo, a pilhagem dos nossos países, a ocupação de partes dos nossos territórios, a agressão contra os nossos povos, de muito antecedem o aparecimento de países socialistas.

É precisamente com o aparecimento de países socialistas que se modifica a nosso favor a correlação de forças. Este é um fato histórico incontestável. O imperialismo não mais conseguiu concentrar a totalidade da sua força contra nós. Os nossos povos passaram a dispor de armas para neutralizar e derrotar as agressões armadas de que eram vítimas. Os nossos povos passaram a dispor de alternativas tecnológicas e econômicas para superar os bloqueios e ações de destabilização.

Os países socialistas são aliados naturais dos nossos povos, constituem uma retaguarda segura para o triunfo da nossa luta de libertação, para a defesa da nossa independência econômica — alicerces sobre os quais surge o não-alinhamento. Fazemos esta análise como país não-alinhado que conhece e vive a realidade da História. Fazemos esta afirmação como país diariamente agredido. Fazemos esta afirmação como país que é retaguarda segura da luta de libertação. Fazemos esta afirmação porque o socialismo que construímos na nossa pátria torna possível que a República Popular de Moçambique recupere os seus recursos naturais, se desenvolva e cumpra o seu dever internacionalista.

—O—

Excelências: No nosso seio a luta anticolonialista é uma constante. Todavia, nos últimos anos, constatamos que certos países membros apresentaram-se como *herdeiros do expansionismo colonial*. As agressões de que são vítimas a República Democrática de Timor Leste, a República Árabe Democrática Saarahuí, são exemplos flagrantes desta realidade. Temos vergonha de discutir isto porque alguns de nós já se transformaram em colonialistas. Saudamos a coragem política da República Islâmica da Mauritânia que, com honra e dignidade, restabeleceu a paz e a amizade com o povo saarahuí. Este

exemplo deve inspirar aqueles que ainda recusam reconhecer e aceitar a realidade nacional dos povos saarahuí e Maubere.

Quando entre nós há manifestações de colonialismo e expansionismo, é evidente que teremos dificuldades em definir estes males como inimigos a combater. É evidente que aqueles que persistem em ações colonialistas e expansionistas têm de recorrer à aliança aberta ou camuflada com o imperialismo, traindo os princípios do não-alinhamento. Do mesmo modo, se no nosso seio surgem compromissos com os regimes racistas e sionistas, se surgem traições como as de Camp David, então, de uma maneira ou de outra, alguns de nós se transformarão nos porta-vozes daquilo que combatemos. Tornar-se-ão aliados objetivos do inimigo, advogarão continuamente capitulações, disfarçadas em compromissos. Não apreciam as vitórias do nosso movimento, receiam que alcance novas vitórias e acabam por trair.

Excelências: *Ouvimos estupefatos chamar de coragem a ida a Jerusalém. Mas esta é a coragem do suicida que caminha para o túmulo. E quando esse suicida arrasta atrás de si todo um povo, é já um genocídio*. Ouvimos chamar combate e luta quando se entregam as armas e os princípios ao inimigo — mas isto é lutar, é combater contra a luta dos povos, é render-se, é capitular. É esta coragem, esta capitulação e traição dos direitos do povo palestino e dos princípios que guiam os não-alinhados que pretendem que nós batizemos.

Não satisfeitos com a traição, querem o nosso aplauso. Querem que substituamos a solidariedade para com a luta dos povos, pela cumplicidade com as maquinações que traem essa luta. Querem que os não-alinhados passem a alinhar com a agressão, com o invasor, o ocupante e genocida; em suma, com o sionismo contra o direito dos palestinos e os árabes em geral.

Excelências: Na história da humanidade, inúmeras têm sido as traições, mas dificilmente encontraríamos paralelo quando vemos o capitulacionista, o traidor dos nossos princípios vir aqui, defender a público, perante tão augusta assembléia, que por causa do seu vergonhoso ato, a traição já não é traição, a capitulação já não é capitulação, o inimigo já não é inimigo.

Só falta propor que Israel seja admitido como membro dos países não-alinhados. Recebem armas do inimigo. Recebem o apoio do Mossad. Para quê?

Disseram aqui que essas armas são para apoiar o movimento de libertação. Sabemos que até agora nem a Frente Patriótica, nem a SWAPO, nem o ANC receberam essas armas. Mas vemos armas iguais nas mãos dos carrascos de Salisbury e Pretória que as utilizam com o apoio de Israel.

Nós em Moçambique até já abatemos dois pilotos de Israel, pi-

lotos militares ao serviço da Rodésia. Sabemos que essas armas vão ser enviadas para o Saara, para combater a Frente Polisária, movimento de libertação que luta pelo direito à autodeterminação e independência, reconhecido pela OUA, pela ONU, pelos não-alinhados. As armas não estão a reforçar a OLP, antes pelo contrário. Não estão a defender o Líbano. Para que servem as armas então?

Desde a sua criação o Movimento dos Países Não-Alinhados sempre tomou uma posição clara quanto à questão da Palestina e do Oriente Médio. A solução do problema não pode ser encontrada sem o exercício do direito à autodeterminação e independência do povo palestino e à recuperação de todos os territórios árabes ocupados por Israel desde 1967.

Porque sempre respeitamos o direito dos povos a decidirem livremente do seu destino recusamos firmemente que alguém negocie em nome de um povo sem o seu consentimento. *A OLP é membro pleno de direito do nosso Movimento. Nela reconhecemos o único e legítimo representante do povo palestino. Entendemos portanto que nenhum acordo sobre a Palestina poderá ser apoiado por nós sem que seja assinado ou ratificado pela OLP.*

—O—

Excelências: A reunião de Maputo assumiu um caráter especial enquanto primeira sessão extraordinária do Bureau, enquanto primeira sessão consagrada exclusivamente a um tema — a libertação dos povos da África austral. Essa foi uma sessão que demonstrou que entre nós, independentemente dos sistemas políticos e sociais, independentemente dos continentes, todos estávamos unidos na luta contra o racismo, o *apartheid*, o colonialismo. A unanimidade demonstrada em Maputo testemunha a vitalidade e a potencialidade imensa dos países não-alinhados.

A luta de libertação na África austral atinge uma fase crucial que exige a nossa solidariedade para com o movimento de libertação nacional e uma compreensão total da evolução dos acontecimentos. O meu camarada e amigo Michel Manley disse-nos aqui e de uma maneira brilhante o que foi a reunião da Commonwealth. Faço minhas as suas palavras. Tem sido estratégia do imperialismo na nossa zona alternar continuamente soluções internas e soluções internacionais. Umas e outras sucedem-se num círculo vicioso. O objetivo é preservar por todos os meios o Zimbabwe e a Namíbia como Estados satélites da África do Sul, zonas de influência imperialista, plataformas de agressão contra os Estados vizinhos independentes.

Os regimes de Pretória e Salisbury contrariam frontalmente as

decisões do Conselho de Segurança e as resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas. Com a cumplicidade mais ou menos tácita dos seus patrões ocidentais organizam farsas eleitorais, instalam executivos fantoches, diferentes dos anteriores apenas na coloração da pele, o que em nada modifica o caráter colonial, ilegal, racista e criminoso destes regimes. As agressões contra os Estados soberanos limítrofes, membros do Movimento dos Países Não-Alinhados, prosseguem e até mesmo se intensificam. Os massacres contra as populações indefesas, as prisões arbitrárias, os enforcamentos, os assassinatos, aumentam constantemente. O nosso Movimento deve ter uma posição clara.

É verdade que se tornou rotineira a leitura em pequenas notícias dos massacres e agressões contra os nossos povos. O que se passa em Soweto, em Mapai, em Nyazônia, em Kassinga, na Zâmbia, no Botswana é rotina. Os massacres em Timor Leste e no Saara são rotina. A espoliação da Palestina, os ataques contra o Líbano são rotina. As chacinas do xá do Irã, de Somoza na Nicarágua, de Idi Amim em Uganda, de Macias na Guiné Equatorial, de Pol Pot no Camboja, de Pinochet no Chile são rotina.

As crianças quando assassinadas pelas balas fascistas e imperialistas não são crianças, são apenas números.. As mulheres desventradas, os velhos massacrados, os homens torturados e assassinados são ocorrências estatísticas banais nos noticiários.

Todavia quando os assassinos e massacradores dos povos são julgados, condenados e executados, são notícia de primeira página. Assim se emociona o mundo pelos primeiros-ministros e generais executados no Irã. Assim se comove a opinião pública sobre os chefes de Estado e generais fuzilados no Ghana. Assim se informa o mundo da violação de direitos humanos em Moçambique quando os mercenários são executados. Assim se publicavam editoriais em jornais muito respeitáveis, sobre a perspectiva de execuções na Nicarágua.

Nós recusamos este tipo de mistificação.

Nós acusamos os autores dos crimes contra os povos. A comunidade internacional, os países não-alinhados, condenam os traidores, os massacradores, os renegados, os mercenários. A tentativa de tornar aceitáveis para a Comunidade Internacional os fantoches e renegados fracassou.

A Declaração de Maputo da Sessão Extraordinária do nosso Bureau, as decisões da 16ª Conferência da OUA em Monróvia, impõem a condenação das soluções internas. A intensificação da luta armada de libertação nacional no Zimbabwe sob a direção da Frente Patriótica, a identificação das largas massas com os seus movimentos de libertação neutralizam as farsas eleitorais.

Face a esta situação de derrotas militares crescentes no plano interno e isolamento no plano internacional, de novo se volta a preconizar a alternativa da solução internacional pacífica, de novo se reconhece a necessidade de negociar.

A abertura do processo de negociações é uma conquista da luta armada, é uma vitória nossa.

Devemos, contudo, ao saudar a convocação de uma conferência sobre o Zimbabwe com a participação de todas as partes, reafirmar que apoiaremos a luta armada de libertação nacional enquanto ela não atingir os seus objetivos — o reconhecimento e o exercício do direito dos povos à independência total e completa.

Essa vitória é também produto do apoio firme do nosso Movimento à luta armada de libertação nacional. É nosso dever consolidar essa vitória, mantendo a máxima vigilância, denunciando todas as tentativas de utilizar as negociações com o objetivo tático de ganhar tempo. Nessas negociações, os países não-alinhados, conseqüentes com a luta anticolonialista e anti-racista, são parte interessada. Os países não-alinhados devem unir-se contra as potências coloniais e racistas e é contra elas que devem exercer a sua pressão unida e organizada, em favor da Frente Patriótica e da SWAPO, únicos e legítimos representantes dos seus povos respectivos e membros plenos do nosso Movimento.

Falarmos da Namíbia e do Zimbabwe é falar na África do Sul. A solução definitiva do problema da África austral não pode ser alcançada sem a *eliminação total do apartheid*. A África do Sul é o centro estratégico do imperialismo para a dominação da África austral e de toda a África em geral. É por isso que se a luta é dura na Namíbia e no Zimbabwe ela é ainda mais dura na África do Sul.

Todos os esforços do imperialismo destinam-se a proteger este seu destacamento operacional avançado. E o que é a África do Sul senão um somatório dos grandes interesses econômicos da América do Norte, da Grã-Bretanha, da Alemanha Federal, da França, de Israel e de outros seus aliados? A força militar da África do Sul, que inclui o desenvolvimento da força nuclear, reside na ajuda destes mesmos países.

Aí vive uma população de mais de 28 milhões. Mas destes 28 milhões apenas os 4 milhões de brancos são considerados pessoas, apenas os 4 milhões de *boers* são sul-africanos. Os restantes são negros, são bantus, não são pessoas e muito menos sul-africanos — são estrangeiros na sua própria pátria.

É preciso libertar a África do Sul. É preciso que a África do Sul seja finalmente a pátria de todos os sul-africanos. E isto só será possível quando as crianças negras e as crianças brancas forem simplesmente crianças. Esta será a vitória do ANC, será a vitória dos não-alinhados, será a vitória de toda a humanidade contra o *apartheid* e contra o imperialismo, responsável moral e material da existência deste sistema desumano.

Nós, os não-alinhados, devemos reafirmar aqui a determinação que tomamos na reunião de Maputo de apoiar resolutamente e com ações concretas a libertação do povo sul-africano.

—O—

Excelências: A transformação do Oceano Índico em zona de paz e desnuclearizada é uma das aspirações do nosso Movimento, reconhecida pela OUA e pelas Nações Unidas.

A presença de bases militares imperialistas no Canal de Moçambique, em Diego García, Mayote, Reunião e outras, e a intensificação da militarização, e nuclearização do Oceano Índico são um desafio às decisões da comunidade internacional e constituem uma ameça constante à soberania e à integridade territorial dos países da região. A decisão de criar uma 5ª Frota Norte-Americana, especialmente para o Oceano Índico, vem agravar esta situação.

Assim, uma vez mais, impõe-se uma ação concertada entre todos os países não-alinhados para responder a estas novas ameaças de guerra.

O estabelecimento de zonas desmilitarizadas e desnuclearizadas constituem um passo muito importante com vista ao desarmamento geral e completo, para que o desanuviamento se transforme numa tendência generalizada nas relações internacionais.

Ao saudarmos a assinatura do Tratado de Limitação de Armas Estratégicas, SALT II, recordamos que está ainda longe a eliminação total da corrida aos armamentos, nomeadamente a liquidação da corrida pela criação de novas armas de extermínio de massa, de que a bomba de neutrons constitui um recente exemplo. Com grave apreensão neste quadro somos obrigados a denunciar a cumplicidade ativa do imperialismo na nuclearização dos regimes belicistas de Pretória e Telavive. O nosso Movimento deve desenvolver os seus esforços pela realização de uma Conferência Mundial sobre o Desarmamento que elimine o equilíbrio do terror e crie condições para o estabelecimento duma verdadeira paz e segurança internacionais.

—O—

Excelências: A miséria, a fome, a nudez, a doença, o analfabetismo são males que assolam a esmagadora maioria dos nossos povos.

No solo e no subsolo dos nossos países, nas águas dos nossos rios e oceanos existem potenciais tremendos de riquezas capazes de criar a properidade dos nossos povos, contribuindo para o progresso da humanidade. A riqueza dos fundos oceânicos, justamente declarada patrimônio comum da humanidade pelas Nações Unidas constitui um dos principais alvos do assalto do imperialismo. Assistimos hoje à multiplicação de manobras tendentes a subverter os verdadeiros objetivos da descolonização dos mares. A solução correta das várias questões relativas ao Direito do Mar é, em nosso entender, condição fundamental para a construção da Nova Ordem Econômica Internacional. Só a unidade dos países em vias de desenvolvimento é que poderá salvaguardar os interesses da humanidade contra a cobiça insaciável das transnacionais e do imperialismo.

A Zona Econômica Exclusiva é já uma conquista dos países em desenvolvimento porque ela defende os nossos recursos marinhos. A consagração da Zona Econômica Exclusiva é do interesse de todos os países em desenvolvimento e não apenas dos países costeiros. É na sua consolidação que encontramos um dos meios para desenvolver o necessário intercâmbio econômico entre os nossos países, detentores de diferentes recursos naturais. É na sua afirmação como zona de soberania econômica que melhor nos defendemos contra a pilhagem dos recursos naturais nela existentes. Pelo contrário, a ambigüidade na definição da Zona Econômica Exclusiva só pode servir ao imperialismo.

O imperialismo apodera-se dos nossos minerais e deixa-nos os buracos; explora as nossas florestas e nós ficamos com a terra nua; explora a nossa mão-de-obra, alicia, compra e suborna quadros e dirigentes, impede o nosso progresso e sujeita-nos à dependência. O imperialismo reserva para nós as indústrias marginais e poluidoras, as pequenas e médias indústrias que lhe poderão gerar lucros fáceis e imediatos à custa da exploração da nossa mão-de-obra.

É neste quadro que se inscrevem os fracassos que têm caracterizado as negociações internacionais tendentes a reestruturar a economia mundial.

Não nos surpreende o fracasso do chamado Diálogo Norte-Sul. Não nos surpreende a incapacidade de se tomarem decisões concretas e eficazes sobre a maioria das questões fundamentais para a instauração da Nova Ordem Econômica Internacional, recentemente abordadas na 5ª UNCTAD. É normal que assim seja. O imperialismo não concorda com a nossa emancipação econômica.

A luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional não pode ignorar as violências e sujeições impostas às nossas economias, e as manobras do imperialismo para as perpetuar. A luta por uma Nova

Ordem Econômica Internacional tem de integrar o direito de utilizar em nosso benefício os recursos humanos e materiais dos nossos países. Neste sentido, assume particular relevância a necessidade de revalorizar as matérias-primas essenciais ao nosso desenvolvimento. As recentes decisões de criar forças militares, destinadas a intervir contra os países que recuperam os seus recursos naturais, demonstram a arrogância do imperialismo de prosseguir com a política de agressão e regressar às formas clássicas do pacto colonial. Isto constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais.

A atuação dos países exportadores de petróleo é um exemplo significativo de como a unidade pode impor os nossos interesses aos países capitalistas desenvolvidos. Unidade entre os produtores de petróleo. Em nossa opinião a revalorização dos preços do petróleo é uma medida legítima de defesa e controle dos recursos dos países produtores. Contudo, não podemos deixar de afirmar que neste processo são os países em desenvolvimento não-produtores de petróleo que sofrem imediatamente as mais graves repercussões. Eles tornam-se importadores da inflação e das distorções geradas pela irracionalidade da política econômica dos países capitalistas desenvolvidos. Neste momento, ultrapassar a contradição existente exige que os recursos financeiros dos países produtores de petróleo se combinem com os outros recursos naturais e tecnológicos dos países não-produtores de petróleo para promover o desenvolvimento mútuo. Os recursos financeiros não devem servir para reforçar aqueles que nos estão a pilhar e que agora nos ameaçam até de agressão. A força política que é o não-alinhamento deve materializar-se também ao nível econômico. Esta é uma questão de princípio, é uma da principais pedras de toque da nossa solidariedade.

Na unidade e na coordenação dos nossos esforços devemos encontrar em conjunto formas práticas e imediatas de cooperação para superar esta contradição. Não devemos permitir que o petróleo possa ser utilizado pelo imperialismo como fator de divisão entre nós.

Do mesmo modo consideramos urgente a entrada em funcionamento do Fundo Comum, como instrumento fundamental para o cumprimento dos objetivos traçados no âmbito do Programa Integrado para os Produtos de Base. Assim alcançaremos importantes avanços na estabilização dos preços dos nossos produtos, contra as barreiras protecionistas cada vez mais cerradas, impostas pelos países capitalistas industrializados.

A experiência prática demonstra, por outro lado, que alguns dos organismos financeiros internacionais são controlados e servem fundamentalmente aos interesses das antigas metrópoles coloniais e suas transnacionais. O relacionamento de muitos de nós com tais or-

ganismos pouco tem beneficiado o nosso desenvolvimento real, contribuindo para aumentar os fabulosos das transnacionais, impondo limites à soberania nacional,-violando o direito dos povos a desenvolver-se na via política e econômica livremente escolhida por eles. Torna-se, portanto, imperioso que criemos entre nós organismos de cooperação econômica que promovam a complementariedade das nossas economias, que fomentem o comércio, a indústria, a agricultura e a cooperação financeira, tecnológica e organizativa, e promovam uma justa distribuição internacional do trabalho entre os nossos países.

Ao fazermos um balanço da duas décadas de desenvolvimento e das metas estabelecidas em Colombo, constatamos que foram bem modestos os progressos alcançados no domínio do desenvolvimento econômico. Pequenos têm sido os sucessos obtidos, mas eles não deixam de ser significativos, pois sempre resultaram da unidade que soubemos imprimir à nossa ação. O desenvolvimento e a cooperação econômica entre os países membros do Movimento e outros países em desenvolvimento exige uma vontade política firme e o engajamento de todos nós.

Reafirmanos a nossa convicção de que o sistema das Nações Unidas é o fórum mais apropriado para a realização de negociações conducentes a relações econômicas internacionais justas.

A 3ª Década Internacional do Desenvolvimento deve ser a década da eliminação total do colonialismo, do racismo, do *apartheid* e do sionismo, a década da consolidação da nossa independência política, a década da vitória na batalha pela independência econômica.

—O—

Na realização das imensas tarefas que aqui estamos a debater cabe uma responsabilidade particular ao nosso Bureau e especialmente ao seu presidente. Manter a operacionalidade e a flexibilidade do Bureau requer que, como no passado, ele permaneça um órgão restrito e representativo, capaz de se reunir e decidir com a rapidez imposta pelas situações que surgirão. O alargamento inútil de órgãos, por muito que beneficie interesses particulares, reduz significativamente a eficácia e a flexibilidade.

A noemação de vice-presidentes regionais seria antidemocrática e prejudicaria a continuidade da coordenação dos trabalhos do nosso Movimento. A confiança entre nós deu até hoje aos nossos presidentes a possibilidade de nos representarem corretamente. Esta é uma conquista do nosso Movimento que devemos defender e valorizar.

—O—

Excelências: A libertação social e cultural dos nossos países é parte integrante da luta de libertação nacional.

Lutamos para afirmar a nossa personalidade. Lutamos para afirmar a nossa cultura espezinhada, humilhada, negada, transformada em usos e costumes primitivos. A recuperação das obras de arte pilhadas aos nossos países, a promoção do intercâmbio cultural, científico e técnico, a ajuda mútua no campo da ciência e da tecnologia, devem constituir, a nosso ver, objeto de reflexão do Movimento dos Países Não-Alinhados e, se necessário, conduzir à criação de organismos específicos a exemplo do que já se conseguiu no campo da informação.

A cooperação entre nós é uma exigência da nossa sobrevivência. Independentemente da heterogeneidade dos sistemas políticos e sociais que representamos, une-nos um passado idêntico de sofrimento e humilhação, um presente semelhante de combate pela recuperação da nossa personalidade, pela libertação das nossas economias, pelo progresso social e cultural e defesa intransigente da paz e da independência nacional. Une-nos, neste Ano Internacional da Criança, a decisão comum de tudo fazermos para que os nossos filhos possam viver definitivamente libertos da escravatura imposta pela fome, pela doença, pela ignorância, pela miséria, pelas guerras de agressão.

Excelências: Nesta 6ª Conferência do Movimento dos Países Não-Alinhados, a todos renovamos a nossa saudação fraternal, a todos endereçamos a nossa solidariedade. A todos queremos solenemente reafirmar que, como no passado, a República Popular de Moçambique cumprirá o seu dever internacionalista de solidariedade para com todos os povos, e em especial para com a luta de libertação dos povos da África austral.

A realização da 6ª Conferência dos Países Não-Alinhados pela primeira vez na América Latina, em Cuba, constitui uma grande vitória do princípio antiimperialista que nos guia. Realizar esta Conferência na pátria de José Marti, aqui onde a vontade de independência e de justiça, reacendida na Sierra Maestra, derrubou a tirania despótica dos agentes do imperialismo constitui uma grande vitória. Realizar a 6ª Conferência dos Não-Alinhados em Havana, capital livre de Cuba socialista, é culminar a vitória definitiva sobre as tentativas de bloquear a vontade dos povos. A nossa presença em tão grande número atesta, por si só, esta vitória contra o bloqueio imperialista, o suborno, a chantagem, a corrupção e a intriga. Depois de tantas ameaças, maquinações, depois de tantas tentativas, pressões, contatos e pro-

messas para impedir a Conferência de Havana, estamos aqui. É uma vitória.

Ela significa o engajamento de cada um dos nossos países e povos na luta do povo cubano contra as manobras e agressões do imperialismo. Juntos consagramos o enterro definitivo do bloqueio contra Cuba e consolidamos a unidade do nosso Movimento. Não deixemos que o imperialismo nos divida. Não deixemos que o imperialismo faça de nós seu instrumento. *O não-alinhamento significa, em definitivo, todos alinhados na luta contra o imperialismo.*

A LUTA CONTINUA.

Obrigado.

Francisco Morales Bermudez Cerruti

Discurso do Senhor Presidente da República, General de Divisão Ep. Francisco Morales Bermudez Cerruti, na 6.ª Reunião de Chefes de Estado ou de Governo dos Países Não-Alinhados.
Havana, Cuba. Setembro de 1979

Desejo expressar em nome de meu governo a profunda satisfação em participar do atual encontro de cúpula do Movimento Não-Alinhado, que pela primeira vez é realizado em solo latino-americano. Quero, também, oferecer a minha mais cálida saudação aos distintos senhores chefes de Estado e de governo aqui reunidos, cuja presença determinará sem dúvida a orientação de nosso trabalho pelo caminho desejado. Nesta ocasião, quero manifestar meu reconhecimento ao governo de Cuba, ao qual correspondeu a delicada responsabilidade de organizar esta transcendente reunião e transmitir, igualmente, a fraternal saudação do povo peruano ao povo de Cuba e a seu Presidente Fidel Castro, nesta hora de grande significação para a América Latina e os demais países irmãos do Terceiro Mundo.

O Peru, com profunda satisfação, dá as boas-vindas aos novos membros plenos do Movimento, procedentes da Ásia, África e da América Latina: Paquistão e Irã; a Frente Patriótica de Zimbabwe; Santa Lúcia, Granada, Surinam, Bolívia e Nicarágua. Adesões que contribuirão para reforçar a presença internacional do Movimento e para enriquecer seu papel criativo no mundo contemporâneo. O povo peruano vê com a maior simpatia a incorporação da Bolívia, país profundamente vinculado ao Peru em uma história e um destino co-

muns, e saúda com especial calor a presença dos representantes do povo nicaragüense cuja opção latino-americanista o Peru e o Grupo Andino destacam com particular afeto, na convicção de que na construção de seu destino reafirma-se o emblema da liberdade que tem sabido impor sobre o opróbrio do passado.

O Peru celebra, igualmente, a presença conjunta dos chanceleres dos países andinos, que participam do encontro que nos congrega. Acodem a ele mostrando ao mundo um claro exemplo de estreita e efetiva cooperação obtida através do contínuo aperfeiçoamento do acordo de integração sub-regional, estabelecido com o fim de conseguir o desenvolvimento dos povos da área. Os países andinos demonstraram já um grau de entendimento e dinamismo que ultrapassa o campo econômico para assumir no político posições conjuntas de provada efetividade, que se encaminham por vias renovadoras no grupo das nações.

Parece-me significativo que, nesta Conferência de Cúpula de Havana, fique comprovado tanto o interesse crescente quanto a presença efetiva da América Latina nas deliberações do Movimento Não-Alinhado. Essa participação é hoje mais numerosa em membros plenos e observadores que em qualquer outro encontro prévio. Tal fato evidencia que a América Latina já assume os desafios de projeção internacional para a qual tem adquirido uma notável experiência e maturidade. A nossa região, em anos recentes, viveu um pouco recolhida em si mesma. Mas essa relativa introspecção produziu experiências audazes e efetivas para a capacidade de convivência, que se traduz em mecanismos de interação e cooperação entre os membros da região, que tem eloqüente efetividade em instituições de integração, como o Grupo Andino e outras de diversa índole, como o Sistema Econômico Latino-Americano.

Dessa rica experiência surgiram notáveis instrumentos para analisar os fenômenos do desenvolvimento e da dinâmica internacional que hoje constituem lugar-comum nos foros das Nações Unidas. Entretanto, não pôde ser evitado um certo sentimento de frustração coletiva ante a impotência para derivar dessa experiência uma ordem internacional que estivesse de acordo com o potencial e os direitos do homem latino-americano. Acredito que chegou a hora de nossa região assumir no sistema internacional o papel que a história lhe reserva e que não pode nem deve ignorar as correntes renovadoras que hoje estão presentes nesta reunião de tão especial significado.

A América Latina requer um fecundo vínculo criativo com os demais continentes do mundo em desenvolvimento. Desse diálogo, até hoje tentativo e fragmentário, deverá surgir a cabal concepção de uma projeção internacional para o Terceiro Mundo que encare com

plena consciência os riscos inerentes a uma ação combinada, inevitável e imperativa, capaz de notar a diferença entre a recriminação inútil e a efetiva, e de traçar uma estratégia para o século que se aproxima, à luz dos objetivos de uma nova geração.

A América Latina tem sabido resgatar do esquecimento fórmulas antigas de unidade sub-regional, tem lutado e luta por desterrar instituições e mecanismos que a identificavam por períodos demasiado longos com a arbitrariedade ou a submissão. Hoje constrói gradual e firmemente um lar regional para a democracia e a justiça social. Tenho certeza, porém, que o sonho do continente do futuro, a esperança de um mundo novo, está também atado à consciência e à decisão com que a América Latina saiba assumir os desafios fundamentais colocados a todos os povos em desenvolvimento. Realizaremos essa postergada promessa só quando colaborarmos de maneira definitiva para o estabelecimento de um sistema eficazmente interdependente que substitua uma estrutura internacional ameaçante e crítica, articulada sobre uma concepção monopolista e anacrônica do poder. Nesta ordem de objetivos é que deve basear-se nossa ativa colaboração no coração do Movimento Não-Alinhado. Aí radica a prova cabal da nossa previsão e vigência internacional.

Senhor Presidente:

No fim de uma década e no início de uma nova, reunimo-nos, os países membros do Movimento Não-Alinhado, num encontro que deve ser de reflexão serena sobre o trecho percorrido e em torno ao destino que devemos construir. A dezoito anos da fundação do Movimento convém passar revista, em primeiro lugar, à situação internacional, e depois ao papel que nos tem correspondido e corresponde desempenhar nela.

São muitas as coisas que mudaram, desde aqueles dias da Conferência de Belgrado. O Movimento tem crescido significativamente em número de participantes, bem como em sua presença e gravitação nos debates dos grandes problemas internacionais.

Embora ainda se mantenha a estrutura básica bipolar, as grandes potências, entretanto, começam a encontrar áreas onde seus interesses se vinculam. O processo de distensão, que sucedeu à guerra fria, permitiu identificar certos interesses convergentes a partir de um denominador comum que é o máximo aproveitamento do grande processo de industrialização que caracteriza a nossa era, processo que continua sendo um privilégio do qual estão marginalizados os países não-alinhados e os demais países do Terceiro Mundo.

O desenvolvimento econômico dos últimos anos demonstra claramente como existe uma nova convivência internacional entre as potências desenvolvidas de ambos os lados, que coloca ante os não-alinhados uma nova responsabilidade e nos exige uma nova perspectiva para assegurar a preservação de nossa própria identidade na sociedade internacional do presente: a mesma meta de busca de uma nova ordem no campo político e no campo econômico deve guiar a nossa ação. Nossa reflexão deve hoje concentrar-se em torno à estratégia a seguir e aos meios a empregar, pois enfrentamos a perigosa e já quase insustentável exclusão de nossos países das decisões relativas a assuntos que nunca foram nem são competência exclusiva das grandes potências, mas sim responsabilidade internacional que incumbem por igual a todas as nações do mundo.

É preciso reconhecer, nesta etapa do processo histórico de pós-guerra, a tolerância mútua e o cuidadoso equilíbrio que marcam as relações entre os grandes centros de poder e que se resume no fenômeno contemporâneo da distensão. Mas estamos, ao mesmo tempo, na obrigação de assinalar que, atrás deste positivo processo internacional, não só aparecem inusitadas e crescentes formas de convergência entre empresas transnacionais e os requerimentos tecnológicos das grandes potências socialistas, mas também que se transladam às zonas mais vulneráveis do nosso Terceiro Mundo os conflitos supérstites da rivalidade estratégica, da guerra fria. A nossa época está marcada por conflitos fratricidas, de obscura inspiração, que seguidamente carregam a gesta de liberação que heroicamente culmina na África, Ásis e América Latina com lastros de uma dura rivalidade ideológica que as potências preferem impor à sua periferia em busca do grande reajustamento histórico no centro dinâmico das relações internacionais.

Assim como ao início nossa insurgência como não-alinhados foi uma opção à margem dos grandes blocos enfrentados numa guerra fria e também uma posição contrária à perpetuação desse conflito ideopolítico, hoje parece desafiar-nos — aos mesmos não-alinhados — uma tarefa ainda mais complexa ante uma realidade talvez mais adversa. Devemos resgatar dessa eqüidistância primigênia o sentido essencialmente autônomo e criativo que separa o nosso agrupamento dos caminhos que parece traçar-se o mundo desenvolvido, hoje em equilíbrio tecnológico e tolerância tácita. Nossa missão consiste em projetar, a partir dessa autonomia permanente, as bases futuras de um reordenamento que consiga conciliar a justiça internacional com a inexorável interdependência histórica que deve caracterizar o nosso planeta a fins do século XX.

É por este motivo, e ante a injustiça internacional descrita, que

a razão de ser e conseqüente vigência do nosso Movimento se mantêm. Mas só poderá conseguir a sua realização na medida em que compreendamos, a partir dessa nova situação internacional, que o papel que temos de desempenhar exige uma nova ótica e abrange um desafio maior.

Isso implica identificar com precisão as áreas comuns da nossa luta e estabelecer uma política vigorosa e coerente que constitua uma resposta realista a este novo desafio. É necessário, portanto, que nossa coordenação conduza a uma unidade bem estruturada que, sem renunciar ao debate dos problemas regionais verdadeiramente críticos que se produzem no interior do Movimento, dê uma atenção prioritária aos objetivos essenciais da luta compartida. É na presente oportunidade que devemos realizar um imenso esforço de união e coincidência para subjugar aquilo que nos enfrenta e nos confunde, e reforçar aquilo que nos une.

O Peru vê com inquietação a situação dos conflitos existentes aos quais alude o temário de debates: a questão do Oriente Médio e os direitos do povo palestino; a condição do povo de Zimbabwe em sua busca de afirmação democrática: a situação da Namíbia e sua protelada efetiva independência e livre determinação; a persistência da violação dos direitos humanos mediante a prática do *apartheid* na África do Sul. O futuro do povo do Saara. A situação no Sudeste asiático, a questão do desarmamento, o novo direito do mar e os perigos que o rodeiam. O Peru se pronuncia em prol de uma urgente, firme e enérgica focalização destas questões que, de maneira realista, encontre vias de superação a fim de consolidar a união entre os povos em desenvolvimento e sua afirmação solidária na construção do futuro.

As grandes potências são as que podem obter maiores benefícios das nossas pugnas internas e das nossas divisões. São os seus interesses e não os nossos que lucram com nosso desconcerto e desunião. Os grandes princípios pelos quais lutamos, numa análise final, não vão ser preservados pelas nossas incoerências. Corresponde-nos, por isso, a partir da nossa inegável diversidade e eventuais tensões, dedicar-nos criativamente a uma tarefa que assegure nossa presença ativa e que torne viável o reordenamento das estruturas do poder internacional, único caminho para a paz, a segurança e o desenvolvimento.

O Peru não só se identifica plenamente com os princípios essenciais do não-alinhamento, mas também está convencido que eles preservam seu caráter catalítico e orientador. A partir desses princípios pudemos articular uma posição que, indubitavelmente, tem colaborado com a luta dos nossos povos contra o colonialismo, o impe-

rialismo, o neocolonialismo, o racismo, o *apartheid*, e qualquer outra forma de dominação estrangeira. Em função dessas normas fundamentais nossos países têm defendido seus processos de emancipação política e econômica, seus esforços pelo desenvolvimento e, em alguns casos, sua própria identidade nacional ameaçada por forças forâneas. Recorrer a estes princípios não é uma forma de tradicionalismo, mas sim um resgate das fontes que nos permitem uma vez mais enfrentar as lutas e desafios da hora atual.

Pensamos, por isso, que o próprio robustecimento do não-alinhamento passa necessariamente pela reivindicação histórica da validade de seus postulados originais. Sobre eles é que podemos tornar mais sólida a unidade e solidariedade do Movimento e empreender com renovado entusiasmo a luta comum. Uma nova ordem internacional tem de basear-se nos nossos objetivos de sempre; tanto no referente à democratização das relações internacionais, à obtenção da paz e à segurança, quanto no tocante à busca de uma nova estrutura econômica internacional que assegure o desenvolvimento dos nossos povos e desterre toda forma de dominação e opressão.

Não podemos sentir-nos satisfeitos porque alguns dos problemas mais graves que tiveram que enfrentar os Não-Alinhados no momento da sua organização foram superados em grande parte. Tampouco as novas circunstâncias internacionais significam renunciar aos postulados iniciais e assumir novos que estejam em contradição com a própria história do nosso Movimento. Pensamos que as novas constantes que aparecem na sociedade internacional não alteraram fundamentalmente, ainda, nem os desígnios das superpotências, nem o sentido da nossa luta; apenas exigem novos métodos para ela. O mundo em desenvolvimento — e o não-alinhamento que é provavelmente seu foro mais articulado — não marcha pela mesma via que o mundo desenvolvido.

Acreditamos que é justamente o esforço de identificar com precisão nossos interesses e o sentido da nossa luta o que ajudará ao Movimento em seu conjunto a manejar mais apropriadamente aqueles assuntos de inevitável divergência surgidos no seu seio, bem como nas negociações com os países desenvolvidos..

Senhor Presidente:

Dizia, ao iniciar a minha intervenção que, no final de uma década, era conveniente fazer uma avaliação do trabalho realizado, dos esforços empenhados e dos resultados obtidos, pois isso nos ofereceria a oportunidade de extrair nossas próprias conclusões e tomar as decisões políticas correspondentes para dirigir nossos trabalhos futuros.

De certa forma esta década conclui com um processo negociador muito significativo que é necessário examinar; trata-se do chamado Diálogo Norte-Sul e as perspectivas que esse processo interrompido nos apresenta.

Em Argel, em 1973, os países não-alinhados expõem a necessidade de um reordenamento da economia internacional, e, em sua qualidade de vanguarda do Grupo dos 77, convocam uma Assembléia Geral Extraordinária das Nações Unidas em 1975, na qual é adotada a Declaração e o Programa de Ação sobre a Nova Ordem Econômica Internacional. Estas duas datas são fundamentais na história da luta dos nossos povos, pois nelas os países não-alinhados e outros países em desenvolvimento não só colocam em termos modernos os problemas do subdesenvolvimento, mas também a responsabilidade que compete a cada membro da sociedade internacional em sua gestação histórica e futura superação. A partir daí, com visão renovada, os não-alinhados apresentam alternativas para encarar as relações econômicas internacionais, cujo ordenamento injusto e desequilibrado é também fator etiológico da instabilidade política internacional.

Os anos 73 e 74, anos difíceis, assinalam a descoberta de certas verdades essenciais que questionam toda uma tese e prática de caráter assistencial que predominava nas relações de cooperação entre as nações industrializadas e os países em desenvolvimento. Descobrimos, e assim o proclamamos, que não era através da ajuda nem de certas concessões que iríamos conseguir o desenvolvimento dos nossos povos. Pelo contrário, essa ajuda apenas agravava nossa dependência e o papel periférico que nossas economias tinham com relação às economias das grandes potências industrializadas. Era preciso, portanto, efetuar uma mudança qualitativa de todas as formas de cooperação, para criar as bases de um desenvolvimento autônomo nos nossos povos. Isso começava pela recuperação e defesa da soberania sobre nossos recursos naturais e estendia-se aos campos do comércio, as finanças, o transporte, a ciência e a tecnologia.

O resultado deste grande questionamento de uma mentalidade paternalista e arcaica foi o início de uma série de intensas negociações a diversos níveis e com diferente participação. Todas elas, infelizmente, concluíram sem uma maior contribuição. Entre 1974 e a data em que nos reunimos, em certa medida esgotamos instâncias e procedimentos em busca dos nossos objetivos, com os mesmos decepcionantes resultados. Nossas matérias-primas seguem um curso errático, ou até mesmo uma tendência à baixa nos mercados internacionais, manejados estes por especuladores das grandes corporações transnacionais. Nosso comércio de produtos manufaturados encontra

ainda as mesmas dificuldades de acesso aos mercados, fato agravado por uma onda de protecionismo dasatada pelos países industrializados com o suposto propósito de dominar uma crise que eles mesmos contribuíram para provocar. O sistema monetário e financeiro continua oscilando numa aparente desordem cujos prejuízos, não por casualidade, são sofridos particularmente pelas nações em desenvolvimento. A inflação mundial agravou a situação financeira dos nossos países criando um serviço de dívida excessivamente oneroso.

Enfim, o panorama visto em 1979 resulta tanto ou mais desolador que uns anos atrás, quando tomamos clara consciência da razão das nossas dificuldades e exigimos uma mudança nas relações econômicas. Resulta assim que os vastos setores da humanidade que compreendem nossos povos estão pagando com o seu sacrifício pelos privilégios detidos por minorias que não parecem dispostas a compartilhar sua crescente riqueza.

Senhor Presidente:

Acredito que tenha chegado a hora de reconsiderar seriamente a nossa participação neste exercício estéril que mobiliza os nossos esforços e nossa capacidade criadora por uma causa que é justa, mas cuja estratégia não oferece perspectivas de exitosa realização. Desde a Assembléia Geral Extraordinária de 1975, que fora um esforço para plasmar em ações concretas a Nova Ordem Econômica Internacional, até hoje, participamos de um número bastante importante de negociações com as nações industrializadas. A única coisa evidente deste processo foi a absoluta falta de vontade política da parte destas, não permitindo avançar na direção correta. Neste esforço, não só não conseguimos acordos significativos sobre áreas sensíveis, mas também, o que é ainda pior, oferecemos flancos para manobras diversionistas que criavam confusão para as nações em desenvolvimento sobre as suas metas e objetivos.

Não podemos ocultar a nossa profunda decepção por estes resultados e a nossa crescente preocupação pelas fissuras que eventualmente possam ser provocadas no interior do Terceiro Mundo, sob o estímulo das potências industrializadas que pretendem manter seu excepcional bem-estar às custas da nossa incapacidade de organizarnos em forma efetiva. Acreditamos que chegou o momento de dirigir-nos unicamente a nós mesmos, para desenvolver formas eficientes de cooperação que nos outorguem uma maior unidade, uma comunidade de interesses concretos e a perspectiva de um maior desenvolvimento de relações econômicas entre nós, que permita um melhor trabalho de coordenação de posições e que dê prioridade aos

nossos objetivos. Acreditamos que chegou a hora de ensaiar uma nova via no diálogo internacional que implique inclusive, num determinado momento, questionar seriamente os métodos e até mesmo certas concepções que presidiram a nossa participação nas negociações Norte-Sul e em todo o longo debate internacional sobre o desenvolvimento iniciado com a primeira UNCTAD.

Mantendo os nossos recursos e a nossa energia concentrada quase exclusivamente no diálogo com as nações industrializadas, não poderemos nunca superar a paralisia em que se encontram essas negociações. Somente através do reforçamento do diálogo entre nações em desenvolvimento até concretizá-lo em esquemas válidos de cooperação poderemos superar a improdutividade do Diálogo Norte-Sul. Desejamos, por isso, fazer um chamado ao grupo dos não-alinhados, como vanguarda que é do Grupo dos 77, para que se dedique à tarefa de projetar e propor um programa de cooperação entre não-alinhados, amplo e imaginativo.

Não se trata de abandonar um processo do qual participamos. Pelo contrário, trata-se de iniciar outro do qual nós, os não-alinhados, temos plena consciência da sua importância, e sobre o qual acreditamos que já existem idéias mais definidas. A luta do Terceiro Mundo tem que continuar, mas não numa única frente, onde estamos nos desgastando inutilmente, e sim abastecendo-nos de novas forças através de uma real cooperação entre nós. Tal fato permitir-nos-á, no momento adequado, retomar o Diálogo Norte-Sul sobre bases mais sólidas e com um poder negociador acrescentado.

É nossa opinião muito sincera que, ao dedicar tanto esforço e tanta imaginação às negociações com os países industrializados, em certa medida negamos a nós mesmos a possibilidade de desenvolver atividades conjuntas com características muito concretas e mutuamente beneficiosas. Perdemos um poder de influência sobre os acontecimentos na medida em que entramos numa mecânica interminável de discussões muita vezes teóricas e poucas vezes concretas. Nossa ativa participação no exterior do nosso Movimento e do Grupo dos 77 tem descuidado a possibilidade de um trabalho organizado no interior dos mesmos, cuja óbvia importância não é necessário destacar.

Acreditamos que a 6ª Conferência de Cúpula em Havana pode ser o ponto de partida para reorientar estas atividades e oferecer ao mundo desenvolvido uma imagem de unidade em torno a princípios e de solidariedade exemplar em torno a programas de ação. É o momento de iniciar com fé, otimismo e maturidade uma tarefa não isenta de dificuldades, mas que sem dúvida resultará beneficiosa para todos nós. Não devemos permitir que passe a oportunidade de reorientar a nossa estratégia e os nossos trabalhos, nem devemos aceitar

que sigamos, sem alternativa, insertos num processo negociador cujas características e perspectivas continuam sendo desalentadoras, quando não estéreis.

Senhor Presidente:

Não desejo terminar sem assinalar que a minha presença nesta reunião ratifica a adesão do Governo Revolucionário do Peru aos princípios essenciais deste Movimento. Quase onze anos após o início do processo revolucionário no país, destinado a mudar fundamentalmente as injustas e caducas estruturas econômicas e sociais, a Força Armada do Peru assumiu o compromisso de transferir o poder ao povo peruano através das pessoas dos representantes que livremente escolher. Ao retirar-nos do exercício governamental deixamos um país assentado sobre novas bases econômicas e sociais, fruto da transformação realizada e com perspectivas de forjar-se um destino mais justo. Cumprimos com o nosso compromisso de transformar as bases da sociedade peruana e estamos cumprindo com o de entregar o poder aos civis, pois acreditamos que é através da expressão popular de um governo democraticamente eleito que as grandes mudanças obtidas adquirirão perenidade.

Estamos empenhados no processo de transferência do poder e no programa de reativação econômica que permitam, ao novo governo que se instalará em 28 de julho de 1980, iniciar o seu trabalho com uma economia saneada e uma grande estabilidade política. Cumpre assim a Força Armada do meu país uma missão de transcendência histórica e afirma sua vocação de justiça e de liberdade. Um novo Peru começa a emergir a partir das mudanças efetuadas na sociedade peruana, após uma tarefa marcada por fatores históricos, externos e internos, de grande intensidade.

Senhor Presidente:

A 6ª Reunião de Cúpula tem perante si o desafio de encontrar novos caminhos para assegurar a presença e a gravitação do Terceiro Mundo no panorama internacional. Os problemas que enfrentamos continuam sendo árduos. Existe uma evidente deterioração no funcionamento da economia internacional. Ante esta situação devemos reafirmar a nossa unidade, com base numa percepção clara da significação dos nossos princípios e da orientação das nossas políticas e ações. Consideramos que agora, mais do que nunca, devemos preservar a própria essência da nossa identidade, ajustar a nossa ação aos nossos objetivos intransferíveis, e preparar uma estratégia que assegure e garanta a realização final dos nossos ideais de independência e desenvolvimento, desvirtuando qualquer intento de dirigir o nosso caminho autônomo por outras dissimuladas vias marcadas por uma ou outra estratégia ideopolítica dos grandes blocos de poder.

A partir dessas considerações é que estaremos em condições de contribuir para criar um clima de segurança que não seja feito na medida das grandes potências, mas sim patrimônio compartido por todos os países. Devemos contribuir para que o desenvolvimento, a paz e a segurança mundiais sejam efetivamente democratizados, e para modificar as estruturas atuais da sociedade internacional que condenam as nações em desenvolvimento à subordinação, à insegurança e à dependência.

Eis aqui um grande desafio e uma grande tarefa que nos impomos. Só identificando com precisão nossos interesses, subordinando nossas diferenças e reforçando nossa unidade e autonomia é que poderemos oferecer uma alternativa de paz e progresso ao avanço da história contemporânea.

Saddam Hussein

Intervenção do Sr. Saddam Hussein, Presidente da República do Iraque, na Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados.

Em nome da delegação da República do Iraque, sinto-me feliz em apresentar minhas mais sinceras felicitações ao Presidente Fidel Castro, presidente-chefe do Conselho de Estado da República amiga de Cuba, por sua eleição como presidente da nossa Conferência, e saúdo o povo combatente de Cuba que tem todo o carinho do nosso povo. Desejo agradecer-lhe por sua boa hospitalidade à assistência a esta grande Conferência. Aproveito esta ocasião para expressar o nosso profundo orgulho pela relação de amizade e cooperação existentes entre Cuba e o Iraque, relações baseadas nos princípios comuns da liberdade e independência, progresso nos princípios do nosso Movimento, o de não-alinhamento.

A celebração da nossa atual reunião em Havana demonstra a estima de nossos povos e do nosso Movimento dos Não-Alinhados, e expressa além disso o apoio à valente luta efetuada pelo povo cubano contra o colonialismo para conservar sua liberdade e independência. Esta reunião celebrada em Cuba adquire, ademais, maior importância, por ser a primeira celebrada no continente latino-americano, que tem uma longa história repleta de lutas contra o colonialismo em todos seus aspectos e métodos, em defesa da sua independência e orgulho nacionais de seus povos.

Nesta ocasião, quero dar as boas-vindas aos novos membros que se afiliaram ao nosso Movimento combatente, que são Paquistão, Irã, Granada, Surinam e Bolívia. Com a confiança de que terão uma cooperação ativa deste Movimento e nossa ação conjunta pela sustentação e respeito de seus princípios básicos. Este progressivo crescimento dos membros do Movimento é considerado como um aspecto de sua fortaleza e demonstra, além disso, o crescente entusiasmo dos povos da terra por ele.

Amigos:

O Movimento dos Países Não-Alinhados surgiu como a expressão de uma necessidade autêntica e vigorosa dos povos do mundo, que durante longas etapas sofreram o domínio e a ameaça de sua liberdade, riqueza, personalidade nacional e acervo cultural. Sofreu todas as formas de saque colonialista. O Movimento dos Não-Alinhados tem sido uma encarnação das aspirações destes povos à sua independência total e seu desejo de salvaguardá-la de muitas influências políticas, econômicas e culturais. Tem sido também uma expressão do desejo destes povos para a criação de um conjunto de relações desinteressadas e equilibradas entre eles e em todos os campos, bem como a participação ativa e positiva na vida internacional que assegura o direito e a justiça, a paz e a estabilidade para poder enfrentar os blocos internacionais que dispõem de grandes poderes: militar, econômico e informativo. Guiados por tendências perigosas no que diz respeito à liberdade de independência dos povos. Tais tendências obstaculizam o papel legítimo de muitos países por carecerem desses poderes e por estarem submetidos à dominação e ao saque colonialistas durante longas épocas.

O Movimento dos Países Não-Alinhados enfrentou diversas formas de ameaças e perigos por parte dos Estados colonialistas em épocas passadas, mas a vontade dos povos independentes foi a força que estabeleceu as bases do Movimento dos Não-Alinhados, convertendo-o numa realidade da vida internacional imprescindível, que não pôde ser suprimida.

Estes povos reafirmam seu rechaço à divisão do mundo em blocos de força, não tendo alguns países outro remédio que alinhar-se a um deles, sem levar em consideração o futuro nacional baseado nesta dependência.

A grande maioria dos povos dos países liberados percebeu o conteúdo antiimperialista do Movimento, fazendo desse conteúdo o centro da sua política. Preocupou-se em ressaltar o conteúdo progressista oposto a todas as formas de opressão, exploração, agressão e discriminação racial.

As características essenciais do nosso Movimento são as bases de nossa luta. Porque os nossos povos escolheram este caminho na vida internacional partindo de seu caráter de grupos que sofreram durante muito tempo a discriminação racial. Por isso, a contínua afirmação do conteúdo antiimperialista e progressista de nosso Movimento não é uma interpretação qualquer, pois constitui a base essencial deste Movimento. Nosso dever é cuidá-la, porque nela radicam a libertação, o progresso e o humanismo conseguidos por nossos povos através de sua longa luta e seus grandes sacrifícios.

O Iraque, quando afirma estes princípios do Movimento, parte da profunda necessidade dos seus fundamentos e de uma longa experiência patriótica e nacional neste sentido, porque com a ausência destas bases, ou quando elas enfraquecem, nosso país, nossa pátria árabe se sente ameaçada séria e perigosamente, atingindo a nossa independência, nossos direitos e nossos interesses patrióticos nacionais.

A luta legítima efetuada pela nação árabe contra a agressão sionista encontra seu grande apoio no Movimento dos Não-Alinhados e nos seus objetivos libertários e progressistas, opostos ao imperialismo e ao racismo ao considerar o sionismo na Palestina ocupada um dos focos agressivos mais graves no mundo.

A luta das regiões árabes por conservar a sua independência e sua livre vontade para controlar suas riquezas naturais de uma forma justa e equilibrada está ameaçada pelas forças colonialistas e blocos internacionais. No nosso parecer, o apoio essencial a essa luta é a reação profunda dos princípios básicos do Movimento dos Não-Alinhados, e seu papel internacional ativo nos campos político, econômico e outros.

Isto, senhores, é o que podemos sentir através de nossos princípios, através de nossa experiência patriótica e nacional e através de nossos interesses justos e legítimos. Por isso, o Iraque cuidou e cuidará muito do Movimento dos Não-Alinhados e afirmará suas particularidades libertárias, progressistas e humanas, fazendo todos os sacrifícios para cuidar nosso Movimento e desenvolver sua efetividade, propagando seus grandes princípios humanos.

Amigos:

Temos plena confiança que esta nossa 6ª Conferência será um passo qualitativo a mais na marcha do nosso Movimento. Afirmamos nela princípios nos quais acreditamos e aos quais aspiramos como ob-

jetivos. E que partamos depois com uma grande atividade e eficácia em todos os campos, políticos, econômicos, culturais, informativos e outros, para afirmar as particularidades do nosso Movimento, fortalecer seu papel internacional e estreitar as relações entre os nossos países.

As forças inimigas do nosso Movimento duvidam da nossa capacidade para realizar estes objetivos, pelo grande número de países afiliados a esta organização, a diversidade das suas particularidades e as distâncias entre estas e pelas diferenças e discrepâncias existentes entre muitos deles. Com nossa compreensão destas circunstâncias vemos que temos grandes e sérios horizontes para trabalhar ativa e eficazmente, acreditamos que os esforços e os sacrifícios que nos correspondem fazer não serão em vão, já que é necessário para consolidar nossa independência e desenvolver o papel dos nossos países, bem como nosso Movimento a nível internacional, sacrificar e agir sempre, embora não tenhamos resultados rápidos, que nem sempre são acessíveis.

Nossa responsabilidade requer que estejamos baseados num programa a longo prazo, que fará possível que cheguemos aos nossos objetivos, realizando tudo aquilo que aspiramos.

Nesta ocasião, a delegação da República do Iraque apresenta a esta honorável Conferência uma proposta determinada que pretende formar um grupo de trabalho, cuja missão é determinar os princípios do Movimento e seus objetivos, apresentar propostas que pretendem desenvolver os métodos de trabalho e os meios particulares dos congressos do Movimento, para que sejam realizados cada vez com maior eficácia. Esperamos também que esta proposta obtenha a aprovação do Congresso.

Sr. Presidente, senhores:

Os problemas e as relações econômicas ocupam um lugar importante na luta dos nossos povos pela liberdade, o progresso e para que possam obter seus direitos e interesses legítimos. Apesar dos enormes esforços que têm sido realizados pelos países não-alinhados e demais países em vias de desenvolvimento nas diferentes organizações internacionais a fim de criar mudanças radicais na estrutura das relações econômicas, por meio de palestras com o grupo de países industrializados avançados; apesar disso, as negociações não chegaram a conseqüências positivas porque os grandes países industrializados carecem de interesse e falta de vontade política.

O Iraque afirma a grande necessidade de acabar com todas as formas de exploração e discriminação no campo econômico e convida

para um trabalho ainda mais intenso para chegar a uma ordem econômica justa. Ressalta a necessidade de consolidar o papel do Movimento dos Não-Alinhados de liderança dos países em vias de desenvolvimento, nas conversações e nos esforços econômicos mundiais que pretendem realizar este objetivo. O Iraque acredita profundamente no direito dos povos ao total domínio das suas riquezas naturais, incluído seu direito à nacionalização e exploração dos seus recursos naturais em prol do desenvolvimento independente dos povos; é preciso acabar com o domínio das companhias multinacionais que representam o neocolonialismo numa operação de saque dos recursos dos países em vias de desenvolvimento. Isto foi feito pelo próprio Iraque quando nacionalizou suas riquezas — principalmente o petróleo —, saqueadas pelas companhias e países colonialistas.

O Iraque convida também todos para formar uniões qualitativas e associações de produtores de matérias-primas dos países em vias de desenvolvimento, além de reforçar as já existentes, a fim de enfrentar os monopólios dos países industrializados avançados, criando assim uma força verdadeira que acompanhe a vontade política de enfrentar esses monopólios.

O Iraque acredita na necessidade de que os países em vias de desenvolvimento consigam ingressos justos pelas suas matérias-primas conservando o valor aquisitivo destes ingressos; e melhorá-los encontrando novos métodos efetivos para frear a deterioração das condições de intercâmbio comercial com os países em vias de desenvolvimento.

O Iraque convida a encontrar os meios efetivos para combater as conseqüências da inflação exportada aos países em vias de desenvolvimento pelos países industrializados avançados; esta inflação é considerada um dos motivos que influem de forma mais negativa na economia daqueles países, obstaculizando seu processo de desenvolvimento econômico. O valor dos prejuízos sofridos por estes alcançam várias vezes o valor das ajudas recebidas. Para remediar uma parte desta questão o Iraque propôs a criação de um fundo monetário internacional a longo prazo, para ajudar os países em vias de desenvolvimento prejudicados pela inflação, do qual participariam os países industrializados, descartando a natureza de seus regimes políticos. Participariam deste fundo, em relação à inflação anual que exportam, os países em vias de desenvolvimento. Também participariam os países em vias de desenvolvimento exportadores de petróleo. Esse projeto, prático na nossa opinião, é capaz, em caso de tornar-se realidade, de solucionar uma parte muito importante desta solução injusta nas relações econômicas que ligam as economias dos países industrializados avançados com as economias dos países em vias de desenvolvimento e

de formar uma base para chegar a uma nova ordem econômica internacional.

O Iraque convida todos os países do Movimento dos Não-Alinhados a adotar e fortalecer as fórmulas práticas para tornar realidade esta proposta.

O governo da República do Iraque, consciente da verdadeira situação econômica pela qual atravessam os países pobres, e levando em consideração as relações de destino que unem o Iraque com os países do Terceiro Mundo, decidiu compensar aqueles que têm acordos petrolíferos diretos a longo prazo dos aumentos que terão os preços do petróleo iraniano desde 1º de junho de 1979 até o fim deste ano, por meio de empréstimos a longo prazo e sem juros, equivalentes ao aumento dos preços do petróleo, à espera de chegar a uma solução eficaz e justa para esta questão.

Sr. Presidente:

Advertimos sobre os intentos e propagandas efetuadas pelos países industrializados avançados e pelos meios colonialistas e monopolistas, para dividir a unidade dos países em vias de desenvolvimento e propagar informações falsas sobre o aspecto de desequilíbrio existente nas relações econômicas internacionais, dizendo que alguns países em vias de desenvolvimento são responsáveis pelos danos econômicos sofridos por outros países também em vias de desenvolvimento.

A clara realidade é que a maior parte dos problemas e crises econômicas mundiais, com os conseqüentes prejuízos sofridos pelas economias dos países em vias de desenvolvimento, são de exclusiva responsabilidade dos países industrializados avançados e dos meios monopolistas colonialistas.

Acreditamos que a questão da energia é uma das fundamentais no âmbito internacional e que qualquer nova ordem econômica mundial, baseada na justiça, deverá enfrentá-la para tratar de organizá-la. Mas devemos ressaltar que o problema da energia não é o único problema. O correto é considerá-lo um dos grandes problemas econômicos que devem ser estudados em busca do estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial edificada sobre os pilares da justiça. Acreditamos que esse problema deve ser tratado dentro do âmbito do Diálogo Norte-Sul e nas Nações Unidas, de forma global. O problema da energia não deve ser focalizado unilateralmente, de acordo com sua relação com os países exportadores, mas sim sobre a base daquilo que deverá ser suportado pelos países industrializados consumidores no que diz respeito à organização de seu

consumo e à diversificação das fontes de energia necessárias para satisfazer suas necessidades. Estas devem estar de acordo com uma visão global que leve em consideração a necessidade da humanidade, e não baseadas nas suas próprias necessidades, sem respeitar as do resto do mundo e os prejuízos causados por um consumo irracional.

Os países colonialistas, acostumados a saquear as riquezas dos povos a preços irrisórios, tratam de convencer os seus povos de que as crises econômicas interiores são produto da atitude dos países exportadores de matérias-primas e das fontes de energia. Desta maneira falsificam a verdade para justificar o uso dos métodos de agressão contra os povos que controlam livremente suas riquezas. Dizemos aos países colonialistas e aos monopólios que as ameaças que lançam no sentido de ocupar as fontes de energia não interferem na nossa vontade de luta pela reafirmação e consecução dos nossos legítimos direitos. Devem entender que terminou para sempre o tempo da pirataria colonialista; que os povos são capazes de defender heroicamente sua soberania e não permitirão, em caso de agressão, viver sob a sombra das baionetas colonialistas, da pobreza e da fome enquanto os outros desfrutam, sem direito, de prosperidade e opulência.

Senhor Presidente:

A Conferência de Cúpula de Colombo adotou um programa de cooperação econômica entre os países do Movimento. Entretanto, notamos que várias das decisões tomadas no referido programa não foram cumpridas. Acreditamos que a participação ativa e séria dos países do Movimento nas reuniões em que são estudados os temas específicos dos programas de trabalho conjunto, e sua participação a fim de chegar a fórmulas práticas para a consolidação da cooperação entre eles, deve ser considerado um fator importante na realização e cumprimento das decisões adotadas.

A respeito disso, queremos referir-nos com orgulho à acolhida iraquiana à Conferência sobre o papel da mulher no desenvolvimento dos países não-alinhados e naqueles em vias de desenvolvimento, celebrada em Bagdá de 6 a 13 de maio de 1979. Aquela Conferência pôde conseguir, como resultado dos esforços conjuntos dos participantes, um grande êxito na adoção de várias decisões que tratavam da consolidação do papel da mulher no desenvolvimento.

Senhor Presidente, senhores:

As múltiplas vitórias conseguidas pelos povos da terra a favor da liberdade e da independência têm sido uma característica impor-

tante da nossa época. Entretanto, ainda existem numerosos povos que lutam pela liberdade e independência, para acabar com o jugo da discriminação racial. O nosso povo acompanha com interesse e simpatia a luta efetuada pelos povos da África contra o colonialismo e o racismo. É evidente que as forças colonialistas e racistas que ameaçam a liberdade e a dignidade dos povos africanos são as do aliado do racismo sionista que ameaça a liberdade e os direitos do povo árabe e què é responsável pela expulsão do povo palestino árabe da sua terra. O Iraque tem dado e continuará dando todo tipo de apoio material e espiritual aos povos do continente africano que lutam pela liberdade e a independência. O Iraque apóia igualmente com vigor a luta do povo de Zimbabwe por conseguir totalmente seus direitos legítimos sob a direção da Frente Nacional. Apóia também a luta do povo da Namíbia pela sua independência total e definitiva, obstaculizada até o momento pela base racista na África do Sul.

Apoiamos a luta deste povo sob a direção da Organização do Sudoeste Africano(SWABO). Denunciamos a agressão permanente contra os povos africanos que estão na primeira fila apoiando os movimentos de libertação contra o colonialismo e os regimes racistas. Incitamos ao apoio a estes países porque sua luta é considerada uma das obrigações primordiais do Movimento dos Não-Alinhados e porque expressa a verdade dos princípios de não-alinhamento na liberdade e igualdade entre os povos.

Senhor Presidente:

A luta da nação árabe pela liberdade, a independência e o enfrentamento à agressão colonialista e sionista tem estado sempre num lugar de liderança nas causas principais e tem tido o apoio nas etapas anteriores dos países não-alinhados e de seu Movimento combatente. Este apoio foi um fator fundamental que possibilitou à nação árabe o enfrentamento à agressão colonialista e sionista. A causa da luta justa do povo árabe palestino foi uma das preocupações centrais do nosso Movimento, encontrando compreensão e ativo apoio nos países não-alinhados em suas conferências e organizações. As discussões e decisões adotadas pelo Movimento a este respeito têm sido um claro indício das discussões e decisões que foram realizadas na Assembléia Geral da ONU e demais organizações internacionais.

Irmãos:

Hoje nos encontramos ante uma situação complicada e perigosa. Todos os representantes dos países árabes vinham às conferências

do Movimento e às suas reuniões, na maioria das vezes, com postura unitária, pedindo aos seus irmãos o apoio à causa do povo árabe palestino e ao enfrentamento contra a ocupação sionista das terras árabes. Recebíamos de todos vós o apoio e a compreensão a um nível profundo e ativo. Mas hoje sentimos tristeza porque nos vemos obrigados a evidenciar perante este Congresso uma diferença essencial, motivada pela postura tomada pelo governo egípcio com relação aos direitos do povo árabe palestino e à ocupação sionista das terras árabes em geral. Em vez de unir o governo egípcio seus esforços aos da família árabe contra a ocupação e a agressão sionista, em apoio à luta do povo árabe palestino, procedeu à conspiração junto com o ente sionista e o imperialismo norte-americano, assinando o acordo de paz, rechaçado pela maioria absoluta dos países árabes, bem como pelo povo árabe e suas forças patrióticas, que o consideram contrário aos interesses fundamentais da nação árabe e uma perigosa ameaça aos direitos históricos do povo árabe palestino. A Conferência de Cúpula Árabe celebrada em Bagdá em 1978, na qual esteve representada a maioria absoluta dos países árabes, adotou decisões claras no tocante ao rechaço e condenação dos acordos de Camp David. Posteriormente, os representantes destes países árabes, em sua reunião celebrada em Bagdá a nível de ministros das Relações Exteriores e da Economia, adotaram justas decisões, condenando o governo egípcio pela assinatura do tratado de "paz". Adotaram também outras medidas contra ele. Uma das mais importantes foi a da sua suspensão como membro da Liga Árabe. Ao colocar-vos esta questão, nós asseguramos, fiel e sinceramente, que não se trata de uma questão de divergência entre dois grupos de países árabes. Não se pode tratar a questão sobre esta base. É uma questão de princípios, de direitos. Por isso, exortamos vosso Congresso a adotar a postura que faça triunfar os princípios e defenda os direitos. E não uma postura em prol de um grupo contra outro, mas sim uma postura capaz de assegurar os princípios fundamentais e essenciais do não-alinhamento, que faça triunfar o direito e não silencie sobre a falsidade e a injustiça.

Quando pedimos que este Congresso esteja contra as medidas do governo egípcio, que não as reconheça, por injustas, e que castigue este governo de forma efetiva contra a conspiração que cometeu contra a família árabe, não tomamos com isso uma postura antiegípcia, porque o Egito é uma região árabe que ocupa um lugar querido pela nação árabe. Mas estamos obrigados a esta campanha para impedir a proliferação de tendências conspiratórias e traidoras contra os interesses dos povos e seus direitos fundamentais, contra a violação escandalosa dos princípios da justa solidariedade nacional e a violação da essência dos princípios da solidariedade no não-alinhamento. Si-

lenciar o cometido pelo governo egípcio significaria silenciar também qualquer conduta que pudesse cometer outro país contra os interesses dos povos lutadores em nosso Movimento e contra seus direitos legítimos. Como imaginaríamos o futuro do nosso Movimento em tal caso? Todos os princípios pelos quais temos lutado e todos os valores que temos cuidado, respeitado e reafirmado, estariam sendo traídos.

O governo egípcio desprezou de maneira pública os direitos do povo árabe palestino em prol do ente sionista, negociando com este o futuro do povo da Palestina e de sua terra sem ter nenhum direito para fazê-lo. A OLP representa o povo palestino e todos reconheceram a legitimidade de sua representação. Podemos por acaso silenciar esta falsificação e esta agressão?

Irmãos:

Esta é uma questão de princípios. Forma, como já disse, uma perigosa iniciativa e, sem a silenciarmos, deveremos esperar a proliferação de posturas semelhantes no nosso Movimento e a nível mundial.

O acordo de Camp David, e aqueles que resultaram dele, pactuados entre o governo egípcio e o ente sionista agressor contra a nação árabe, com a ajuda e supervisão do imperialismo norte-americano, constitui um intento perigosíssimo para a anulação dos direitos do povo árabe palestino em sua terra e em sua pátria. Constitui igualmente uma perigosa ameaça colonialista contra toda a pátria árabe, além de constituir uma ameaça perigosa contra a paz na nossa zona. Todas as pretensões de chamá-la um passo no caminho da paz são falsas. A melhor prova disso é o aumento da tensão depois deste acordo e a intensificação das operações agressivas do ente sionista contra os países árabes vizinhos. Sua petulância aumentou especialmente no sul do Líbano, onde está submetendo esta parte da pátria árabe, da mesma forma que aos filhos do povo árabe palestino, à destruição e aniquilação por parte das forças invasoras sionistas.

O verdadeiro significado dos dois acordos, Camp David e o de "paz" por separado, é fortalecer o ente sionista racista agressor, consagrar sua ocupação, permitir-lhe colher os frutos da sua agressão e abrir completamente as portas ao imperialismo para estender sua influência e exploração na zona árabe. Isto conduz apenas a um aumento de tensão e a uma intensificação no conflito desta zona estratégica, que produzirá conseqüências muito perigosas e negativas para a paz mundial, para a segurança e a prosperidade. Especialmente ante a proliferação de aspectos de uma política de chantagem nuclear que o ente sionista pratica com os métodos conhecidos por todos.

Os acordos assinados entre o Egito e o ente sionista violaram os princípios do Movimento dos Países Não-Alinhados e suas decisões. O Movimento tem apoiado a luta do povo palestino e tem condenado o ente sionista e racista e as conspirações imperialistas contra aquela luta. Os dois acordos de Camp David vieram, junto com os acordos seguintes, apunhalar esta luta, fortalecer o ente sionista e assegurar a existência imperialista no coração da pátria árabe.

O Movimento dos Não-Alinhados condenou a política sionista e sua natureza racista, agressiva e expansionista. Os acordos de Camp David e os demais acordos traidores vieram dinamitar tudo isso, deformar essas decisões, abençoar o sionismo e adjudicar legalidade aos seus atos criminosos.

Não comentar o que passou, perdoar os fatos, não serve ao Movimento de nenhuma maneira, pois somente pode significar um grande golpe às suas decisões e conferências. Os povos consideram esta Conferência de Cúpula um fator ativo em apoio de sua luta e uma arma fundamental em sua batalha contra o colonialismo, o sionismo e seus aliados. Esperamos que o Movimento responda a estas legítimas aspirações.

Quando pedimos a condenação dos dois acordos de Camp David e os acordos deles derivados; quando pedimos a condenação do governo egípcio, não o fazemos com ânimo de vingança e de castigo, mas sim para erradicar a conspiração, a traição e a falsificação dos fatos. Pedimos sua condenação para o retorno ao reto caminho no tratamento do problema; um caminho que já foi traçado pelas múltiplas decisões do Movimento dos Não-Alinhados ao apoiar a luta justa do povo palestino, seus inalteráveis direitos, e ao rechaçar e condenar a política racista e imperialista que intentam impor os Estados Unidos, o ente sionista e o regime egípcio.

Senhor Presidente, senhores:

Quero renovar finalmente meu agradecimento e estima ao senhor e aos senhores presentes pela atenção que me prestaram. Reitero a confiança e a fé no futuro de nosso Movimento combatente, nos grandes horizontes que esperam aos nossos povos em seu seio. E na hora de reiterar o agradecimento ao povo cubano amigo e ao seu governo pela acolhida dessa nossa Conferência na bela cidade de Havana, sinto-me feliz, em nome do povo e do governo do Iraque, em manifestar que Bagdá, nossa capital histórica, terá a imensa honra de acolhê-los no próximo encontro da nossa Conferência. Será uma feliz ocasião para o nosso povo reafirmar sua profunda fé no Movimento

dos Não-Alinhados, seu amor a todos os povos combatentes sob a sua bandeira, e sua ilimitada disposição para apoiá-los em sua justa luta pela liberdade, a independência e o progresso.

Que a paz esteja convosco.

Pham Vam Dong

Discurso do Senhor Pham Vam Dong, Primeiro-Ministro da República Socialista do Vietnam, ante a 6.ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados (Havana, 3 -7/9/79).

Estimado companheiro Presidente,

Senhores Chefes de Estado e Governo,

Senhores dirigentes de Movimentos de Libertação Nacional:

Constitui uma grande satisfação para todos nós o fato de que este encontro histórico do Movimento Não-Alinhado, um encontro de significação transcendental, que nossos povos esperam depositando nele sua esperança, tenha lugar em Havana, capital da República de Cuba, a pérola das Antilhas.

Em primeiro lugar, em nome do governo da República Socialista do Vietnam e do povo vietnamita, faço chegar ao respeitado e querido Presidente Fidel Castro, extraordinário ativista do movimento mundial de libertação nacional e do Movimento Não-Alinhado, nossas mais profundas felicitações; transmito ao mesmo tempo nossa saudação de solidariedade e vitória ao povo irmão de Cuba, cuja luta heróica e trabalho criador constituem uma das mais formosas epopéias da época contemporânea.

Durante os últimos vinte anos, assediado pelo bloqueio imperialista e situado a 90 milhas do cabeça imperialista, o firme e indomável povo cubano empunhou bravamente as bandeiras da independência nacional e do socialismo, frustrou todas as manobras e complôs do inimigo, conquistando incessantemente grandes e maravilho-

sos êxitos na luta e construção do país. Nossos amigos cubanos, valentes e talentosos, estão transformando Cuba, uma ilha pequena, pobre e subdesenvolvida e que foi dominada pelo neocolonialismo, num país independente e livre, onde se está construindo exitosamente uma sociedade justa, sem exploração nem opressão, uma sociedade próspera e feliz para todos.

Enquanto o país estava enfrentando as manobras e ações hostis provenientes de diversas partes, o povo cubano, desafiando as ameaças do inimigo próximo e hasteando no alto a bandeira de solidariedade internacionalista, ofereceu resolvido apoio e generosa e desinteressada ajuda à causa da libertação dos povos irmãos que se encontram a dezenas de milhares de milhas de Cuba.

O desenvolvimento da República de Cuba nestas duas últimas décadas constitui um vivo símbolo do desenvolvimento do nosso Movimento Não-Alinhado do qual Cuba foi um dos membros fundadores. Os imperialistas e a reação internacional atacam furiosamente Cuba, mas a humanidade progressista inteira está do seu lado e sente-se orgulhosa da existência e do crescimento da República de Cuba, considerando-a uma grande fonte de estímulo para os povos que lutam pela conquista e defesa da independência e da liberdade.

Cuba é a terra natal dos paladinos da nossa época, que sempre lutam abnegadamente pela causa da libertação nacional, social e humana. Esta é uma concepção correta e conseqüente sobre os direitos humanos, completamente diferente da concepção das forças que apóiam a Pahlevi, Somoza e Pol Pot.

Demos um enorme valor aos extraordinários esforços de Cuba encaminhados a preparar da melhor forma possível esta conferência. Cuba trabalhou mais de uma vez e diretamente com cada um de seus participantes e temos de reconhecer todos que Cuba tem estado trabalhando com toda consciência e responsabilidade pelos interesses do Movimento Não-Alinhado e pelo melhor êxito desta Conferência. Todas as atividades efetuadas por Cuba ressaltaram as nobres virtudes dos dirigentes e do povo cubano, sua fidelidade aos objetivos e princípios de nosso Movimento, bem como seu respeito à posição e aos critérios de todos os países membros. Tudo isto constitui uma contribuição muito importante ao êxito desta Reunião de Cúpula e demonstra nossa vigorosa e profunda vontade de manter e fortalecer a unidade e coesão do Movimento Não-Alinhado, fator que determina todas as nossas vitórias.

O discurso inaugural do Presidente Fidel Castro refletiu em forma enérgica e profunda as ardentes aspirações dos milhares de milhões de homens dos países em desenvolvimento e marcou uma direção clara e prática visando a solucionar corretamente os problemas mais imperiosos de nosso movimento.

O discurso em sua totalidade é uma radiante expressão dos pensamentos revolucionários, dos sentimentos nobres e do espírito internacionalista do povo cubano para a causa revolucionária dos povos do mundo exaltando ao mesmo tempo os objetivos e princípios acertados do nosso Movimento Não-Alinhado. Expressamos nosso pleno respaldo aos pontos de vista de Cuba manifestados no discurso antes mencionado.

Em nome do governo e do povo da RSV, gostaria de enviar uma saudação de solidariedade e amizade aos distintos senhores chefes de Estado e de governo e dirigentes dos Movimentos de Libertação Nacional aqui presentes. Neste encontro histórico temos novamente a oportunidade de compartir jornadas de trabalho e esforços em prol dos interesses comuns do Movimento e do êxito desta transcendental Conferência. Expresso nossa cálida felicitação aos representantes dos novos países membros e observadores da grande família dos não-alinhados. A crescente participação dos países no Movimento Não-Alinhado demonstra eloqüentemente o fortalecimento do Movimento de Libertação Nacional, o extraordinário poder de nosso Movimento Não-Alinhado.

Gostaria de cumprimentar Sua Excelência, Sr. Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas, aos representantes de organismos especializados da ONU e aos distintos convidados que participaram deste transcendental evento.

Nesta ocasião, expresso meu sincero agradecimento a Sua Excelência, o Presidente Sri Lanka que, na qualidade de presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados, tem efetuado importantes contribuições para o êxito do nosso Movimento nos últimos três anos.

Senhores,

Esta Conferência de Cúpula é efetuada num momento sumamente significativo para a luta dos nossos povos. Desde a Cúpula de Colombo em 1976 até a data de hoje, o mundo tem sido testemunha de um novo passo de desenvolvimento sem precedentes do movimento de libertação e independência nacional, tanto em amplitude quanto em profundidade. Com a força originada de seu despertar e sua decisão de não resignar-se a viver na pobreza e no subdesenvolvimento, sob múltiplas formas de exploração e opressão imperialistas, os povos de numerosos países, desde o Sudeste asiático até a África Austral, desde o Oriente Médio e Próximo até a América Latina e o Caribe, levantaram-se para terminar com o jugo neocolonialista e os

brutais regimes ditatoriais e fascistas, e hoje em dia marcham firmemente para a frente, no caminho da independência nacional e do progresso social. Estas ressonantes vitórias derrubaram uma série de bastiões do imperialismo e da reação internacional que, localizados em posições estratégicas, aparentavam ser inexpugnáveis, eliminando perigosos focos de guerra e incrementando a capacidade dos povos para salvaguardar a paz e a segurança.

Todos os pérfidos procedimentos do imperialismo e de outras forças reacionárias não puderam impedir o avanço dos nossos povos em direção à conquista das vitórias cada dia maiores em sua justa causa. A confabulação entre o imperialismo e a hegemonia de um país asiático — a força reacionária mais agressiva da nossa época — não puderam tampouco inverter a tendência da história. Ao contrário, justamente onde resulta mais estreita a sua confabulação e onde realizam mais frenéticos esforços, sofreram derrotas mais esmagadoras.

Nunca antes o poderio dos nossos povos e de outras forças progressistas tinha criado transformações tão profundas na correlação mundial de forças. Hoje em dia, os povos já despertos têm suficiente capacidade para exercer e defender seu direito a escolher livremente a via de desenvolvimento conforme o seu talento e sua identidade nacional e com a tendência da época.

Excelências:

Nascido no auge da libertação nacional, nosso Movimento tem a missão histórica de estimular e fortalecer a luta firme e triunfante dos povos contra o imperialismo sob todas suas manifestações, visando completar a independência política, econômica e cultural, edificar uma nova vida verdadeiramente livre, estabelecer uma nova ordem econômica internacional justa e equitativa, salvaguardar a paz e a segurança dos povos. Tais são os objetivos fundamentais e o conteúdo principal da política de não-alinhamento.

Todos nós coincidimos em que, durante os anos transcorridos, o Movimento Não-Alinhado tem tido um desenvolvimento incessante, tornando-se uma poderosa força antiimperialista, com uma voz cada dia mais importante na solução dos problemas internacionais. Esta situação demonstra de modo eloqüente que nosso Movimento tem marchado na direção certa.

Em tal situação, a idéia de exigir um retorno aos objetivos iniciais do Movimento e enfatizar os princípios de independência e permanência fora dos blocos como nossos supremos objetivos na realidade persegue o propósito de desviar o Movimento Não-Alinhado de seus objetivos antiimperialistas, o que é contrário aos interesses da luta dos nossos povos.

Afirmamos categoricamente que um dos princípios de nosso Movimento consiste na não-participação em nenhum bloco militar, convertendo-se em instrumento ou servidor dos fins agressivos e bélicos de algum bloco. Permanecer fora dos blocos constitui uma política ativa que nos permite manter firme nossa condição de independência e desenvolver intensamente nosso papel e nossa pecualiaridade em função da luta comum dos povos do mundo pela paz, a independência nacional, a democracia e o progresso social.

Tanto na passada luta contra o imperialismo ianque pela independência e a liberdade, quanto no atual combate contra o expansionismo e a hegemonia chinesa, confabulada estreitamente com o imperialismo, o Vietnam tem se esforçado por ganhar uma ajuda grandiosa, valiosa e eficaz por parte da União Soviética, dos demais países socialistas e de todas as forças contrárias ao imperialismo e à reação internacional; mas, ao mesmo tempo, tem mantido firmemente sua independência e soberania, permanecendo fora dos blocos. A grande amizade e a indestrutível solidariedade combativa entre o povo do Vietnam e os povos da União Soviética e demais países socialistas são sentimentos sagrados, baseados nas grandes idéias do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário — verdade e luz da nossa época. É precisamente por isso que o povo do Vietnam saiu vitorioso em sua causa.

Para debilitar nossa luta, os imperialistas e a reação internacional trataram de enfraquecer-nos mediante o bloqueio, o isolamento e a divisão de nosso Movimento em relação com outras forças antiimperialistas no mundo.

Hoje mais do que nunca devemos ratificar nosso caráter independente e soberano e, ao mesmo tempo, devemos lutar com determinação a favor dos inalteráveis objetivos dos povos: combater o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo, o *apartheid*, o sionismo e a hegemonia para conquistar e preservar a paz, a independência nacional e o progresso social. Eis aqui nossa sagrada causa, os supremos interesses e o mais caro desejo de milhares de milhões de homens e mulheres no nosso planeta. Trata-se também da tendência inexorável da nossa época, época na qual as três torrentes revolucionárias, levantadas como tempestades, atacam desde todas as direções o imperialismo e o expansionismo, conduzindo a causa revolucionária dos povos a vitórias mais gloriosas do que nunca.

Os países não-alinhados têm sido vítimas da dominação sumamente cruel do imperialismo e, atualmente, depois de terem conseguido a independência, quase todos os países enfrentam as conseqüências da dominação secular do colonialismo. Atualmente no mundo morrem dezenas de milhões de crianças menores de cinco

anos por desnutrição e falta de assistência médica. Nossa maior atenção e a mais premente exigência dos povos é eliminar quanto antes esta tragédia para que nossas crianças possam viver e gozar de uma vida cada dia melhor, possam ser criadas e educadas para serem futuros donos da sociedade. Isso somente poderá ser conseguido mediante nossa incansável luta para obter a plena independência econômica, recuperar completamente a soberania sobre nossos recursos naturais e estabelecer uma nova ordem econômica internacional, justa e equitativa.

Nos anos transcorridos, alcançamos consideráveis êxitos, mas a cruel realidade que vive a maioria dos nossos países é a crescente deterioração da economia e, além disso, a existência de um injusto sistema econômico internacional tem ampliado, com conseqüências cada vez mais graves, o abismo que separa os países desenvolvidos daqueles em desenvolvimento. O estancamento das negociações Norte-Sul e o fracasso da recente Conferência da UNCTAD confirmaram que os países imperialistas, em vez de cumprir as resoluções da ONU contrárias aos seus interesses, têm recorrido a todos os meios possíveis para manter seus egoístas interesses colonialistas, dispostos a soltar sobre os países em desenvolvimento as cargas da crise econômica e energética, a fim de aliviar as dificuldades que enfrentam.

É evidente que devemos intensificar nossas atividades para conquistar nossos legítimos direitos e garantir o exitoso cumprimento das resoluções e programas aprovados em diversas conferências internacionais importantes. Quantas experiências vivas têm demonstrado e demonstram eloqüentemente que, para conquistar tanto a independência econômica quanto a política, devemos apoiar-nos principalmente nas nossas próprias forças e aplicar medidas ativas e eficientes encaminhadas a fortalecer nosso potencial econômico, para reduzir até terminar com a dependência do imperialismo. Ao mesmo tempo, devemos ampliar nossas relações de colaboração primeiramente com os países em desenvolvimento e também com todos os demais países, sobretudo com os países amigos confiáveis. Podemos receber a assistência dos países desenvolvidos sempre que ela não afete a nossa independência e soberania e resulte conveniente para o desenvolvimento da economia nacional.

A coincidência de objetivos, vontade e ação é a base da nossa unidade e o fator fundamental que cria a nossa força. Ela é também a raiz de todas as vitórias. Precisamente por isso, o imperialismo e a hegemonia buscam por todos os meios dividir nossos povos. Trataram de provocar divisão entre os povos árabes, os povos africanos, os povos latino-americanos, os povos do Sudeste asiático. Intrigaram e exploraram os conflitos entre os países não-alinhados para dividir e debilitar cada um dos nossos países. Incitaram e estimularam as discrepâncias no seio do Movimento Não-Alinhado com o propósito de destruir nossa unidade e coesão e desviar nossa luta. Por isso, mais do que nunca, devemos fazer todo o possível para defender e fortalecer a unidade e coesão da nossa grande família não-alinhada, incrementar a unidade entre nosso Movimento e todas as forças antiimperialistas e partidárias da independência nacional, o progresso social e a paz, bem como com as forças socialistas e outras forças progressistas do mundo inteiro. Não permitiremos jamais que os imperialistas e os partidários da hegemonia intervenham nos assuntos internos do nosso Movimento sob nenhuma forma, com nenhum método.

É óbvio que ainda existem discrepâncias entre os países não-alinhados. Isto é compreensível. Portanto, temos mais razão para afirmar que, em qualquer circunstância, a unidade deve ser sempre a nossa bandeira. Por maiores que sejam as discrepâncias ou até mesmo os conflitos entre os países não-alinhados, todos podem e devem ser solucionados mediante negociações inspiradas no espírito do respeito recíproco dos direitos nacionais e da unidade pelo interesse comum. Acima dos problemas que possam provocar discórdias entre nós e apesar das manobras diversionistas do inimigo, a unidade dos nossos povos deve consolidar-se e fortalecer-se cada vez mais. A frente unida de países árabes que se opõem ativamente ao acordo de Camp David, a solidariedade dos cinco países da linha de frente e dos países africanos, a solidariedade entre os países latino-americanos e a solidariedade entre os povos na península indochinesa constituem vivas expressões do poderio e da posição da luta vitoriosa do nosso Movimento.

A nossa responsabilidade histórica é velar pelos objetivos e princípios do Movimento Não-Alinhado, de tal maneira que esta Conferência de Cúpula seja uma etapa importante que marque um novo passo de desenvolvimento vigoroso do Movimento contra o imperialismo e outras forças reacionárias, pela paz, a independência nacional, a democracia e o progresso social.

Em contraste com o mundo velho, um mundo em decadência, o nosso Movimento é uma força em desenvolvimento, cheia de vitalidade, otimismo, confiança em si e profunda fé no luminoso futuro de nossos respectivos povos. Tratemos de encontrar em nosso corpo, no corpo dos nossos povos e nossas nações, mais vitalidade, mais energia, mais coragem e mais inteligência, para marchar para a frente, para conseguir novas vitórias. Promissoras perspectivas esperam ao nosso Movimento e a cada um dos nossos povos.

Excelências:

Depois de mais de trinta anos de guerra, o povo vietnamita de-

seja com veemência a paz para poder concentrar suas forças na reconstrução do país e na edificação de uma vida próspera e feliz. Um Vietnam independente e soberano, com relações de amizade e cooperação com os países do mundo, constitui o maior obstáculo para a hegemonia de um país asiático. Estes hegemonistas têm recorrido a inúmeros procedimentos pérfidos e criminosos para sabotar a construção pacífica do Vietnam. Entretanto, todos os seus desígnios e manobras militares, políticos, econômicos e diplomáticos têm sofrido vergonhosos fracassos, posto que tiveram que enfrentar ao povo vietnamita, um povo firme e indomável, que combateu e derrotou todas as forças agressoras mais brutais.

Apesar das suas derrotas, prosseguem febrilmente sua política hostil contra o Vietnam, ameaçam iniciar outra guerra de agressão contra o nosso país, aumentam incessantemente sua intervenção nos assuntos internos do Laos e ameaçam agredir esse país, procuram restabelecer o regime genocida de Pol Pot-Ieng Sary no Camboja e destroem a paz e a estabilidade nesta região do mundo.

Sendo um povo que tem estado combatendo sem cessar durante quase meio século para conquistar a independência e a liberdade, o povo vietnamita está resolvido a não permitir que ninguém viole sua tão custosa independência e liberdade e, ao mesmo tempo, respeita profundamente a independência e a liberdade de outros povos. A vitoriosa luta do Vietnam defendeu os princípios do Movimento Não-Alinhado universalmente reconhecidos, que são a não-intervenção nos assuntos internos de um país sob qualquer forma, a solução dos problemas em litígio mediante negociações pacíficas, derrotando a política do imperialismo e da reação internacional de intervir nos assuntos internos de outros países.

Com respeito à guerra de agressão desatada por Pol Pot-Ieng Sary, instrumentos da hegemonia, contra a fronteira sudoeste do Vietnam, a República Socialista do Vietnam fez tudo o que podia para autocontrolar-se e persistir na via de negociações através do secretário-geral da ONU, do Movimento Não-Alinhado e de alguns países amigos, a fim de achar uma solução pacífica para o conflito. Quando o grupo Pol Pot-Ieng Sary intensificava a guerra, rompendo unilateralmente as relações com o Vietnam, a República Socialista do Vietnam continuava mantendo relações diplomáticas com o Camboja e, em 5 de fevereiro de 1978, apresentou uma proposta de três pontos, aplaudida calidamente pela opinião internacional. Em março do mesmo ano, o Vietnam pediu ao chanceler de Sri Lanka ajuda, como presidente do Movimento Não-Alinhado, para que as duas partes, Vietnam e Camboja, se sentassem na mesa de negociações, o qual foi imediatamente rechaçado pela parte cambojana. Em julho de 1978,

na Conferência de Chanceleres dos Países Não-Alinhados em Belgrado, o Vietnam propôs um Projeto de Resolução que chamava ambas as partes, Vietnam e Camboja, a resolver seus conflitos mediante negociações; mas Sri Lanka, presidente do Movimento, e a Iugoslávia, país-sede, com o pretexto do protesto do Camboja, recomendaram ao Vietnam que retirasse esse projeto. Enquanto rechaçavam categoricamente todas as negociações oferecidas pelo Vietnam, Pequim e o seu grupo de lacaios Pol Pot-Ieng Sary, incrementaram febrilmente a guerra, incubando sua intenção de atacar o Vietnam desde duas direções. Depois de ter esgotado todos os esforços encaminhados para encontrar uma solução através de negociações pacíficas, e ante o grave perigo que ameaçava a existência da nação, o povo vietnamita viu-se obrigado a utilizar seu legítimo direito à defesa, rechaçando os invasores com merecidos golpes. Trata-se evidentemente de uma luta de autodefesa para salvaguardar a nossa independência, soberania e integridade territorial, totalmente de acordo com a ética e o direito internacional, com a Carta da ONU e os princípios do Movimento Não-Alinhado, e que conta com a simpatia e o respaldo de toda a humanidade progressista.

Todos sabem que o grupo de Pol Pot-Ieng Sary implantou no Camboja um regime genocida sem precedentes na história e, ao mesmo tempo, converteu o Camboja num trampolim para executar a política expansionista e hegemônica de Pequim. Nessa situação, a vitória de 7 de janeiro de 1979 do povo do Camboja sobre o grupo Pol Pot-Ieng Sary constitui um acontecimento de significação sumamente importante: salvou toda uma nação do perigo de extermínio, recuperou a independência e a liberdade para o povo do Camboja, criando condições para que o povo cambojano edifique um Camboja verdadeiramente pacífico, independente, neutro e não-alinhado, capaz de contribuir ativamente com a causa da paz, da estabilidade nesta região e no resto do mundo. Com a vitória de 7 de janeiro de 1979, o povo cambojano levantou-se sobre a morte e a destruição, e num prazo muito breve tem conseguido grandes êxitos: varrer as bases das tropas remanescentes de Pol Pot-Ieng Sary, construir e consolidar o poder do povo desde níveis centrais até a base, restaurar a produção, restabelecer a vida familiar, a economia, a cultura, a religião e a sociedade. Estas grandes e multifacéticas vitórias demonstram a vitalidade extraordinária de um povo que está ressuscitando, decidido a edificar e defender firmemente a vida livre e feliz, e a herdar dignamente a gloriosa civilização de Angkor. Esta vitória demonstra eloqüentemente que a situação atual do Camboja é irreversível. Nenhuma força reacionária poderá impedir o povo cambojano de avançar pelo caminho escolhido, um caminho conforme com as correntes da

época e com os objetivos do Movimento Não-Alinhado. Toda manobra com o objetivo de fabricar o chamado "problema do Camboja" não é mais do que uma intervenção nos assuntos internos do povo cambojano e fracassará inevitavelmente. O Conselho Popular Revolucionário do Camboja — único representante legítimo e legal do povo do Camboja — deve ocupar seu lugar natural no Movimento Não-Alinhado e na comunidade internacional. O grupo de Pol Pot-Ieng Sary, criminosos condenados à morte pelo Tribunal Popular Revolucionário do Camboja, não tem absolutamente nenhum direito a representar o povo cambojano em nenhum lugar nem em nenhuma tribuna. Isso é o que corresponde à ética, ao direito internacional e à consciência da humanidade progressista.

Devo recordar-lhes aqui o grito unânime dos Khmer e dos estrangeiros que assistiram recentemente ao julgamento de Pol Pot-Ieng Sary: "Não, não se pode nem jamais se poderá permitir que esses monstruosos crimes tornem a ser cometidos na querida terra de Angkor!"

Atualmente existem aqueles que, ocultos sob o hipócrita rótulo de "defender a autodeterminação do povo do Camboja" e "opor-se à intervenção armada estrangeira", exigem a imposição dos criminosos Pol Pot-Ieng Sary sobre o povo do Camboja. É necessário assinalar que são precisamente estes os que se opõem ao direito do povo cambojano de levantar-se para derrubar o grupo Pol Pot-Ieng Sary, os que se opõem ao direito de autodefesa do povo vietnamita, os que se opõem ao direito dos povos do Vietnam, Laos e Camboja de unir-se para enfrentar seus inimigos comuns, que são o imperialismo norte-americano e a reação chinesa. São os mesmos que, de uma ou outra forma, apoiaram a agressão do imperialismo ianque contra o povo vietnamita e apóiam hoje a política agressiva de Pequim contra os povos do Camboja, Laos e Vietnam. Chama a atenção que Pequim e Washington têm sido as mais ruidosas vozes que pregaram o direito à autodeterminação do povo do Camboja.

Durante o processo de luta pela independência e a liberdade de seus respectivos países, os povos do Vietnam, Laos e Camboja têm se solidarizado mutuamente, criando uma nobre amizade elogiada em diversos lugares. Ela é uma necessidade histórica. As forças imperialistas e reacionárias sempre recorreram ao método de dividir para governar, com o propósito de debilitar e dominar aos três países. No processo de luta contra o inimigo comum dos três povos, o povo vietnamita enviou, em duas ocasiões, seus combatentes voluntários para combater ombro com ombro com os povos irmãos do Laos e Camboja, a fim de defender a independência e a liberdade. Hoje, a história se repete. As forças armadas do Vietnam voltarão ao seu país quando

o perigo de agressão e intervenção forânea deixe de existir, de conformidade com o espírito do Tratado de Paz, Amizade e Cooperação entre os dois países, Vietnam e Camboja. A história tem demonstrado que a solidariedade entre os povos do Vietnam, Laos e Camboja nunca ameaçou ninguém, pelo contrário, tem sido um fator positivo a favor da defesa da paz e da estabilidade do Sudeste asiático e do mundo. Somente os imperialistas e os hegemonistas são os que se opõem e sabotam furiosamente esta amizade, com tenebrosas intenções a respeito de todos os países desta região.

Tendo superado uma luta dura e longa pela independência e a liberdade, o povo vietnamita deseja veementemente a paz para reconstruir seu país. A República Socialista do Vietnam é um país independente e soberano, que deseja ampliar relações de amizade e colaboração com todos os países; com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e outros países socialistas irmãos, bem como com os demais países, sobre a base do respeito recíproco, igualdade, benefício mútuo e coexistência pacífica.

Com respeito aos países do Sudeste asiático, reafirmamos uma vez mais que a invariável política do Vietnam consiste no desejo de paz, de desenvolvimento das relações amistosas e duradouras em todas as ordens e no respeito aos princípios mencionados nas declarações conjuntas entre o Vietnam e os países da ASEAN. Estamos dispostos a discutir com os países do Sudeste asiático a fim de conseguir um Sudeste asiático pacífico, estável e neutro.

Na atualidade, Estados Unidos e China confabulam para efetuar uma grande campanha antivietnamita. Isto se deve a que a justa luta e a grandiosa vitória do povo vietnamita por sua própria independência e liberdade servem também à causa da independência e da liberdade dos povos do mundo. Muitos dos nossos amigos aqui presentes afirmaram que o Vietnam é a consciência da humanidade, e que a luta do povo vietnamita está ligada à dos povos do mundo.

A campanha antivietnamita impulsada pelos Estados Unidos e China realizou-se simultaneamente com uma campanha desatada pelos mesmos contra Cuba e o Movimento dos Países Não-Alinhados. Estas campanhas são dirigidas a um mesmo objetivo, o de sabotar a luta de nossos povos e dos demais povos do mundo contra o imperialismo e a hegemonia, em prol da paz, a independência nacional e o progresso social. Nosso Movimento Não-Alinhado e os povos do mundo estão resolvidos a frustrar por completo essas malvadas campanhas.

Excelências:

O fato da Cúpula dos Não-Alinhados realizar-se pela primeira

vez na América Latina constitui uma viva amostra de nossa solidariedade e orgulho em apoio da firme e inexoravelmente vitoriosa luta dos povos latino-americanos para conquistar a independência nacional, a paz e o progresso social.

Com imensa alegria, profunda admiração, saudamos calidamente a gloriosa vitória dos combatentes sandinistas e do heróico povo nicaragüense, a qual abre uma nova página na história do povo da Nicarágua. Apoiamos totalmente o povo nicaragüense que, sob a direção da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, está fazendo grandes esforços para consolidar as conquistas revolucionárias e avançar até a construção de uma Nicarágua próspera e feliz.

Aplaudimos com fervor a vitória do povo de Granada que derrotou o regime ditatorial e reacionário de Erik Gairy e respaldamos firmemente a luta do povo granadino sob a direção do Governo Revolucionário de Granada, por defender sua independência e edificar seu maravilhoso país.

Apoiamos totalmente a justa luta dos povos e governos da América Latina e do Caribe visando preservar a plena independência política e econômica, recuperar e resguardar todas as suas riquezas naturais, intensificar a colaboração multifacética entre si e, sobretudo, fortalecer e desenvolver o Sistema Econômico Latino-Americano (SELAM).

Junto com o irmão povo cubano, exigimos que os Estados Unidos ponham fim imediata e incondicionalmente ao bloqueio imposto a Cuba e devolvam-lhe a base naval de Guantânamo, ocupada ilegalmente pelos Estados Unidos. Apoiamos totalmente o povo e o governo do Panamá na continuação da luta por restituir a soberania completa sobre a zona do canal. Expressamos nossa profunda simpatia e nosso firme apoio ao povo chileno que está lutando valentemente contra a ditadura da junta militar fascista de Pinochet. Respaldamos firmemente a tenaz luta do povo porto-riquenho por seu direito à autodeterminação e à independência.

Apoiamos plenamente a justa causa do povo árabe da Palestina que, sob a direção da Organização de Libertação da Palestina, está lutando com decisão para conquistar seus direitos nacionais fundamentais, incluído seu direito a estabelecer um Estado próprio, independente e soberano. Respaldamos plenamente a luta dos povos árabes com o objetivo de recuperar totalmente seus territórios ocupados pelos agressores israelitas. Condenamos energicamente as tentativas do imperialismo ianque e de Israel de impor um tratado de paz por separado contra os sagrados interesses do povo palestino e dos povos árabes. Apoiamos plenamente o povo do Afeganistão, que está lutando com firmeza para defender sua independência e suas conquistas revolucionárias.

Apoiamos firmemente os povos de Zimbabwe, Namíbia e África do Sul, que estão efetuando uma luta tenaz contra a brutal dominação do colonialismo e o *apartheid*, para conquistar o direito à autodeterminação e à verdadeira independência. Reiteramos nossa solidariedade combativa com os povos de Saarahuí e Belice, e estamos firmemente convencidos de que a justa causa desses povos será coroada com a vitória completa. Apoiamos plenamente todos os povos que lutam pelos seus sagrados direitos nacionais fundamentais.

Condenamos com toda energia os Estados Unidos da América pela sua intenção de manter suas forças militares na Coréia do Sul, obstaculizando a causa da reunificação do povo coreano. Apoiamos totalmente a justa causa dos povos da área do Oceano Índico para converter esta numa zona de paz e para que os Estados Unidos retirem suas bases militares, especialmente a de Diego García.

Junto com as forças amantes da paz no mundo, saudamos com fervor a assinatura do Segundo Tratado de Limitação das Armas Estratégicas (SALT II), considerando-o um importante passo na luta pela distensão internacional e para chegar ao desarmamento geral e completo. Ao mesmo tempo, condenamos severamente o imperialismo e a hegemonia, que estão realizando uma febril corrida armamentista, intensificando os preparativos para a guerra e pondo em perigo a paz mundial.

Excelências:

Desde Belgrado até Havana percorremos um caminho duro mas cheio de gloriosas vitórias. Durante os últimos dezoito anos, o mundo tem estado presenciando o rápido crescimento do nosso Movimento. Hoje estamos mais poderosos que nunca, posto que contamos com a força desenfreada de todos os povos e Estados donos já de seu próprio destino, decididos a marchar para a frente para completar a independência política, econômica e cultural, construir uma vida verdadeiramente livre, eliminar todas as formas de ingerência e dominação do imperialismo. Vivemos numa época em que até uma ilha pequena também é capaz de conquistar e manter firmemente sua independência e construir uma vida feliz, segundo o caminho escolhido por ela mesma. Colocando no alto a bandeira da independência e da paz, a bandeira da unidade, os nossos povos formarão uma gigantesca força, superarão todas as dificuldades e provas provocadas pelos inimigos e, apesar das traições, tergiversações e mentiras, marcharão

sempre adiante em busca da conquista dos nobres objetivos do Movimento, e assim escreveremos páginas gloriosas na história da humanidade, com vitórias ainda maiores esperando-nos no futuro.

Muito obrigado.

Discurso de Fidel Castro na ONU

Discurso pronunciado na ONU no dia 12 de outubro de 1979 como presidente da Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados.

Muito estimado Senhor Presidente:
Distintos representantes da comunidade mundial:

Não venho para falar de Cuba. Não venho para expor, no seio desta Assembléia, a denúncia das agressões de que tem sido vítima nosso pequeno porém digno país durante vinte anos. Não venho tampouco para ferir com adjetivos desnecessários o vizinho poderoso em sua própria casa.

Trazemos o mandato da 6ª Conferência de Chefes de Estado ou de Governo do Movimento dos Países Não-Alinhados, para apresentar ante as Nações Unidas o resultado de suas deliberações e as posições derivadas delas.

Somos 95 países de todos os continentes que representam a imensa maioria da humanidade. Estamos unidos pela determinação de defender a colaboração entre os nossos países, o livre desenvolvimento nacional e social, a soberania, a segurança, a igualdade e a livre determinação. Estamos associados no empenho por mudar o atual sistema de relações internacionais, baseado na injustiça, na desigualdade e na opressão. Atuamos em política internacional como um fator global independente.

Reunido em Havana, o Movimento acaba de reafirmar seus princípios e confirmar seus objetivos.

Os países não-alinhados insistimos em que é necessário eliminar a abismal desigualdade que separa aos países desenvolvidos e os

países em vias de desenvolvimento. Lutamos por isso para suprimir a pobreza, a fome, a doença e o analfabetismo padecidos ainda por centenas de milhões de seres humanos. Aspiramos a uma nova ordem mundial, baseada na justiça, na eqüidade e na paz, que substitua o sistema injusto e desigual que hoje prevalece, no qual, segundo foi proclamado na Declaração de Havana, "a riqueza continua concentrada nas mãos de algumas potências cujas economias, fundadas na dissipação, são mantidas graças à exploração dos trabalhadores e à transferência e o saqueio dos recursos naturais e outros recursos dos povos da África, América Latina, Ásia e demais regiões do mundo".

Entre os problemas que deverão ser debatidos neste período de sessões da Assembléia Geral, a paz figura em primeiro lugar. A busca da paz constitui também uma aspiração do Movimento de Países Não-Alinhados e foi objeto de sua atenção na 6ª Conferência. Mas a paz, para os nossos países, resulta indivisível. Queremos uma paz que beneficie por igual os grandes e os pequenos, os poderosos e os fracos, que abranja todos os âmbitos do mundo e chegue a todos os seus cidadãos.

Desde a sua fundação, os países não-alinhados consideram que os princípios da coexistência pacífica devem ser a pedra angular das relações internacionais, constituem a base do fortalecimento da paz e da segurança internacional, da redução dos conflitos e da extensão desse processo a todas as regiões do mundo e a todos os aspectos das relações, e devem ser aplicados universalmente nas relações entre os Estados. Mas, ao mesmo tempo, a 6ª Conferência de Cúpula considerou que esses princípios de coexistência pacífica incluem também o direito dos povos sob dominação forânea e colonial à livre determinação, à independência, à soberania, à integridade territorial dos Estados, o direito de cada país a terminar com a ocupação estrangeira, com a aquisição de territórios através da força e a escolher seu próprio sistema social, político e econômico.

Somente assim a coexistência pacífica poderá ser a base de todas as relações internacionais.

Não é possível negar tal fato. Quando se analisa a estrutura do mundo contemporâneo, comprova-se que esses direitos dos nossos povos ainda não estão garantidos. Os países não-alinhados sabemos bem quais são os nossos inimigos históricos, de onde vêm as ameaças e como devemos combatê-las. Por isso, em Havana decidimos reafirmar que:

"A quintessência da política de não-alinhamento, de acordo com seus princípios originais e caráter fundamental, é a luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o *apartheid*, o racismo incluído o sionismo e qualquer forma de agressão, ocupação, dominação, ingerência ou hegemonia estrangeiras, bem como a luta contra as políticas de grande potência ou de blocos".

Compreende-se assim que também a Declaração de Havana associou a luta pela paz com "o apoio político, moral e material aos Movimentos de Libertação Nacional e a realização de ações conjuntas para liquidar a dominação colonial e a discriminação racial".

Os países não-alinhados temos concedido sempre grande importância à possibilidade e à necessidade da distensão entre as grandes potências. Por essa razão a 6ª Conferência assinalou, com grande preocupação, o fato de que, depois da Cúpula de Colombo, tenha se produzido um certo estancamento no processo desta distensão, que continuou sendo limitado, "tanto em seu alcance como geograficamente".

Partindo desta preocupação, os países não-alinhados — que fizeram do desarmamento e da desnuclearização um dos objetivos permanentes e mais destacados da sua luta, e tiveram a iniciativa na convocação do Décimo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral sobre o Desarmamento — examinaram em sua conferência os resultados das negociações sobre as armas estratégicas e os acordos denominados SALT II. Consideram que estes acordos constituem um passo importante nas negociações entre as duas principais potências nucleares e que poderiam preparar o caminho para as negociações mais amplas que conduzissem ao desarmamento geral e à diminuição das tensões. Mas para os não-alinhados esses tratados são apenas uma parte do avanço em direção à paz. Embora as negociações entre as grandes potências constituam um elemento decisivo no processo, os não-alinhados reiteraram uma vez mais que o empenho por consolidar a distensão, por estendê-la a todas as partes do mundo e por evitar a ameaça nuclear, a acumulação de armamentos e, em definitivo, a guerra, é uma tarefa da qual todos os povos devem participar e exercer a sua responsabilidade.

Senhor Presidente:

Baseando-nos na concepção da universalidade da paz, e na necessidade de associar a busca da paz, estendida a todos os países, com a luta pela independência nacional, a plena soberania e a igualdade entre os Estados, os chefes de Estado ou de governo que nos reunimos na 6ª Conferência de Havana dedicamos a nossa atenção aos problemas mais prementes na África, Ásia, América Latina e outras regiões. É importante ressaltar que partíamos de uma posição independente e não vinculada a políticas que possam derivar da contradição entre as grandes potências. Se apesar desta focalização, objetiva e não comprometida, a revisão dos acontecimentos internacionais se transforma

em um anátema contra os sustentadores do imperialismo e do colonialismo, isso reflete apenas a essencial realidade do mundo contemporâneo.

Assim, ao iniciar sua análise da situação na África, e depois de apreciar o avanço registrado na luta dos povos africanos pela sua emancipação, os chefes de Estado ou de governo fizeram ressaltar, como problema fundamental da região, a necessidade de erradicar do continente, especialmente da África meridional, o colonialismo, o racismo, a discriminação racial e o *apartheid*.

Foi indispensável ressaltar que as potências colonialistas e imperialistas continuavam com suas políticas agressivas com o propósito de perpetuar, recuperar ou ampliar sua dominação e exploração das nações africanas.

Não é outra a dramática situação da África. Os países não-alinhados não podiam deixar de condenar os ataques a Moçambique, Zâmbia, Angola, Botswana, as ameaças a Lesotho, os intentos de desestabilização permanentes naquela zona, o papel dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul. A necessidade de conseguir a curto prazo a plena libertação de Zimbabwe e da Namíbia não é só uma das causas dos países não-alinhados ou das forças mais progressistas da nossa época; constitui já acordos da comunidade internacional, através das Nações Unidas, e implica deveres imprescindíveis e cuja infração supõe também a necessidade de uma denúncia internacional. Por isso, quando os chefes de Estado ou de governo aprovaram na Declaração Final condenar por seus nomes um grupo de países ocidentais, e em primeiro lugar os Estados Unidos, por sua colaboração direta e indireta na permanência da opressão racista e da criminosa política da África do Sul e, em compensação, reconheceram o papel desempenhado pelos países não-alinhados, pelas Nações Unidas, a Organização da Unidade Africana, os países socialistas e os países escandinavos e outras forças democráticas e progressistas em apoio à luta dos povos da África, não há nesse fato a menor manifestação de inclinação ideológica, é simplesmente a expressão fiel da realidade objetiva. Condenar a África do Sul sem mencionar aqueles que tornam possível sua política criminosa teria sido incompreensível.

Da 6ª Conferência de Cúpula surge, com mais força e mais urgência do que nunca, a necessidade de terminar com uma situação na qual está comprometido não só o direito dos povos de Zimbabwe e Namíbia à sua independência e o requerimento inadiável de que os homens e mulheres negros da África do Sul obtenham um *status* no qual sejam considerados seres humanos iguais e respeitados, mas também de assegurar as condições de respeito e paz para todos os países da região.

O contínuo apoio aos movimentos de libertação nacional, à Frente Patriótica e ao SWAPO, foi uma decisão tão unânime quanto prevista. E não se trata aqui — vamos deixá-lo bem claro — de expressar uma preferência unilateral pelas soluções através da luta armada. É certo que a Conferência elogiou ao povo de Namíbia e ao SWAPO, sua autêntica e única representação, por ter intensificado a luta armada e avançado nela, e pediu um apoio total e eficaz para essa forma de combate. Mas isso se deve ao fato dos racistas sul-africanos terem fechado todos os caminhos de verdadeira negociação e a que os intentos de soluções negociadas foram apenas meros estratagemas.

A atitude ante as decisões do Commonwealth em suas reuniões de Lusaka, em agosto passado, orientadas a convocar uma conferência pelo governo britânico como autoridade na Rodésia do Sul para discutir os problemas de Zimbabwe, serviu para confirmar que os países não-alinhados não se opõem a soluções que possam ser obtidas sem a luta armada, sempre que delas possa surgir uma autêntico govetno da maioria e nelas se obtenha a independência que satisfaça aos povos combatentes, e que isso seja feito conforme as resoluções de organismos como a OUA, as Nações Unidas e nossos países não-alinhados.

Senhor Presidente:

A 6ª Conferência de Cúpula teve de lamentar novamente que a Resolução 1514 da Assembléia Geral das Nações Unidas, sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais, não tenha sido aplicada no Saara Ocidental. Devemos recordar que as decisões dos países não-alinhados e resoluções das Nações Unidas, como especialmente a 3331 da Assembléia Geral, têm reafirmado o direito inalienável do povo do Saara Ocidental à livre determinação e à independência. Neste problema Cuba sente uma especial responsabilidade pelo fato de ter sido membro da comissão das Nações Unidas que realizou as investigações sobre o Saara Ocidental, o que permitiu que nossa delegação comprovasse a total decisão do povo saarahuí em favor da autodeterminação e da independência. Reiteramos aqui que a posição dos países não-alinhados não é uma posição de antagonismo a nenhum país. Nas felicitações ao acordo entre a República Mauritana e a Frente Polisária e à decisão mauritana de retirar suas forças do território do Saara Ocidental, bem como no fato de deplorar a extensão da ocupação armada pelo Marrocos da parte meridional do Saara Ocidental, anteriormente administrada pela Mauritânia, não se deve ver outra coisa que a aplicação dos nossos princípios e dos acordos das

Nações Unidas. Por isso a Conferência expressou sua esperança de que o Comitê *ad hoc* da OUA, constituído, na 16ª Reunião de Cúpula da Organização Africana, permitiria assegurar que o povo do Saara exercesse seu direito à livre determinação e à independência no prazo mais breve possível.

O mesmo princípio e a mesma posição determinaram os acordos sobre Mayotte e as ilhas do arquipélago Malgache e sua necessária reintegração respectiva a Comorea e a Madagáscar.

Senhor Presidente:

Não há dúvida de que o problema do Oriente Médio converteu-se numa das situações mais preocupantes na atualidade contemporânea. A 6ª Conferência de Cúpula examinou-o em sua dupla dimensão.

De uma parte, a Conferência reafirmou que a determinação de Israel de continuar sua política de agressão, expansionismo e assentamento colonial nos territórios que ocupou, com a ajuda dos Estados Unidos, constitui uma séria ameaça à paz e à segurança mundiais.

Ao mesmo tempo, a Conferência examinou o problema desde o ângulo dos direitos dos países árabes e da questão palestina.

Para os países não-alinhados, a questão da Palestina é a medula do problema do Oriente Médio. Ambos formam um todo integral, que não pode ser solucionado separadamente.

A base da paz justa na região começa pela retirada total e incondicional de Israel de todos os territórios árabes ocupados e supõe para o povo palestino a devolução de todos seus territórios ocupados e a recuperação de seus direitos nacionais inalienáveis, incluído o direito do retorno à sua pátria, à livre determinação e ao estabelecimento de um Estado independente na Palestina, de conformidade com a Resolução 3236 da Assembléia Geral. Isso implica a ilegalidade e nulidade das medidas adotadas por Israel nos territórios palestinos e árabes ocupados, bem como do estabelecimento de colônias ou assentamentos em terras palestinas e nos demais territórios árabes, cujo desmantelamento imediato é um requisito para a solução do problema.

Como disse em meu discurso perante a 6ª Conferência de Cúpula, "não somos fanáticos. O movimento revolucionário educou-se sempre no ódio à discriminação racial e aos *pogroms* de qualquer tipo, e desde o fundo das nossas almas, repudiamos com todas as nossas forças a cruel perseguição e o genocídio que no seu tempo desatou o nazismo contra o povo hebreu. Mas não posso recordar nada mais parecido em nossa história contemporânea que a expulsão, perseguição e genocídio que hoje realizam o imperialismo e o sionismo contra o povo palestino. Despojados das suas terras, expulsos de sua própria pátria, dispersos pelo mundo, perseguidos e assassinados, os heróicos palestinos constituem um exemplo impressionante de abnegação e patriotismo, e são o símbolo vivo do crime maior da nossa época". (APLAUSOS.)

Alguém pode estranhar que a Conferência fosse obrigada, por razões que não surgem de nenhum preconceito político mas sim da análise objetiva dos fatos, a assinalar que a política dos Estados Unidos desempenha um papel fundamental para impedir o estabelecimento de uma paz justa e completa na região ao aliar-se com Israel, apoiá-lo e trabalhar por obter soluções parciais favoráveis aos objetivos sionistas e garantir os frutos da agressão israelita às custas do povo árabe da Palestina e de toda a nação árabe?

Os fatos, apenas os fatos levaram a Conferência a condenar a política e as manobras estadunidenses na região.

Quando os chefes de Estado ou de governo chegaram ao consenso em que se condenou os acordos de Camp David e o Tratado Egito-Israel de março de 1979, atrás dessas formulações estavam longas horas de exame atento e de proveitosos intercâmbios que permitiram que a Conferência considerasse esses tratados, não só como um abandono total da causa dos países árabes, mas também como um ato de cumplicidade com a contínua ocupação dos territórios árabes. Os qualificativos são duros, mas verazes e justos. Não foi o povo do Egito submetido ao julgamento dos órgãos do Movimento. O povo egípcio tem o respeito de cada um dos nossos países e a solidariedade de todos os nossos povos. As mesmas vozes que se levantaram para denunciar os acordos de Camp David e o tratado egípcio-israelita fizeram o elogio de Gamal Abdel Nasser, fundador do Movimento e portador das tradições combativas da nação árabe. Ninguém desconheceu nem desconhecerá o papel histórico do Egito na cultura e no desenvolvimento árabe, nem seus méritos como fundador e impulsor dos países não-alinhados.

Os problemas do Sudeste asiático ocuparam, igualmente, a atenção da Conferência. Os crescentes conflitos e as tensões ali existentes constituem uma ameaça à paz que é necessário evitar.

Preocupações semelhantes expressou a 6ª Conferência em torno à situação do Oceano Índico. A Declaração, aprovada há oito anos pela Assembléia Geral das Nações Unidas, dessa área como zona de paz, não obteve seus objetivos. A presença militar não se reduz nessa zona, mas sim se incrementa. As bases militares chegam agora até à África do Sul e servem adicionalmente para a vigilância contra os movimentos africanos de libertação. As conversações entre os Estados Unidos e a União Soviética seguem suspensas, apesar dos acordos re-

centes entre ambos os países para discutir sua continuação. De tudo isso surgiu o convite da 6ª Conferência de Cúpula a todos os Estados interessados, para trabalharem de maneira efetiva pelos objetivos da Declaração do Oceano Índico como zona de paz.

A 6ª Conferência analisou outros problemas de interesse regional e mundial, como os que dizem respeito à segurança e à cooperação na Europa; o problema do Mediterrâneo, as tensões que lá subsistem, incrementadas agora, como conseqüência da política agressiva de Israel e de apoio dada à mesma por certas potências imperialistas. Foi examinada a situação do Chipre, ainda parcialmente ocupado por tropas estrangeiras, e da Coréia, ainda dividida, apesar dos desejos do povo coreano de uma reunificação pacífica de sua pátria, fato que levou os países não-alinhados a reafirmar e ampliar resoluções solidárias dirigidas à realização das aspirações de ambos os povos.

Seria impossível fazer referência a todas as decisões políticas da 6ª Conferência de Cúpula. Realizá-lo impedir-nos-ia abordar o que consideramos um dos aspectos fundamentais da nossa 6ª Conferência: sua projeção econômica, o clamor dos povos em vias de desenvolvimento, fartos já do seu atraso e do padecimento que este atraso origina. Cuba, como país-sede, entregará a todos os países membros da comunidade internacional a Declaração Final e as resoluções adicionais da Conferência. Mas, antes de passar a transmitir-lhes como vêem os países não-alinhados a situação econômica mundial, quais são suas exigências e quais suas esperanças, desejaria empregar ainda uns instantes para pôr ao conhecimento dos senhores a focalização da Declaração Final no tocante às questões latino-americanas do momento.

O fato da 6ª Conferência ter sido realizada num país latino-americano deu oportunidade aos chefes de Estado ou de governo lá reunidos para recordar que os povos daquela região iniciaram seus esforços pela independência no início do século XIX. Não esqueceram, igualmente, que, como se diz na Declaração: "A América Latina era uma das regiões do mundo que historicamente tinha sofrido mais pela agressão do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo dos Estados Unidos e da Europa". Os participantes da Conferência consideraram necessário ressaltar que ainda restam remanescentes de colonialismo, neocolonialismo e opressão nacional naquela terra de luta. A Conferência, por isso, pronunciou-se pela erradicação do colonialismo em todas as suas formas e manifestações, condenou a existência de bases militares na América Latina e no Caribe, como as de Cuba e Porto Rico, e exigiu, uma vez mais, que a parte de seus territórios ocupada por aquelas bases, contra a vontade de seus povos, fosse devolvida pelo governo dos Estados Unidos e as demais potências coloniais.

A experiência de outras áreas levou os chefes de Estado ou de governo a rechaçar e condenar o intento de criar no Caribe uma chamada "Força de Segurança", mecanismo neocolonial incompatível com a soberania, a paz e a segurança dos países.

Ao pedir a restituição à Argentina das Ilhas Malvinas, ao reiterar seu apoio ao direito inalienável do povo de Belice à livre determinação, independência e integridade territorial, a Conferência corroborou novamente aquilo que sua Declaração definiu como a quintessência do não-alinhamento. Comprovou com satisfação o fato de que a partir de primeiro de outubro entrariam em vigor os tratados sobre o Canal do Panamá subscritos entre a República do Panamá e os Estados Unidos, deu pleno apoio a esses tratados, exigiu que os mesmos fossem respeitados em sua letra e espírito, e chamou a todos os Estados do mundo para que aderissem ao protocolo do tratado concernente à neutralidade permanente do canal do Panamá.

Os chefes de Estado ou de governo, apesar das pressões exercidas, das ameaças e dos elogios, da obstinação do governo norte-americano ao exigir que os problemas de Porto Rico fossem considerados problemas internos dos Estados Unidos, reiteraram sua solidariedade com a luta do povo de Porto Rico e com seu inalienável direito à livre determinação, independência e integridade territorial, e exortaram o governo dos Estados Unidos da América a abster-se de toda manobra política ou repressiva visando perpetuar a situação colonial daquele país (APLAUSOS).

Nenhuma homenagem é mais digna do que esta às tradições libertadoras da América Latina e ao heróico povo porto-riquenho que nestes dias celebrou o "Grito de Lares" com o qual, há quase cem anos, expressou sua indomável vocação de liberdade.

Ao referir-se à realidade latino-americana, os chefes de Estado ou de governo, que já tinham analisado a significação do processo libertador ocorrido no Irã, não podiam deixar de referir-se à mudança revolucionária efetuada em Granada e à extraordinária vitória do povo da Nicarágua e de sua vanguarda, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (APLAUSOS), e destacar a enorme significação histórica que este fato tem para os povos da América Latina e do mundo. Os chefes de Estado ou governo fizeram referência também a algo que vem a constituir um fato novo nas relações latino-americanas e que serve de exemplo para outras regiões do mundo: a forma solidária e unida em que atuaram os governos do Panamá, Costa Rica e México, e os países do Pacto sub-regional Andino: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, para obter a justa solução do problema nicaragüense, bem como a solidariedade que Cuba ofereceu historicamente à causa daquele povo.

Confesso que estas focalizações sobre a América Latina teriam bastado ao povo cubano para justificar todos os esforços realizados por centenas de milhares de homens e mulheres do nosso país, com o objetivo de possibilitar que Cuba acolhesse dignamente aos países irmãos do Movimento Não-Alinhado na Cúpula de Havana. Mas para Cuba houve muito mais. Algo que queremos agradecer aqui, na tribuna das Nações Unidas, em nome de nosso povo. Em Havana, o povo cubano recebeu o apoio ao seu direito de escolher o sistema político e social pelo qual se decidiu, em sua reclamação do território ocupado pela Base de Guantânamo e na condenação ao bloqueio com que ainda o governo estadunidense pretende isolar e sonha destruir a Revolução Cubana (APLAUSOS).

Apreciamos em seu profundo sentido e em sua ressonância universal a denúncia que acaba de fazer o Movimento em Havana contra os atos de hostilidades, pressões e ameaças dos Estados Unidos contra Cuba, qualificando-os como uma flagrante violação da Carta das Nações Unidas e dos princípios do direito internacional, como uma ameaça à paz mundial. Uma vez mais respondemos aos nossos irmãos e asseguramos à comunidade universal que Cuba continuará sendo fiel aos princípios da solidariedade universal.

Senhor Presidente:

A história tem nos ensinado que o acesso à independência para um povo que se liberta do sistema colonial ou neocolonial é talvez o último ato de uma longa luta e o primeiro de uma nova e difícil batalha. Porque a independência, a soberania e a liberdade dos nossos povos, aparentemente livres, estão continuamente ameaçadas pelo controle externo de seus recursos naturais, pela imposição financeira de organismos internacionais oficiais e pela precária situação das suas economias, que prejudica sua soberania plena.

Por isso, no início das suas análises sobre os problemas econômicos mundiais, os chefes de Estado ou de governo, de uma parte:

"Ressaltaram solenemente uma vez mais a importância suprema de consolidar a independência política mediante a emancipação econômica, e reiteraram que o sistema econômico internacional existente é contrário aos interesses básicos dos países em desenvolvimento, profundamente injusto e incompatível com o desenvolvimento dos países não-alinhados e outros países em desenvolvimento e não contribuía para a eliminação dos males econômicos e sociais que afetavam esses países..."

E, por outra parte, enfatizaram:

"A missão histórica que o Movimento de Países Não-

Alinhados deve desempenhar na luta por obter a independência econômica e política de todos os países em desenvolvimento e dos povos; por exercer a soberania plena e permanente e o controle sobre seus recursos naturais e de todo tipo sobre suas atividades econômicas; e por promover uma restruturação profunda mediante o estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional".

Para concluir com estas palavras:

"A luta por eliminar a injustiça do sistema econômico internacional existente e estabelecer a nova Ordem Econômica Internacional é parte integrante da luta do povo pela libertação política, econômica, cultural e social".

Não é necessário demonstrar aqui até que ponto o sistema econômico internacional existente é profundamente injusto e incompatível com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. As cifras já estão tão popularizadas que são desnecessárias para nós. Discute-se se o número dos seres desnutridos de nosso planeta é só de 400 milhões ou se tornou a ser de 450, segundo é afirmado em certos documentos internacionais. Quatrocentos milhões de homens e mulheres famintos é já uma quantidade demasiado acusatória.

O que ninguém duvida é que todas as esperanças sentidas pelos países em vias de desenvolvimento aparecem fracassadas e canceladas ao terminar este segundo decênio do desenvolvimento.

Foi reconhecido pelo diretor-geral do Conselho da FAO que "os progressos continuam sendo decepcionantemente lentos em relação com os objetivos de desenvolvimento a longo prazo estabelecidos na Estratégia Internacional do Desenvolvimento, na Declaração e no Programa de Ação sobre o Estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional, na Resolução da Conferência Mundial da Alimentação e em várias conferências posteriores". Não foi possível obter na produção agrícola e alimentar dos países em desenvolvimento, nesses últimos dez anos, nem mesmo o modesto aumento anual de 4%, que foi estabelecido para resolver alguns dos problemas mais agudos da fome mundial e aproximar-nos a níveis ainda reduzidos de consumo. Como conseqüência disso, as importações de alimentos dos países em desenvolvimento, que constituem um elemento agravante de suas balanças de pagamento deficitárias, atingirão em breve, segundo a FAO, tais proporções, que se tornarão incontroláveis. Ante isso, diminuem os compromissos oficiais de ajuda exterior para a agricultura dos países em desenvolvimento.

Este panorama não pode ser melhorado. Às vezes, em certos documentos oficiais, refletem-se os aumentos circunstanciais da produção agrícola em certas áreas do mundo subdesenvolvido, ou destacam-se as elevações conjunturais dos preços de alguns artigos da

agricultura. Mas se trata de avanços transitórios e de vantagens efêmeras. Os ingressos por exportações agrícolas dos países em desenvolvimento continuam sendo instáveis e insuficientes em relação com suas necessidades de importação de alimentos, fertilizantes e outros produtos para elevar a própria produção. A produção de alimentos por habitante na África durante 1977 foi 11% menor que dez anos atrás.

Se na agricultura perpetua-se o atraso, o processo de industrialização tampouco avança. E não pode avançar, porque para a maioria dos países desenvolvidos a industrialização dos países em desenvolvimento é vista como uma ameaça.

Em Lima, em 1975, a Conferência Mundial para a Industrialização propôs aos países em desenvolvimento a meta de chegar ao ano 2000 contribuindo com 25% de todas as manufaturas produzidas no mundo. Mas os progressos desde Lima até hoje são tão insignificantes que, se não se levar à prática as medidas propostas pela 6ª Conferência de Cúpula e um programa urgente de retificações na política econômica da maioria dos países desenvolvidos, esta meta não poderá ser cumprida. Ainda não chegamos a produzir 9% da manufatura do mundo.

Nossa dependência se evidencia, uma vez mais, no fato de que os países da Ásia, África e América Latina importamos 26,1% dos produtos manufaturados que entram no comércio internacional e exportamos apenas 6,3%.

Poderá se dizer que existe um certo processo de expansão industrial, mas este não se produz nem ao ritmo necessário nem nas indústrias-chave da economia industrial. A Conferência de Havana notou tal fato. A redistribuição mundial da indústria, o chamado reordenamento industrial, não pode consistir numa nova confirmação das profundas desigualdades econômicas originadas na época colonial do século XIX. Então fomos condenados a ser produtores de matérias-primas e produtos agrícolas baratos. Agora se quer utilizar a mão-de-obra abundante e os salários de miséria dos países em vias de desenvolvimento para transferir-lhes as indústrias de menor tecnologia, de mais baixa produtividade e que mais poluem o ambiente. Rechaçamos isso terminantemente.

Os países desenvolvidos de economia de mercado absorvem hoje mais de 85% da produção manufatureira mundial, entre ela a produção industrial de mais alta tecnologia. Controlam também mais de 83% das exportações industriais. 26% dessas exportações vão para os países em vias de desenvolvimento, cujos mercados monopolizam. O mais grave dessa estrutura dependente é que aquilo que importamos, isto é, não só os bens de capital mas também os artigos de consumo,

está elaborado segundo as exigências, as necessidades e a tecnologia dos países de maior desenvolvimento industrial e dos padrões da sociedade de consumo, que desse modo se introduz no nosso comércio, infecciona as nossas próprias sociedades e acrescenta assim um novo elemento à já permanente crise estrutural.

Como resultado de tudo isso, segundo foi constatado pelos chefes de Estado ou governo em Havana, a brecha existente entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento não só subsiste mas tem se ampliado substancialmente. A participação relativa dos países em desenvolvimento na produção mundial baixou consideravelmente durante as últimas duas décadas, o que tem conseqüências ainda mais desastrosas em fenômenos como a desnutrição, o analfabetismo e a insalubridade.

Alguns quiseram resolver o trágico problema da humanidade com drásticas medidas para reduzir a população. Recordam que a guerra e as epidemias ajudaram a reduzi-la em outras épocas. Eles pretendem atribuir o subdesenvolvimento à explosão demográfica.

Mas a explosão demográfica não é a causa, mas sim a conseqüência do subdesenvolvimento. O desenvolvimento agirá trazendo soluções para a pobreza e contribuindo, através da educação e da cultura, para que os nossos países tenham índices de crescimento racionais e adequados.

Num recente relatório do Banco Mundial é assinalada uma mais grave perspectiva. É possível — dizem — que, no ano 2000, haja 600 milhões de habitantes desta terra que continuem em absoluta pobreza.

Senhor Presidente, senhores representantes:

A situação de atraso agrícola e industrial, da qual não acabam de sair os países em vias de desenvolvimento é, sem dúvida, como foi afirmado na 6ª Conferência, o resultado de relações internacionais injustas e desiguais. A este fato acrescenta-se agora, como também o declara a 6ª Conferência, a crise prolongada da economia internacional.

Não vou discutir demasiado este aspecto. Devo esclarecer que os chefes de Estado ou de governo consideramos que a crise do sistema econômico internacional não é conjuntural; constitui um sintoma de desajustes estruturais e de um desequilíbrio que está na sua própria natureza; que esse desequilíbrio tem sido agravado pela negativa dos países desenvolvidos de economias de mercado a controlar seus desequilíbrios externos e seus altos níveis de inflação e desemprego; que a inflação foi gerada precisamente nesses países desenvolvidos que agora negam-se a aplicar as únicas medidas que poderiam

eliminá-la. Além disso, devemos assinalar, porque trata-se de algo a que faremos referência depois e que também está registrado na Declaração de Havana, que esta crise é também o resultado da persistente falta de eqüidade nas relações econômicas internacionais, de maneira que resolver esta desigualdade, como nós o propomos, contribuirá para atenuar e afastar a própria crise...

Quais são os principais pontos que os representantes dos países não-alinhados discutiram em Havana?

Condenamos o persistente desvio de recursos humanos e materiais a uma corrida de armamentos improdutiva, dissipadora e perigosa pra a humanidade (APLAUSOS). E exigimos que uma parte considerável dos recursos atualmente destinados a armamentos, em particular pelas principais potências, seja destinada ao desenvolvimento econômico e social.

Expressamos nossa grave preocupação pelo insignificante progresso nas negociações dirigidas à aplicação da Declaração e do Programa de Ação sobre o estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional. Ressaltamos que tal fato era devido à falta de vontade política da maioria dos países desenvolvidos e censuramos expressamente as táticas dilatórias, diversionistas e divisórias adotadas por estes países. O fracasso do 5º Período de Sessões da UNCTAD serviu para evidenciar esta situação.

Comprovamos que o intercâmbio desigual nas relações econômicas internacionais, enunciado como característica essencial do sistema, tornou-se ainda mais desigual. Enquanto os preços da manufatura, dos bens de capital, dos produtos alimentícios e dos serviços que importamos dos países desenvolvidos incrementam-se continuamente, estancam-se e estão sujeitos a incessantes variações os preços dos produtos primários que exportamos. A relação de intercâmbio piorou. Esclarecemos que o protecionismo, que foi um dos elementos agravantes da Grande Depressão dos anos 30, tornou a ser introduzido por certos países desenvolvidos. A Conferência lamentou que nas negociações do GATT os países desenvolvidos que pertencem ao mesmo não levassem em consideração os interesses e as preocupações dos países em desenvolvimento, em particular daqueles menos desenvolvidos.

A Conferência denunciou, igualmente, como certos países desenvolvidos intensificam o uso de subsídios internos a determinados produtos, em detrimento de produções que são de interesse para os países em desenvolvimento.

A Conferência deplorou as deficiências no alcance e funcionamento do Sistema Generalizado de Preferências, condenando as restrições discriminatórias contidas na Lei sobre Comércio Exterior dos

Estados Unidos, bem como a posição inflexível de certos países desenvolvidos, que impediram que se chegasse a um acordo sobre estes problemas no 5º Período de Sessões da UNCTAD.

Expressamos nossa preocupação pela constante deterioração da situação monetária internacional. A instabilidade nos tipos de câmbio das principais moedas de reserva e a inflação, que acentuam o desequilíbrio da situação econômica mundial, criam dificuldades adicionais para os países em desenvolvimento, diminuem o valor real dos seus ingressos de exportação e reduzem o das suas reservas de divisas. Assinalamos como um fator negativo o crescimento desordenado dos recursos monetários internacionais, basicamente mediante o emprego de dólares desvalorizados dos Estados Unidos e outras moedas de reserva. Notamos que, enquanto a desigualdade das relações econômicas internacionais incrementa a dívida externa acumulada dos países em desenvolvimento até mais de 300 milhões de dólares, os organismos financeiros internacionais e os bancos privados elevam as taxas de juros, tornam mais curtos os prazos de amortização dos empréstimos, asfixiando com isso financeiramente aos países em desenvolvimento; tudo isso constitui, como foi denunciado na Conferência, um elemento coercitivo nas negociações, o que lhes permite obter vantagens políticas e econômicas adicionais às custas dos nossos países.

A Conferência discutiu também o empenho neocolonialista de impedir que os países em desenvolvimento exerçam de maneira permanente e efetiva sua plena soberania sobre os recursos naturais, e reafirmou esse direito. Por esta razão, apoiou os esforços dos países em desenvolvimento produtores de matérias-primas por obter preços justos e remunerativos para suas exportações e melhorar em termos reais seus ingressos de exportação.

Por outra parte, a Conferência dedicou mais atenção do que nunca ao fortalecimento das relações econômicas e à transferência científico-técnica e tecnológica dos países em vias de desenvolvimento entre si. O conceito daquilo que poderíamos definir como "auto-sustentação coletiva", isto é, o apoio mútuo e a colaboração entre os países em vias de desenvolvimento de modo que estes dependam, em primeiro lugar, das suas próprias forças coletivas, teve na Declaração de Havana uma força que nunca tinha tido antes. Cuba, como presidente do Movimento e país coordenador, propõe que sejam realizados, em união com o Grupo dos 77, todos os esforços necessários para impulsionar o Programa de Ação esboçado pela Conferência em matéria de cooperação econômica.

Não concebemos esta "auto-sustentação coletiva", porém, como algo parecido à autarquia; ela é vista como um fator das relações

internacionais que ponha em jogo todas as possibilidades e recursos desta parte considerável e importante da humanidade, que somos os países em desenvolvimento, para incorporá-la à corrente geral dos recursos e da economia que por sua parte possam mobilizar, tanto no campo capitalista quanto nos países socialistas.

Senhor Presidente:

A 6ª Conferência de Cúpula rejeitou os intentos de alguns países desenvolvidos que pretendem utilizar a questão da energia para dividir aos países em desenvolvimento.

O problema da energia só pode ser examinado em seu contexto histórico, tendo em conta, de uma parte, como os modelos consumistas de alguns países desenvolvidos causaram a dilapidação dos hidrocarbonetos, e ressaltando ao mesmo tempo o papel espoliador das empresas transnacionais, beneficiárias até pouco tempo atrás dos fornecimentos de energia barata, que usaram de maneira irresponsável. As transnacionais exploram simultaneamente os produtores e os consumidores, obtendo benefícios extraordinários e injustificados de ambos, e pretendendo culpar aos países em desenvolvimento exportadores de petróleo da situação atual.

Permitam-me recordar que, em minhas palavras inaugurais ante a Conferência, assinalei a situação augustiante dos países em desenvolvimento não-produtores de petróleo, em particular os menos desenvolvidos, e expressei a certeza de que os países não-alinhados produtores de petróleo encontrariam fórmulas para contribuir em mitigar a situação desfavorável daqueles países golpeados já pela inflação mundial e pela desigualdade do intercâmbio, que sofrem sérios déficits em sua balanças de pagamento e um aumento considerável de sua dívida externa. Mas isso não exclui a responsabilidade central dos países desenvolvidos, de seus monopólios e suas empresas transnacionais.

Os chefes de Estado ou de governo, ao considerar o problema da energia através dessa focalização, ressaltaram que o mesmo deveria ser objeto de discussões no contexto das negociações mundiais efetuadas nas Nações Unidas, com a participação de todos os países e relacionando o problema energético com os problemas do desenvolvimento, com a reforma financeira e monetária, o comércio mundial e as matérias-primas, de modo que se realize uma análise global dos aspectos vinculados ao estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Na revisão dos principais problemas que afetam os países em vias de desenvolvimento no âmbito econômico mundial, não podia

faltar o exame do funcionamento das empresas transnacionais. Uma vez mais foram declaradas inaceitáveis suas políticas e suas práticas. Imputou-se que, em busca de benefícios, esgotam os recursos, transtornam a economia e violam a soberania dos países em desenvolvimento, desprezam os direitos dos povos à livre determinação, interferem nos princípios de não-ingerência nos assuntos dos Estados e recorrem com freqüência ao suborno, à corrupção e a outras práticas condenáveis, através das quais pretendem subordinar e subordinam os países em desenvolvimento aos países desenvolvidos.

Ante os progressos insuficientes na tarefa de preparar nas Nações Unidas o Código de Conduta que regule as atividades das empresas transnacionais, a Conferência reafirmou a urgência de que esse trabalho se conclua rapidamente, com o propósito de oferecer à comunidade internacional um instrumento jurídico que lhe sirva pelo menos para controlar e regulamentar as atividades das transnacionais, de acordo com os objetivos e aspirações dos países em desenvolvimento.

Ao citar todos os aspectos negativos na situação econômica dos países em vias de desenvolvimento, a 6ª Conferência chamou muito especialmente a atenção para os problemas que se acumulam sobre os países em desenvolvimento menos adiantados em condições desvantajosas, sem litoral, ou mediterrâneos isolados, e pediu que fossem adotadas medidas urgentes e especiais para mitigá-los.

Esse é, Senhor Presidente, senhores representantes, o panorama pouco otimista, sombrio e desestimulante que tiveram ante si os países membros do Movimento Não-Alinhado, ao reunir-se em Havana.

Mas os países não-alinhados não se deixaram arrastar para posições de frustração ou desespero, que resultariam inexplicáveis. Ao mesmo tempo que elaboraram concepções estratégicas que lhes permitam continuar sua luta, os chefes de Estado ou de governo reiteraram suas exigências e definiram suas posições.

O primeiro objetivo fundamental de nossa luta consiste em reduzir, até eliminá-lo, o intercâmbio desigual que hoje prevalece e que converte o comércio internacional num excelente veículo para a espoliação adicional das nossas riquezas. Atualmente, uma hora de trabalho nos países desenvolvidos é trocada por dez horas de trabalho nos países subdesenvolvidos.

Os países não-alinhados exigem que se preste uma séria atenção ao Programa Integrado para os Produtos Básicos, que tem sido até agora manipulado e escamoteado nas negociações chamadas "Norte-Sul". Da mesma maneira pedem que o Fundo Comum, projetado como instrumento de estabilização para estabelecer uma per-

manente correspondência entre os preços que recebem pelos seus produtos e os preços das suas importações, e que apenas pôde começar a integrar-se, receba um real impulso. Para os países não-alinhados esta correspondência, que vincule de maneira permanente os preços das suas mercadorias exportadas com os preços dos equipamentos básicos, produtos industriais e matérias-primas, tecnológicas, que importa dos países desenvolvidos, constitui a base essencial de todas as negociações econômicas futuras.

Os países em vias de desenvolvimento exigem que os países que geraram a inflação e a estimulam com sua política adotem as medidas necessárias para controlá-la, cessando assim o agravamento dos resultados do intercâmbio não-equitativo.

Os países em vias de desenvolvimento exigem — e lutarão até consegui-lo — que os artigos industriais das suas incipientes economias tenham acesso aos mercados dos países desenvolvidos; que se elimine o vicioso protecionismo reintroduzido na economia internacional, que ameaça conduzir-nos novamente a uma guerra econômica nefasta; que se apliquem de maneira geral e sem ficções enganosas as Preferências Tarifárias Generalizadas e Não-Recíprocas, como forma de permitir o desenvolvimento das suas indústrias jovens, sem que sejam aniquiladas no mercado mundial pelos recursos tecnológicos superiores das economias desenvolvidas.

Os países não-alinhados consideram que as negociações sobre o Direito do Mar, que estão por culminar, não podem, como pretendem certos países desenvolvidos, servir para ratificar o desequilíbrio existente quanto aos recursos marinhos, devendo, pelo contrário, ser um veículo para a sua retificação equitativa. A Conferência de Direito do Mar serviu mais uma vez para evidenciar a arrogância e a decisão imperialista de alguns países que, pondo suas possibilidades tecnológicas acima do espírito de compreensão e de concórdia que os países em desenvolvimento solicitam, ameaçam proceder unilateralmente a realizar operações mineiras nos fundos marinhos.

A dívida dos países em desenvolvimento já atingiu a cifra de 335 mil milhões de dólares. Calcula-se que o pagamento total dos serviços da dívida externa ascende a mais de 40 mil milhões cada ano, o que representa mais de 20 por cento de suas exportações anuais. Por outro lado, a renda *per capita* média dos países desenvolvidos é agora 14 vezes superior à dos países subdesenvolvidos. Esta situação não pode durar mais.

Os países em vias de desenvolvimento necessitam que sejam estabelecidos novos sistemas de financiamento, mediante os quais recebam os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento contínuo e independente das suas economias. Estes financiamentos devem

ser a longo prazo e com juros baixos. Esses recursos financeiros devem estar à plena disposição dos países em desenvolvimento, para que possam estabelecer em suas economias o sistema de prioridade que corresponda com seus planos de desenvolvimento industrial e não sejam absorvidos esses fundos financeiros, como ocorre atualmente, pelas empresas transnacionais, que se beneficiam adicionalmente, aproveitando a suposta contribuição financeira para o desenvolvimento para agravar a deformação de suas economias e obter da exploração dos recursos dos países os máximos lucros.

Os países em vias de desenvolvimento e, em seu nome, o Movimento de Países Não-Alinhados, exigem que uma parte importante dos imensos recursos que a humanidade hoje dilapida na corrida armamentista seja dedicada ao desenvolvimento, o que contribuirá, simultaneamente, para afastar o perigo de guerra e facilitar o melhoramento da situação internacional.

Os países não-alinhados, expressando as posições de todos os países em vias de desenvolvimento, exigem um novo sistema monetário internacional, que impeça as oscilações desastrosas que hoje sofrem as moedas que prevalecem na economia internacional, em particular o dólar norte-americano. A desordem financeira golpeia adicionalmente os países em vias de desenvolvimento, os quais aspiram a ter palavra e decisão, como representantes do maior número de países da comunidade internacional e de mais de 1.500 milhões de homens e mulheres, na elaboração do novo sistema monetário mundial.

Em resumo, Senhor Presidente e senhores representantes:

O intercâmbio desigual arruína nossos povos. E deve cessar!

A inflação que nos exportam, arruína nossos povos. E deve cessar!

O protecionismo arruína nossos povos. E deve cessar!

O desequilíbrio que existe quanto à exploração dos recursos marinhos é abusivo. E deve ser abolido!

Os recursos financeiros recebidos pelos países em desenvolvimento são insuficientes. E devem ser aumentados!

Os gastos em armamentos são irracionais. Devem cessar e seus fundos devem ser empregados em financiar o desenvolvimento!

O sistema monetário que hoje predomina está em bancarrota. E deve ser substituído!

As dívidas dos países de menor desenvolvimento relativo e em situação desvantajosa são insuportáveis e não têm solução. Devem ser canceladas! (APLAUSOS.)

O endividamento abruma economicamente o resto dos países em desenvolvimento. E deve ser aiiviado!

O abismo econômico entre os países desenvolvidos e os países

que querem desenvolver-se, em vez de diminuir, aumenta. E deve desaparecer!

Tais são as exigências dos países subdesenvolvidos.

Senhor Presidente, senhores representantes:

A atenção a essas exigências, algumas das quais têm sido apresentadas sistematicamente pelos países em vias de desenvolvimento, nos foros internacionais, através do Grupo dos 77 e do Movimento de Países Não-Alinhados, permitiria uma mudança de rumo na situação econômica internacional, que ofereceria aos países em vias de desenvolvimento as condições institucionais para organizar os programas que os situariam definitivamente no caminho do desenvolvimento.

Mas embora todas essas medidas fossem levadas à prática, embora se retificasse os erros e vícios do presente sistema de relações internacionais, os países subdesenvolvidos careceriam de um elemento decisivo: o financiamento externo.

Todos os esforços internos, todos os sacrifícios que fazem e estão dispostos a fazer os povos dos países em vias de desenvolvimento, todas as oportunidades de incrementar seu potencial econômico que se obteriam ao eliminar a desigualdade entre os preços de exportação e os de importação e ao melhorar as condições em que se realiza seu comércio exterior não serão, porém, suficientes. Ante a situação financeira real e atual, necessitam ademais recursos em tal quantidade que lhes permitam, ao mesmo tempo, pagar suas dívidas e empreender as enormes despesas que a nível mundial exige o salto ao desenvolvimento.

Aqui também as cifras são demasiado conhecidas para que tenhamos de repeti-las. A 6ª Conferência de Cúpula preocupou-se ante o fato de não só a dívida dos países subdesenvolvidos ser praticamente insuportável, mas também que esta dívida cresce cada ano a um ritmo que poderíamos considerar galopante. E os dados que acaba de fornecer o recente informe do Banco Mundial, emitido nos mesmos dias em que celebrávamos a Conferência de Havana, confirmam que a situação é cada dia mais grave. Só em 1978 a dívida pública externa de 96 países em desenvolvimento aumentou em cerca de 51 milhões de dólares. Esse ritmo eleva a dívida às cifras astronômicas mencionadas.

Não podemos, Senhor Presidente, resignar-nos a este panorama sombrio!

Os mais reputados economistas, tanto os ocidentais quanto aqueles afiliados às concepções do marxismo, admitem que a forma em que funciona o sistema de endividamento internacional dos países em vias de desenvolvimento é completamente irracional e que sua manutenção ameaça com uma súbita interrupção que porá em perigo todo o precário e instável equilíbrio econômico mundial.

Alguns tratam de explicar o surpreendente fato econômico de que os centros bancários internacionais continuem fornecendo fundos a países que estão tecnicamente em bancarrota alegando que se trata de uma contribuição generosa para ajudar os países a suportar as dificuldades econômicas. Mas não é assim. É, na realidade, uma operação de salvamento da própria ordem internacional capitalista. Em outubro de 1978 a Comissão das Comunidades Européias admitia de forma esclarecedora:

"O equilíbrio atual da economia mundial depende em um grau considerável de que continue a corrente de empréstimos particulares aos países em desenvolvimento não-produtores de petróleo... numa escala sem precedentes antes de 1974, e qualquer impedimento a essa corrente porá em perigo o mencionado equilíbrio".

A falência financeira mundial seria muito dura, em primeiro lugar, para os países subdesenvolvidos e para os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos. Afetaria também as mais estáveis economias socialistas. Mas o sistema capitalista dificilmente poderia sobreviver a semelhante catástrofe. E seria difícil que a terrível situação econômica resultante não gerasse, inevitavelmente, uma conflagração mundial. Já se fala de forças militares especiais para ocupar os campos petrolíferos e as fontes de matérias-primas.

Mas embora seja dever de todos a preocupação por esse panorama sombrio, é dever, em primeiro lugar, daqueles que possuem uma maior soma de riqueza e bem-estar material.

Aos revolucionários, de qualquer forma, a perspectiva de um mundo sem capitalismo não nos assusta demasiado (APLAUSOS).

Tem sido proposto que, em vez do espírito de enfrentamento utilizemos o sentido da interdependência econômica mundial que permita conjugar as forças de todas as economias para obter benefícios comuns. Mas o conceito de interdependência só é aceitável quando se parte do fato de admitir a injustiça intrínseca e brutal da atual interdependência. Os países em vias de desenvolvimento rejeitam a proposta de "interdependência" como aceitação da injusta e arbitrária divisão internacional do trabalho, que o colonialismo moderno lhes impôs a partir da revolução industrial inglesa e que o imperialismo aprofundou.

Se se quiser impedir a confrontação e a luta, que é o único caminho que parece aberto para os países em vias de desenvolvimento — um caminho que oferece longos e difíceis combates cujas proporções ninguém poderia agora predizer — é necessário que todos bus-

quemos e encontremos fórmulas de colaboração para resolver os grandes problemas que, embora afetem aos nossos povos, não podem ser resolvidos sem afetar de alguma forma aos países mais desenvolvidos.

Há poucos anos expressamos que a dissipação irracional de bens materiais e o conseqüente esbanjamento de recursos econômicos da sociedade capitalista desenvolvida eram já insustentáveis. Qual tem sido a causa da dramática crise energética que estamos vivendo? E quem tem de suportar as piores conseqüências não são os países subdesenvolvidos não-petrolíferos?

Estes critérios sobre a necessidade de terminar com a dissipação das sociedades de consumo são hoje uma opinião generalizada.

Num recente documento da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial se afirma que: "As modalidades de vida atuais, especialmente nos países industrializados, talvez tenham de experimentar uma mudança radical e dolorosa".

Claro está que os países em vias de desenvolvimento não podem esperar, nem esperam, que as transformações às quais aspiram e os financiamentos que requerem sejam oferecidos como uma dádiva derivada de meras análises sobre os problemas econômicos internacionais. Neste processo, que implica contradições, luta e negociações, os países não-alinhados devem depender, em primeiro lugar, de suas próprias decisões e esforços.

Essa convicção emerge com clareza da 6ª Conferência. Na parte econômica da Declaração Final, os chefes de Estado ou governo reconhecem a necessidade de realizar em seus países as mudanças estruturais necessárias de índole econômica e social, considerando que esta é a única forma de eliminar a atual vulnerabilidade de suas economias e de converter o simples crescimento estatístico num verdadeiro desenvolvimento. Somente assim — reconhecem os chefes de Estado —, os povos estariam dispostos a pagar o preço que lhes exigiria ser os protagonistas do processo. Como dissemos naquela oportunidade: "Se o sistema é socialmente justo, as possibilidades de sobrevivência e desenvolvimento econômico e social são incomparavelmente maiores".

A história de meu país é um exemplo inegável de tal fato.

A necessidade emergente e impostergável de dar solução ao subdesenvolvimento nos faz retornar, Senhor Presidente, ao problema que recentemente abordamos, e que gostaria que fosse o último apresentado por mim ante essa 34ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Refiro-me ao financiamento internacional.

Um dos fenômenos mais graves que acompanham o endividamento acelerado dos países em vias de desenvolvimento é constituído, de acordo com o que já mencionamos, pelo fato de que a maior parte do dinheiro que recebem do exterior esses países é destinado a

cobrir suas balanças comerciais e contas correntes negativas, a renovar dívidas e pagar juros.

Se tomarmos o exemplo dos países em vias de desenvolvimento não-exportadores de petróleo, a cuja situação me referi na Conferência de Havana, só nos últimos seis anos acumularam um déficit em suas balanças de pagamento que ultrapassa os 200 mil milhões de dólares.

Ante isso, os investimentos que realmente necessitam os países em vias de desenvolvimento são enormes. E os necessitam, precisamente e em primeiro lugar, quase sem exceção, para ramos e produções de escassa rentabilidade, que não atraem os investidores e prestamistas particulares estrangeiros.

Para aumentar a produção de alimentos, com o objetivo de eliminar a desnutrição dessas 450 milhões de pessoas que mencionamos, será preciso habilitar novos recursos de terras e de águas. Segundo cálculos especializados, a superfície total de terra cultivada dos países em desenvolvimento teria de ser aumentada nos próximos dez anos em 76 milhões de hectares, e as terras de regadio em mais de 10 milhões.

A reabilitação das obras de rego exige atender 45 milhões de hectares. É por isso que os cálculos mais modestos admitem que a ajuda financeira internacional — e nos referimos à ajuda e não ao fluxo total dos recursos — tem que chegar anualmente a 8 ou 9 mil milhões de dólares, para conseguir o objetivo de que a agricultura cresça a um ritmo de 3,5 a 4 por cento nos países em desenvolvimento.

Se examinarmos a industrialização, os cálculos excedem amplamento esses parâmetros. A Conferência da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, ao traçar as metas que mencionamos em sua reunião de Lima, determinou que no centro da política internacional de desenvolvimento teria que estar o financiamento e que este deverá chegar no ano 2000 a níveis de 450 a 500 mil mihões de dólares anuais, dos quais um terço — isto é, de 150 a 160 milhões —, terá de ser de financiamentos de correntes externas.

Mas desenvolvimento, Senhor Presidente e senhores representantes, não é só agricultura e industrialização. Desenvolvimento é, principalmente, a atenção ao ser humano, que deve ser o protagonista e o objetivo de qualquer esforço pelo desenvolvimento. Para tomar o exemplo de Cuba, direi que nos últimos cinco anos nosso país empregou em investimentos construtivos para a educação uma média de quase 200 milhões de dólares anuais. Os investimentos de construção e equipamentos para a saúde pública chegam a uma média anual de mais de 40 milhões. E Cuba é apenas um dos quase cem países em

desenvolvimento e um dos menores geograficamente e em termos de população. Pode calcular-se, por isso, que, nos investimentos relacionados com os serviços educacionais e a saúde pública, os países em desenvolvimento necessitarão algumas outras dezenas de milhares de milhões de dólares anuais para vencer os resultados do atraso.

Este é o grande problema que temos ante nós.

E esse não é, senhores, apenas o nosso problema, o problema dos países vítimas do subdesenvolvimento e do desenvolvimento insuficiente. É um problema de toda a comunidade internacional.

Mais de uma vez foi dito que fomos forçados ao subdesenvolvimento pela colonização e a neocolonização imperialista. A tarefa de ajudar-nos a sair do subdesenvolvimento é portanto, em primeiro lugar, uma obrigação histórica e moral daqueles que se beneficiaram com o saqueio das nossas riquezas e a exploração dos nossos homens e mulheres durante décadas e séculos (APLAUSOS). Mas é, ao mesmo tempo, tarefa da humanidade em seu conjunto, e isso foi manifestado na 6ª Conferência.

Os países socialistas não participaram do saqueio do mundo nem são responsáveis pelo fenômeno do subdesenvolvimento. Entretanto, compreendem e assumem a obrigação de ajudar a superá-lo, partindo da natureza de seu regime social, no qual a solidariedade internacional é uma premissa.

Da mesma forma, quando o mundo aguarda que os países em desenvolvimento produtores de petróleo contribuam também com a corrente universal de recursos que deverá nutrir o financiamento externo para o desenvolvimento, não o faz em função de obrigações e deveres históricos, que ninguém poderia lhes impor, mas sim como uma esperança e um dever de solidariedade entre países subdesenvolvidos. Os grandes países exportadores de petróleo devem estar conscientes dessa responsabilidade.

Inclusive os países em desenvolvimento com um melhor nível devem dar sua contribuição. Cuba, que não fala aqui em nome de seus interesses e não defende um objetivo nacional, está disposta a contribuir na medida das suas forças com milhares ou dezenas de milhares de técnicos: médicos, educadores, engenheiros agrônomos, engenheiros hidráulicos, engenheiros mecânicos, economistas, técnicos médios, operários especializados, etc.

Por isso, esta é a hora de unir-nos todos na tarefa de tirar povos inteiros e centenas de milhões de seres humanos do atraso, da miséria, da desnutrição, da doença, do analfabetismo, que os impossibilida de desfrutar plenamente da dignidade e do orgulho de chamar-se homens (APLAUSOS).

É preciso organizar os recursos para o desenvolvimento, e essa é nossa obrigação conjunta.

Existe, Senhor Presidente, um tal número de fundos especiais, multilaterais, públicos e particulares, cujo objetivo é contribuir com um ou outro aspecto do desenvolvimento, seja ele agrícola, industrial, trate de compensar os déficits na balança de pagamentos, que não me resulta fácil, ao trazer ante a 34ª Assembléia os problemas econômicos discutidos na 6ª Conferência de Cúpula, formular uma proposta concreta para o estabelecimento de um novo fundo.

Mas não há dúvida de que o problema do financiamento deve ser discutido profunda e plenamente, para encontrar-lhe uma solução. Além dos recursos que já estão organizados, pelos diferentes canais bancários, pelas organizações concessionárias, os organismos internacionais e os órgãos das finanças privadas, necessitamos discutir e decidir a maneira pela qual, ao começar o próximo decênio para o desenvolvimento, seja incluída em sua estratégia a contribuição adicional de não menos de 300 mil milhões de dólares, aos valores reais de 1977, distribuídos em quantidades anuais que não devem ser menores aos 25 mil milhões já desde os primeiros anos, para ser investidos nos países subdesenvolvidos (APLAUSOS). Esta ajuda deve ser em forma de doações e de créditos a longo prazo e com os mínimos juros.

É imprescindível mobilizar esses fundos adicionais como contribuição do mundo desenvolvido e dos países com recursos, ao mundo subdesenvolvido nos próximos 10 anos. Se queremos paz, serão necessários esses recursos. Se não há recursos para o desenvolvimento, não haverá paz. Alguns pensarão que estamos pedindo muito; eu penso que a cifra é até mesmo modesta. Segundo dados estatísticos, como expressei no ato inaugural da 6ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, o mundo investe cada ano em gastos militares mais de 300 mil milhões de dólares. Com 300 mil milhões de dólares poder-se-ia construir num ano 600 mil escolas com capacidade para 400 milhões de crianças; ou 60 milhões de habitações confortáveis com capacidade para 300 milhões de pessoas; ou 30 mil hospitais com 18-milhões de camas; ou 20 mil fábricas capazes de gerar emprego para mais de 20 milhões de trabalhadores; ou habilitar para o regadio 150 milhões de hectares de terra que, com um nível técnico adequado, podem alimentar mil milhões de pessoas. Isso dissipa a humanidade cada ano na esfera militar. Considere-se, além disso, a enorme quantidade de recursos humanos em plena juventude, recursos científicos, técnicos, combustível, matéria-primas e outros bens. Este é o preço fabuloso de não existir um verdadeiro clima de confiança e de paz no mundo.

Só os Estados Unidos gastarão no decênio 1980-1990 seis vezes essa cifra em atividades militares.

Pedimos para dez anos de desenvolvimento menos do que se gasta atualmente num ano nos ministérios da Guerra e muito menos da décima parte do que será gasto em dez anos com fins militares.

Para alguns pode parecer irracional a exigência: o verdadeiramente irracional é a loucura do mundo da nossa época e os riscos que ameaçam a humanidade.

A enorme responsabilidade de estudar, organizar e distribuir essa soma de recursos deve corresponder inteiramente à Organização das Nações Unidas. A administração desses fundos deve ser feita pela própria comunidade internacional, em condições de absoluta igualdade para cada um dos países, sejam eles contribuintes ou beneficiários, sem condições políticas e sem que a quantia dos donativos tenha nada a ver com o poder de voto para decidir a oportunidade dos empréstimos e o destino dos fundos.

Embora o fluxo de recursos deva ser calculado em termos financeiros, não deve consistir somente neles. Pode estar formado também por equipamentos, fertilizantes, matérias-primas, combustível e plantas completas, valoradas nos termos do comércio internacional. Também a assistência de pessoal técnico e a formação de técnicos deve ser contabilizada como uma contribuição.

Temos a certeza, estimado Senhor Presidente e senhores representantes, que se o secretário geral das Nações Unidas — assistido pelo presidente da Assembléia, com todo o prestígio e o peso desta organização, apoiado ademais, ao princípio, pela influência que os países em vias de desenvolvimento e o Grupo dos 77 emprestariam a esta iniciativa — convocasse aos diversos fatores que mencionamos para iniciar discussões nas quais não haveria lugar para o antagonismo chamado "Norte-Sul" nem para o denominado antagonismo "Leste-Oeste", concorrendo todas as forças como para uma tarefa comum, um dever comum e uma esperança comum, esta idéia que apresentamos agora à Assembléia Geral pode ter o maior dos êxitos.

Porque não se trata de um projeto que beneficie apenas os países em vias de desenvolvimento; beneficiaria a todas as nações.

Como revolucionários, a confrontação não nos assusta. Temos fé na história e nos povos. Mas como porta-vozes e intérpretes do sentimento de 95 países, temos a responsabilidade de lutar pela colaboração entre os povos. E essa colaboração, com bases novas e justas, beneficiará a todos os países que constituem hoje a comunidade internacional. E beneficiará especialmente a paz mundial.

O desenvolvimento pode ser, a curto prazo, uma tarefa que exija aparentes sacrifícios e até donativos que pareçam irrecuperáveis.

Mas o vasto mundo que hoje vive no atraso, desprovido de poder aquisitivo, limitado ao extremo em sua capacidade de consumir, incorporará com seu desenvolvimento uma torrente de centenas de milhões de consumidores e produtores, a única capaz de reabilitar a economia internacional, incluindo a dos países desenvolvidos que hoje geram e padecem a crise econômica.

A história do comércio internacional tem demonstrado que o desenvolvimento é o fator mais dinâmico do comércio mundial. A maior parte do comércio da nossa época é realizada entre países plenamente industrializados. Podemos assegurar que, quanto mais aumentar a industrialização e o progresso no mundo, mais aumentará também o intercâmbio comercial, beneficioso para todos.

É por isso que pedimos em nome dos países em vias de desenvolvimento e lutamos pela causa dos nossos povos. Mas não é uma dádiva o que estamos reclamando. Se não encontrarmos soluções adequadas, todos seremos vítimas da catástrofe.

Senhor Presidente, distintos representantes:

Fala-se freqüentemente dos direitos humanos, mas é preciso falar também dos direitos da humanidade.

Por que alguns povos devem andar descalços para que outros viajem em luxuosos automóveis? Por que alguns devem viver 35 anos para que outros vivam 70? Por que uns devem ser miseravelmente pobres para que outros sejam exageradamente ricos?

Falo em nome das crianças do mundo que não têm um pedaço de pão (APLAUSOS); falo em nome dos doentes que não têm remédios; falo em nome daqueles aos quais foi negado o direito à vida e à dignidade humana.

Uns países têm mar, outros não; uns têm recursos energéticos, outros não; uns possuem terras abundantes para produzir alimentos, outros não; uns estão tão saturados de máquinas e fábricas, que nem se pode respirar o ar das suas atmosferas envenenadas (APLAUSOS), outros não possuem mais que seus esquálidos braços para ganhar o pão.

Uns países possuem, finalmente, abundantes recursos, outros não possuem nada. Qual é o destino desses últimos? Morrer de fome? Serem eternamente pobres? Para que serve então a civilização? Para que serve a consciência do homem? Para que servem as Nações Unidas? (APLAUSOS.) Para que serve o mundo? Não se pode falar de paz em nome das dezenas de milhões de seres humanos que morrem cada ano de fome ou doenças curáveis em todo o mundo. Não se pode falar de paz em nome de 900 milhões de analfabetos.

A exploração dos países pobres pelos ricos deve cessar.

Sei que em muitos países pobres também existem exploradores e explorados.

Dirijo-me às nações ricas para que contribuam. Dirijo-me aos países pobres para que distribuam.

Basta já de palavras! Fazem falta fatos. (APLAUSOS.) Basta já de abstrações, fazem falta ações concretas! Basta já de falar de uma nova ordem econômica internacional especulativa que ninguém entende (RISOS E APLAUSOS); é preciso falar de uma ordem real e objetiva para que todos compreendam!

Não vim aqui como profeta da revolução; não vim para pedir ou desejar que o mundo se convulsione violentamente. Viemos para falar de paz e colaboração entre os povos, e viemos advertir que, se não resolvermos pacífica e sabiamente as injustiças e desigualdades atuais, o futuro será apocalíptico (APLAUSOS).

O ruído das armas, da linguagem ameaçante, da prepotência na cena internacional, deve cessar. Basta já da ilusão de que os problemas do mundo podem ser resolvidos com armas nucleares. As bombas poderão matar os famintos, os doentes, os ignorantes, mas não podem matar a fome, as doenças, a ignorância. Não podem tampouco matar a justa rebeldia dos povos e no holocausto morrerão também os ricos, que são os que mais têm a perder neste mundo (APLAUSOS).

Digamos adeus às armas e consagremo-nos civilizadamente aos problemas mais graves da nossa era. Essa é a responsabilidade e o dever mais sagrado de todos os estadistas do mundo. Essa é, ademais, a premissa indispensável da sobrevivência humana.

Muito obrigado! (TODOS OS PRESENTES, DE PÉ, APLAUDEM DURANTE VÁRIOS MINUTOS.)

J. Monserrat Filho

Gaúcho de Porto Alegre, reside no Rio. É publicitário, jornalista, contista, tradutor e jurista estudioso de problemas internacionais. Colabora no *Pasquim*, *Tribuna da Imprensa*, do Rio, *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e outras publicações.

Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, apresentou nas três últimas reuniões anuais os seguintes trabalhos: "O Direito Internacional e a luta contra o subdesenvolvimento", "Soberania dos Estados: decadência ou ascenção?" (publicado pela revista *Vozes*, em dezembro de 1978, e pela *Revue de Droit Contemporain*, de Bruxelas) e "Os mercenários e o Direito Internacional".

Outros lançamentos da L & PM Editores

Lênin no Poder - (Os primeiros textos do governo revolucionário)
113 Dias de Angústia - Carlos Chagas
1964: Golpe ou Contragolpe? - Hélio Silva
Memórias - Olympio Mourão Filho
Opinião x Censura - J.A. Pinheiro Machado
Ensaios Insólitos - Darcy Ribeiro

No Meio da Rua - Nei Duclós
Cem Sonetos de Amor - Pablo Neruda
Autópsia em Corpo Vivo - Tárik de Souza

Depois do Último Trem - Josué Guimarães
Os Voluntários - Moacyr Scliar
Ed Mort e Outras Histórias - Luiz Fernando Veríssimo
Gostos e Rostos da MPB - Tárik de Souza e Elifas Andreato.

Pedidos pelo Reembolso Postal à
L & PM Editores Ltda.
Rua Nova Iorque, 306
Porto Alegre - RS - Brasil

FIDEL: A NOVA ESCALADA DOS NÃO-ALINHADOS

Neste livro organizado e apresentado pelo jornalista J. Monserrat Filho, teremos uma mostra surpreendente do que foi a 6.ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, realizada de 3 a 9 de setembro de 1979 em Havana. Noventa e quatro países e movimentos de libertação nacional compareceram para apresentarem suas propostas e idéias visando o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.

Neste livro o leitor terá o exato espírito desta importantíssima reunião que mostrou os países não-alinhados unidos em torno de reivindicações fortes e antiimperialistas, sob o olhar atento e grandes espaços de toda a imprensa internacional.

L&PM
EDITORES